

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Eliete Lucia Tiburski

**ESCRITA DA HISTÓRIA E TEMPO PRESENTE NO BRASIL OITOCENTISTA**

Porto Alegre

2011

**Eliete Lucia Tiburski**

**ESCRITA DA HISTÓRIA E TEMPO PRESENTE NO BRASIL OITOCENTISTA**

Dissertação de mestrado, elaborada sob orientação do Prof. Dr. Temístocles Cezar para obtenção do título de mestre em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PORTO ALEGRE

2011

### CIP - Catalogação na Publicação

Tiburski, Eliete Lucia

Escrita da história e tempo presente no Brasil  
oitocentista / Eliete Lucia Tiburski. -- 2011.  
146 f.

Orientadora: Temístocles Américo Correa Cezar.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto  
Alegre, BR-RS, 2011.

1. História do Brasil. 2. Francisco Adolfo de  
Varnhagen. 3. Gonçalves de Magalhães. 4. Teoria da  
História e Historiografia. 5. História do Tempo  
Presente. I. Cezar, Temístocles Américo Correa,  
orient. II. Título.

Eliete Lucia Tiburski

ESCRITA DA HISTÓRIA E TEMPO PRESENTE NO BRASIL OITOCENTISTA

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em História.

APROVADO EM: 25/11/2011

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Temístocles Cezar (orientador)  
Programa de Pós-Graduação em História/UFRGS

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mara Cristina de Matos Rodrigues  
Programa de Pós-Graduação em História/UFRGS

---

Prof. Dr. Álvaro Antônio Klafke  
Universidade de Passo Fundo

---

Prof. Dr. Fábio Kühn  
Programa de Pós-Graduação em História/UFRGS

## AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela bolsa concedida durante o curso de mestrado que possibilitou a realização desse trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, especialmente à Marília Marques Lopes e aos professores Anderson Zalewski Vargas, Cláudia Wassermann, Mara Cristina de Matos Rodrigues e Fábio Kühn pelas discussões proporcionadas durante o curso. Aos professores Mara Cristina de Matos Rodrigues e Fábio Kühn reforço meus agradecimentos por terem feito parte do meu exame de qualificação e pelas sugestões feitas na época que foram muito importantes para dar andamento ao trabalho.

Agradeço, novamente, a esses dois últimos sua confirmação na banca examinadora final, assim como ao professor Álvaro Antônio Klafke que não apenas aceitou prontamente o convite, mas o fez de uma forma extremamente gentil. Sinto-me muito honrada pela oportunidade de podermos discutir minha dissertação.

Ao professor Temístocles Cezar meus agradecimentos mais profundos, pois além de orientador, foi meu primeiro professor, suas aulas fizeram com que eu me apaixonasse pela história. E nos momentos mais difíceis do curso sempre me lembrava dos bilhetinhos deixados por ele nas provas e que serviam de alento e incentivo para superar as dificuldades. Sua ideia de história, suas posições políticas e profissionais são para mim um guia. Se hoje concluo meu mestrado é porque ele sempre acreditou em mim, na minha capacidade. Agradeço ainda a oportunidade concedida a dois anos atrás, de poder trabalhar diretamente com ele, oportunidade essa que fortaleceu nossos vínculos, e hoje além de meu mestre, posso chamá-lo de amigo, um dos melhores, diga-se de passagem, cuja amizade muito me orgulha e faz com que eu não tenha melhores palavras do que - muito obrigada por tudo! - para descrever o quão importante tem sido para mim para essa convivência.

À Direção do IFCH: Ilga Schauen, Eliza Cavedon e Sílvia Altmann cujo apoio e compreensão foram muito importantes, especialmente no final do trabalho. Agradeço a amizade e o carinho com os quais sempre me trataram e o cuidado que tiveram comigo.

Aos meus amigos mais antigos, pela amizade, companheirismo e paciência: Priscilla Reque, Evandro Santos, Leandro Rios Heck, Gustavo Coelho, Luciana Fernandes Boeira, Marina Araújo.

Ao Juliano Antonioli por toda a ajuda na reta final, ao Rodrigo Braggio Bonaldo pelo resumo em inglês e Evandro Santos pelas leituras atentas que fez ao meu trabalho, cuja amizade muito me honra, sem vocês esses momentos derradeiros teriam sido bem mais difíceis.

Aos meus amigos queridos, peço desculpas pelas ausências e por todos os “nãos” que ouviram de mim nesses dois últimos anos, me desculpo antecipadamente por algum esquecimento: Carina Custódio, Priscilla Reque, Rita Cavalcante, Gabriel Costa, Laura Ferrari, Niala Pessuto, Tiago Pizzutti, Grazielle Corso, Carlos Fernando Quadros, Eduardo Peruzzo, Marcelo Scarparo, Pedro von Megden Meirelles, Lucas La Bella, André Lucas Guimarães, Marcello Giacomoni, Marisângela Martins, Débora Gomes, Vitor Batalhone Jr., Tatiana Barbieri Franz.

Aos professores que conheci nos últimos dois anos e que ficaram na torcida por esse momento: Alfredo Storck, Ondina Fachel Leal, Gerson Louzada, Maria Luíza Martini, meu muito obrigada!

À Patrícia Salvi e Andrei Locatelli pela amizade, pelo apoio e preocupação com que eu não enlouquecesse e por quase todas as tentativas frustradas de me tirarem de casa. À Franciele Becher e Helena Santos que foram minhas roommates e precisaram ter paciência muitas vezes. Agradeço a Emanuela, Ivete, Genor e Emanuel Menegotto que acompanharam o início dessa jornada e que me deram todo o apoio para morar em Porto Alegre e cursar a UFRGS, e que são minha família estendida, com quem sei que sempre poderei contar. E também a Bibiana Soldera Dias, minha irmã por afinidade, com quem dividi momentos importantes e que apesar da distância é uma presença constante.

Ao Dr. Marcírio e Maria Luíza pela amizade, apoio e preocupação demonstrados nesses últimos anos, por me acolherem como uma filha, o que sempre me comove muito.

Por fim, agradeço aos meus pais, Paulo e Vera Lucia a quem devo a minha vida e muito do que sou hoje é fruto da sua educação e amor incondicionais. Agradeço a liberdade que sempre me deram e a confiança com me tratam. À minha irmã querida, Eliane, por sempre se preocupar comigo, por todo amor demonstrado. Amo muito todos vocês.

## **RESUMO:**

Este trabalho busca estudar a questão da história do tempo presente em suas relações com o conceito de história na *História da Independência* de Francisco Adolfo de Varnhagen e na *Memória histórica e documentada da revolução da província do Maranhão* de Domingos José Gonçalves de Magalhães, além de outros textos cujo tema é a questão indígena. A partir dele busco compreender as relações estabelecidas entre a noção de história e a questão do tempo presente em algumas de suas manifestações, como, por exemplo, as figuras da testemunha e do juiz, a noção de dever, de verdade, de imparcialidade.

## **ABSTRACT:**

The aim here is to study the problem of a history of the present within XIX century Brazilian historiography. Therefore, its pages confront the concept of history and the notion of a present time history in the works of Francisco Adolfo de Varnhagen (*História da Independência*), Domingos José Gonçalves Magalhães (*Memória histórica e documentada da revolução da provincial do Maranhão*), along with other texts concerning the indigenous problem. Thus it shall enhance understating of established relationships between concepts of history and the question of present time in some of its manifestations, such as: portraits of the witness and the judge, the notion of duty, truth and impartiality.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>8</b>
<b>Capítulo 1: A Polêmica Indigenista no tempo presente. Varnhagen versus Magalhães</b>	<b>14</b>
1.1 - Como tudo começou...	17
1.2 - Varnhagen e a necessidade do ensino da língua indígena no Brasil	22
1.3 - Magalhães e os índios perante a história	29
1.4 - A polêmica em torno do estatuto indígena. O historiador e o poeta.	35
<b>Capítulo 2: O Passado Presente, ou como se escrevia a história do tempo presente no século XIX. Gonçalves de Magalhães e a Memória Histórica da Revolução da Província do Maranhão (1839-1840)</b>	<b>48</b>
2.1 - A revolução do Maranhão	52
2.2 - O IHGB e a Memória Histórica e Documentada da Província do Maranhão	64
2.2.1 - A História	64
2.2.2 - O IHGB e a história do tempo presente	72
2.2.3 - A Memória de Gonçalves de Magalhães	81
<b>Capítulo 3: O Presente Póstumo - A História da Independência de Francisco Adolfo de Varnhagen.</b>	<b>99</b>
3.1 - Preâmbulos	103
3.2 - A História da Independência	105
3.2.1 - Varnhagen e o patriarca da independência	110
3.2.2 - Varnhagen e o Imperador	128
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>137</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>140</b>



## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objeto de estudo central pensar a questão da história do tempo presente em suas relações com o conceito de história na *História da Independência do Brasil* de Francisco Adolfo de Varnhagen e na *Memória histórica e documentada da revolução da província do Maranhão* de Domingos José Gonçalves de Magalhães. Ambos tratam de temas relativamente recentes para a época: a independência brasileira e a revolta da Balaiada, também a questão da incorporação à civilização brasileira dos índios, num momento de consolidação da ideia de nação, bem como de história, que serão complementados por outras fontes.<sup>1</sup>

A criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, é apontada por diversos autores como marco fundamental para o entendimento dessas mudanças. Assim, “os membros do Instituto prepararam a primeira versão da periodização da história brasileira, a qual deveria servir de referência para a busca de fontes a ser empreendida nas províncias”. Abandonava-se um modelo de escrita que privilegiava a produção de crônicas e narrativas em prol de pesquisas sistemáticas, refletindo, desse modo, o movimento de “institucionalização e profissionalização da historiografia no Brasil”.<sup>2</sup>

A leitura das fontes, especialmente as publicações realizadas na *Revista* do IHGB, permite compreender um pouco melhor a noção de história compartilhada pelos membros da elite letrada do século XIX, bem como suas permanências e discontinuidades em relação aos conceitos de história *antigo* e *moderno*. Acerca do legado deixado por Cícero, o que se nota é que o caráter exemplar vai perdendo espaço, e quando aparece, muitas vezes está associado a questões morais.<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia da Independência do Brasil até o reconhecimento pela antiga metrópole, compreendendo, separadamente, a dos sucessos ocorridos em algumas províncias até essa data*. In: RIHGB, tomo LXXIX. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917. MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Memoria Historica e Documentada da Revolução da Província do Maranhão desde 1839 até 1840*. In: *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*. Tomo X, 1848.

<sup>2</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil 1838-1857*. Tradução de Paulo Knauss e Ina de Mendonça. Rio de Janeiro: editora da UERJ, 2011, p. 53.

<sup>3</sup> “Até o século XVIII, o emprego de nossa expressão permanece como indício inquestionável da constância da natureza humana, cujas histórias são instrumentos recorrentes apropriados para comprovar doutrinas morais,

Mesmo assim, para Gonçalves de Magalhães é “porque devem nossos filhos instruir-se com a lição do passado”, que ele escreve, ou seja, a noção de história *magistra vitae* ainda é evocada em certas situações em seu caráter pedagógico. Por sua vez, Francisco Adolfo de Varnhagen apela, igualmente para a noção de dever, mas utilizada não em seu caráter pedagógico e sim como preservação do passado, “obrigados pelo dever, para nós já sagrado, de legar ao Brasil, onde nascemos, tão completa, quanto caiba em nossas fôrças [...] a Historia Geral de sua civilização, até á nova era”.<sup>4</sup>

Quanto às aproximações com o regime moderno de historicidade, o que se nota é uma preocupação cada vez maior com a verdade, com a objetividade e neutralidade do conhecimento histórico. Mesmo que nem todas essas noções fossem claras ou estivessem dicionarizadas, há uma busca cada vez maior por uma unidade narrativa, consequência dessa alteração de regime histórico, apontada por Koselleck onde “passou-se a exigir da história uma maior capacidade de representação, de modo que se mostrasse de trazer à luz – em lugar de seqüências cronológicas – os motivos a fim de extrair do conhecimento casual uma ordem interna”.<sup>5</sup>

Para o século XIX, no Brasil, essas alterações podem ser verificadas somente em parte. Maria da Glória de Oliveira, nesse sentido, afirma que “no processo de autonomização da disciplina, essas concepções se relacionavam de um modo não necessariamente excludente ou antagônico”, o que por sua vez leva a conclusão de que existiam mais “traços recorrentes nas diversificadas incursões historiográficas de seus sócios, do que formulações absolutamente consensuais acerca de como pesquisar e escrever a história do Brasil”.<sup>6</sup>

Diferentes formas de pensar a história, que mostram o momento de transformação da historiografia brasileira. Desse modo, sendo uma época de transformações, qual o espaço ocupado pela história do tempo presente?

Em primeiro lugar, a falta de consenso em relação aos procedimentos de escrita da história denuncia a peculiaridade do caso brasileiro, ao mesmo tempo em que destaca as inquietações pelas quais passava o Brasil do período oitocentista. Logo, cabe ressaltar como preocupações maiores a unidade nacional e a questão da integração social entre os diferentes

---

teológicas, jurídicas ou políticas”. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, p. 43.

<sup>4</sup> Magalhães, op. cit. 1848, p. 265 e Varnhagen, op. cit. 1917, p. 25.

<sup>5</sup> Koselleck, op. cit. 2006, p. 51.

<sup>6</sup> OLIVEIRA, Maria da Glória. *Escrever vidas, narrar a história. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009, p. 18.

grupos raciais que compunham a sociedade. A história, assim, terá um papel fundamental como legitimadora do presente almejado. O resgate do passado estará condicionado à situação política e social atual. O discurso que se cria é de uma unidade nacional, onde o ideal de civilização é repetido exaustivamente.<sup>7</sup>

Em segundo lugar, a história do tempo presente, embora não seja tratada aqui como um conceito, não é algo novo e nem pertence a uma época específica.<sup>8</sup> Ela existe na medida em que os homens existem. No caso desse trabalho, ela será entendida como uma forma utilizada pelos letrados do período para instrumentalizar as questões que lhe eram colocadas diariamente, ou em outras palavras, como uma maneira de compreender seu próprio tempo. No entanto, seu uso é marcado por contradições: se por um lado serve de instrumento de conhecimento, por outro, os perigos que traz são constantemente evocados como forma de interditar esse tipo de trabalho.

Nas páginas da *RIHGB* aparecem alguns casos que podem ser considerados como exemplos de relatos do tempo presente. As fontes mencionadas no início dessa introdução são dois dos principais exemplos desse tipo de escrita. Não se pode deixar de notar, contudo, que outros textos, ainda que o tema não seja recente, acabam por fazer alusão ao problema.

Acerca dos perigos a que estão submetidos os autores de histórias recentes, a parcialidade, sem dúvida, é o principal deles. Sendo assim, ele deveria proceder sempre com *critério, boa fé e imparcialidade*, se essas condições não pudessem ser verificadas, também seu resultado não seria digno de ser publicado. Ou seja, mesmo se tratando da atualidade, as pesquisas deveriam ser realizadas com todo o rigor científico existente na época, seguindo, dessa maneira, os mesmo pressupostos daqueles que escreviam uma história dita tradicional.

Portanto, a pretensão à verdade e a imparcialidade são critérios chave para entender os mecanismos de publicação e interdição do período. Claro que existem outras questões que

---

<sup>7</sup> “O destino da nação, sua identidade e legitimidade, a vida política, o lugar do indivíduo, todas essas questões pareciam exigir respostas históricas”. ARAÚJO, Valdeí Lopes de. *A experiência do tempo. Conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008, p. 187.

<sup>8</sup> “Não desconheço que a expressão História do Tempo Presente adquiriu legitimidade no campo historiográfico apenas a partir da fundação do Institut d’histoire du temps present, que surge em Paris em 1978. No entanto, os principais historiadores dessa tendência não ignoram que houve projetos de escrita da história do tempo presente desde Heródoto e Tucídides. [...] Assim, mesmo no século XIX, momento em que certas perspectivas historiográficas procuravam a identidade científica definindo a história como simplesmente conhecimento do passado (onde paradoxalmente Tucídides, historiador por excelência do tempo presente, era tido como mestre e modelo), encontra-se tentativas de se escrever sobre o presente, mesmo no Brasil”. CEZAR, Temístocles. Em nome do pai, mas não do patriarca. Ensaio sobre os limites da imparcialidade na obra de Varnhagen. In: *História* (São Paulo). São Paulo, vol. 24, n. 2, 2005, p. 226. Sobre o Instituto de História do Tempo Presente: <<http://www.ihtp.cnrs.fr/>> Acessado em outubro de 2011.

permanecem subjacentes ao processo de consolidação disciplinar e ao projeto de construção da nação brasileira. No decorrer da narrativa, serão apontados outros elementos que permitem ver como foram se desenvolvendo esses problemas.

\*\*\*

O esforço desse trabalho é o de compreender como o conceito de história é apropriado pelos letrados brasileiros. Nesse caso, trata-se de um trabalho de teoria da história e historiografia onde a preocupação central se dá em relação à inteligibilidade do texto histórico, colocando no “plano teórico, os dados prévios que permitem compreender como as histórias acontecem, como se efetuam e também como podem ser compreendidas e narradas em seu movimento”.<sup>9</sup>

Essa preocupação está diretamente vinculada à ideia de que o texto de história pode ser lido e interpretado como uma *fonte historiográfica*. Desse modo, pretendo abordar esses autores a partir da seguinte perspectiva: “não uma epistemologia “dura” (demasiado distante), não uma história da história “enfadonha” (demasiado internalista)”. Não se trata mais de pensar os trabalhos históricos privilegiando ora o autor ora o contexto, como se essas duas abordagens pudessem, sozinhas, dar conta da complexidade dos acontecimentos.<sup>10</sup>

Manuel Salgado Guimarães mostra como durante muito tempo as tendências acima mencionadas, marcaram os estudos de historiografia. A primeira delas circunscrita a “realização e confecção de exaustivas listagens de autores e obras, supondo que um conjunto de informações biográficas adicionadas a este catálogo explicariam a obra, sua emergência e as questões abordadas”. A segunda buscava recolocar autores e obras num contexto, que por sua vez, era

---

<sup>9</sup> NICOLAZZI, Fernando. Uma teoria da história: Paul Ricoeur e a hermenêutica do discurso historiográfico. *História em Revista*, v. 9, n. 45. Pelotas: UFPEL, 2003.

<sup>10</sup> HARTOG, François. *O Século XIX e a História. O Caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003, p. 22. O mesmo autor propõe que a tarefa do historiador da cultura consiste em: “dar a ler esses textos, reconstruindo – para falar como a hermenêutica - a questão a qual eles respondem, redesenhando os horizontes de expectativa em que, desde seu primeiro dia até os nossos (ainda que no modo de ausência), eles vieram inscrever-se, recalculando as apostas que fizeram e significaram, apontando os quiproquós que sucessivamente provocaram. Essa historicidade não significa modernizá-los ou atualizá-los, mas sobretudo fazer ver sua inatural atualidade: suas respostas a questões que nos não mais levantamos, não sabemos mais levantar ou simplesmente “esquecemos”. In: *O Espelho de Heródoto. Ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999, p. 16.

compreendido como “locus de explicação e inteligibilidade das obras históricas. Secundarizando-se os textos buscavam-se os contextos sociais nos quais residiria a força explicativa das obras”.<sup>11</sup>

Três pontos se tornam essenciais para pensarmos essa “nova” abordagem historiográfica, situada por Guimarães na década de 1970.<sup>12</sup> O primeiro deles refere-se, justamente, à questão da desnaturalização da escrita, submetida a escolhas de caráter político e cultural, devendo ser compreendida como responsável por uma memória artificial, bem como uma voz também artificial, “construindo referências com experiências há muito decorridas e impossíveis de serem experimentadas por outro meio que não este aberto pela escrita”. O segundo elemento a ser considerado nessa abordagem é a questão da escrita, como constituinte do autor, invertendo, assim, o princípio tradicional de análise. Esta nova abordagem parte do texto para o autor. Nesse novo enfoque, o papel da cultura se destaca, enquanto instrumento que possibilita a emergência de um texto, da mesma forma que possibilita ao autor sua expressão enquanto tal. E desse autor se espera crítica, originalidade, não mais uma legitimidade construída através de textos considerados canônicos e na autoridade que deles emanaria.<sup>13</sup> Nos casos estudados interessa, sobretudo, a maneira como esses autores irão representar o passado, em função de quais interesses, modelos, e como essas ideias se relacionam com as questões políticas e sociais do período. Por fim, Guimarães descreve as possibilidades dessa nova escrita. A principal inovação é a constante criação de fontes. Estas permitem um novo “esforço coletivo da lembrança, tornando-a verificável através de métodos de controle e desta forma produzindo uma nova noção de verdade assentada sobre a possibilidade sempre recorrente da prova”.<sup>14</sup>

---

<sup>11</sup> GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Apresentação. Um historiador à margem: Fustel de Coulanges e a escrita da história francesa no século XIX. In: HARTOG, François. *O século XIX e a história. O caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: editora UFRJ, 2003, pp. 09-15.

<sup>12</sup> “Abandonando definitivamente uma tradição que parecia associar o trabalho neste campo a confecção de minuciosos catálogos de autores e obras, como se a identificação e contextualização de autor e obra assegurassem, por si só, a inteligibilidade da escrita histórica”. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Historiografia e cultura histórica: notas para um debate”. *Ágora – Revista de História e Geografia*, UNISC/EDUSC, v. 11, n. 1 – jan/jun, 2005, pp. 31-47. Citação, p. 44. Temístocles Cezar, por sua vez, também aponta a publicação das obras de Paul Veyne - *Como se escreve a história* (1971); Michel de Certeau - *A escrita da história* (1975); e Paul Ricoeur - *Tempo e narrativa* (1983); como marco inicial dessa “onda reflexiva que se lança sobre o campo histórico”. CEZAR, Temístocles. *Historiografia e escrita da história*. In: *Ágora – revista de história e geografia*, v. 11, n. 1, jan/jun, Santa Cruz do Sul: editora EDUSC, 2005, pp. 09-10.

<sup>13</sup> Esta nova forma “de percepção do texto segundo suas regras possíveis de enunciação, que nos permitem compreender não apenas como uma determinada sociedade trata de seu passado – perceptível a partir de uma investigação dos textos que se colocam esta finalidade – mas também como produz a partir deste tratamento uma consciência específica como comunidade humana”. In: GUIMARÃES, op. cit., 2005, p. 45.

<sup>14</sup> Idem, p. 45. Informa o autor ainda: “Pensar a historiografia a partir do conceito de cultura histórica pode nos ajudar a compreendê-la em suas profundas relações com a história da cultura deixando definitivamente de lado concepções um tanto simplistas a respeito da pesquisa historiográfica, porque pouco problematizadas. O texto

Essa concepção de *historiografia*, por conseguinte, visa conciliar a prática com a teoria, numa tentativa de retomar as questões sobre a escrita da história, buscando compreender seus desdobramentos. Tanto Varnhagen quanto Magalhães permitem pensar esses problemas. Seus modelos de escrita da história pertencem a um mesmo contexto, mas se diferenciam quanto ao objeto de estudo. Eles tratam de acontecimentos nacionais recentes. Inseridos num espaço onde a escrita da história estava voltada para o passado, esses escritores terão de forjar sua legitimidade frente aos seus pares, ao escreverem sobre acontecimentos considerados recentes. Esta se constrói como já foi dito, sobre as bases dessa história dita moderna: a crítica às fontes, a busca pela objetividade e imparcialidade dos relatos. Esse cuidado, no entanto, nem sempre será suficiente para assegurar a aceitação de suas narrativas.

Refletir a história do tempo presente constitui-se em um desafio. Os dois autores estão entrecruzados por diferentes tradições, diferentes temporalidades, confirmando o momento de institucionalização pelo qual passava a história. Dessa maneira, estruturei o trabalho em três capítulos onde procuro mostrar como a questão da história do tempo presente foi tratada por esses autores. Sendo assim, no primeiro capítulo discuto como um assunto recente – a possibilidade de civilização dos *selvagens* e sua posterior incorporação à sociedade – suscitou a busca no passado não apenas por uma origem nacional, mas por argumentos de autoridade que pudessem ser utilizados por aqueles que defendiam a sua aceitação na corte imperial. O segundo capítulo é dedicado a obra histórica de Gonçalves de Magalhães, escrita durante os acontecimentos que relatou, ou seja, um exemplar legítimo de uma história do tempo presente que foi não apenas publicada na Revista do IHGB, mas premiada como melhor trabalho histórico do ano de 1848. E no último capítulo, trato da *História da Independência* escrita por Francisco Adolfo de Varnhagen, obra póstuma de 1916, fato esse que por si só desperta curiosidade acerca dos motivos que o impediram de publicá-la ainda em vida. Essas problematizações guiaram o desenvolvimento dos capítulos que se seguem.

---

adquire centralidade nesta investigação, posto que condição para a compreensão dos passados possíveis e historicamente construídos pelos homens”, p. 46.

## Capítulo 1: A Polêmica Indigenista no tempo presente. Varnhagen *versus* Magalhães

*O passado (se não o li algures, faça de conta que a minha experiência o diz agora), o passado é ainda a melhor parte do presente, - na minha idade, entenda-se.*

*Machado de Assis, 1902.<sup>15</sup>*

Frequentemente, a história é vista apenas como estudo do passado. O bom historiador, por conseguinte, seria aquele capaz de articular os fatos pretéritos o mais objetivamente possível, escapando assim, dos perigos que a subjetividade oferece ao seu ofício.

Esse pensamento tornou-se recorrente, mesmo para o século XIX, embora seja necessário realizar algumas observações devido às mudanças que a própria noção de história irá sofrer durante esse período. O antigo regime de historicidade que influenciou os trabalhos dos letrados até fins do século XVIII, na consagrada fórmula da *historia magistra vitae*, teria aos poucos se modificado, transformando-se no que foi entendido posteriormente como *regime moderno* de historicidade.

Em seu trabalho sobre o conceito *História*, Reinhart Koselleck trata exatamente dessa passagem. A mudança no conceito moderno sofre, segundo ele, duas formulações na língua alemã: a primeira delas é que a história será compreendida sob a ideia de um *coletivo singular*, que aglutina em si todas as histórias individuais; a segunda é a fusão dos termos, a *história/Geschichte* entendida antes como conexão de acontecimentos passa a ser *História/Historie*, no sentido de indagação histórica, ciência ou relato. Tratava-se não apenas de uma mudança de conceito, mas também de uma nova forma de refletir a própria historicidade. A

---

<sup>15</sup> MACHADO DE ASSIS. “A Joaquim Nabuco”, Epistolário, *Obra completa*, 3, Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 2006, p. 1059.

história aparecia assim, no final do século XVIII, como “uma espécie de categoria transcendental que apontava a condição de possibilidade das histórias”.<sup>16</sup>

Paralelamente a esse processo, começa a surgir uma *filosofia da história*, como parte do desenvolvimento da história enquanto tal e não como uma ciência autônoma, pois, não era óbvio, de acordo com Koselleck, que a história, que até esse momento havia tratado do individual e do particular, fosse capaz de atingir a filosofia. Diferente de suas congêneres, a história tornou-se independente do Humanismo, apenas quando adquiriu um novo campo de experiência, onde a filosofia da história representa um indício, a partir do qual se seguiram três passos: a reflexão estética, a moralização das histórias e a formação de hipóteses que tentavam eliminar a interpretação teológica da história.<sup>17</sup>

Nesse sentido, apoiando-se no texto *A Filosofia do Iluminismo*, de Ernest Cassirer, Guimarães mostra a importância que o Iluminismo teve na configuração do saber histórico, uma vez que, ao questionarem as condições de possibilidade desse saber, eles teriam incentivado uma reflexão mais sistemática sobre campo. O Iluminismo teria possibilitado, em primeiro lugar, uma profunda historicização do homem, ao mesmo tempo em que a história ia aos poucos, sofrendo uma gradual profissionalização e especialização, ainda em meio a essa tradição.<sup>18</sup>

É a partir dessa conjuntura que se forma o conceito de coletivo singular. A possibilidade de refletir acerca das histórias particulares, bem como de aplicar a elas os procedimentos que permitam conhecê-las, procedimentos esses que serão reclamados como científicos durante o século XIX, só surgem quando o passado se transforma em História. Sem esse reconhecimento não é possível estudar o passado, e por isso seria importante, na opinião de Manoel Salgado Guimarães, retornar a filosofia da história do século XVIII, para compreender todos esses movimentos que estão na origem do moderno conceito de história. E ainda, é nesse momento que se forma a ideia de uma consciência histórica enquanto modelo interpretativo da experiência humana, cuja força explicativa reforçaria essa noção da história enquanto *agente e sujeito*. Ao mesmo tempo, estabeleceria uma relação temporal peculiar onde passado, presente e futuro aparecem como condição “de inteligibilidade dos fatos e realizações humanas”. Esses

---

<sup>16</sup> KOSELLECK, Reinhart. *historia/Historia*. Buenos Aires: Minima Trotta, 2004, p. 27 e 45. As traduções do espanhol foram realizadas por mim.

<sup>17</sup> Idem, pp. 46-47.

<sup>18</sup> GUIMARÃES, Manoel Salgado (org). *Estudos sobre a escrita da história*, Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, pp. 68-70.



desenvolvimentos revelam, por sua vez, as mudanças na percepção temporal, principalmente da ideia de futuro, que se torna crucial para o entendimento do passado.

Todas essas imbricações acerca da noção de história nos possibilitam, de acordo com Guimarães, pensar como se constituiu não apenas o conceito, mas uma memória acerca dele. Percorrer esse caminho de institucionalização da disciplina leva a perceber como se criou uma memória “que tende a sacralizar procedimentos, autores e obras como parte de um exercício de escrita da história da própria disciplina”.<sup>19</sup>

Além disso, a par de todas essas mudanças cujas primeiras impressões podem ser localizadas ainda no século XIX, a percepção do historiador como um *registrator do tempo* se torna mais constante. Ele é “quem procede à inscrição do passado no presente, estabelecendo assim um ponto em direção ao futuro e legitimando uma releitura indefinida das fontes, em busca de sentido”.<sup>20</sup>

A fundação do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB), em 1838, ilustra a preocupação que a elite letrada do Brasil tinha em relação ao futuro, mas também com o presente da jovem nação. A falta de um passado comum incitava os homens de letras a buscarem, através das fontes, a reconstituição, ou antes, a criação desse passado, a fim de atribuir um sentido e um lugar à nação brasileira entre as outras nações consideradas civilizadas.

É em direção a esse objetivo mais amplo que os sócios do IHGB empreenderão suas forças. A partir da produção intelectual publicada na *Revista do Instituto* podemos pensar a consolidação da disciplina, bem como as mudanças que se operaram no conceito de história no Brasil, no século XIX.

Consequentemente, esse movimento não pode ser separado de um “projeto político em gestação, quando paralelamente à definição de métodos de trabalho para a pesquisa histórica esperava-se obter por esta via um sentido de orientação para o futuro”, assumindo assim, o que viria a ser um dos papéis centrais para o historiador, e uma das dimensões fundamentais para se

---

<sup>19</sup> Idem, p. 70.

<sup>20</sup> BÉDARIDA, François. L'historien régisseur du temps? In: *Revue Historique*, n.605, janv-mars, 1998, p. 23. Apud LEDUC, Jean. *Les Historiens et le Temps. Conceptions, problématiques, écritures*. Paris: Éditions du Seuil, 1999. No original: “qui procède à l'inscription du passé dans le présent, établissant ainsi un pont vers l'avenir et légitimant une lecture indéfinie des sources, à la recherche du sens”, todas as traduções serão realizadas por mim e revisadas pelo professor Temístocles Cezar.

compreender a mudança de regimes de historicidade.<sup>21</sup> Tal mudança nos força a interrogar o lugar que uma história mais recente ocupava nesse contexto, pois a rigor, a própria Independência não estava distante cronologicamente, assim como muitos dos temas debatidos pelos membros nas sessões do IHGB. Esta é uma das questões principais desse trabalho, a de pensar as novas relações temporais que se estabelecem no século XIX, a partir do momento em que o regime antigo de história começa a se alterar, dando lugar a um novo regime onde a ideia de processo e as dimensões de futuro são elementos essenciais. Estabelecidos os pressupostos de análise procuro demonstrar como os debates acerca da questão indígena, a respeito do lugar e do estatuto que essas populações deveriam ter dentro do Império, representados especialmente pela polêmica entre dois letrados do período, Francisco Adolfo de Varnhagen e Gonçalves de Magalhães, traz elementos importantes para pensarmos o estatuto da história nesse momento.

### 1.1 – Como tudo começou...

O IHGB tornou-se referência em termos de pesquisa e produção literária no século XIX. A partir dele podemos vislumbrar como decorreu o processo de constituição de uma memória nacional e de certa ideia de nação, pois a recente emancipação política exigia que se fizesse algo a fim de consolidar uma identidade. Dentro dessa perspectiva, cabia aos homens daquela época chegar a uma conclusão acerca do lugar que as populações indígenas remanescentes ocupariam no Império.

Tal tema esteve presente em boa parte das páginas da *Revista do IHGB*. Por exemplo, na quarta sessão do IHGB, realizada em 04 de fevereiro de 1839, o secretário perpétuo, Januário da Cunha Barbosa leu para os sócios seis questões que deveriam orientá-los em seus trabalhos e discussões. Destas seis, quatro delas se referiam as populações indígenas, enquanto que as outras duas versavam sobre o processo de colonização. O mais importante, pelo que se percebe, era pensar e definir a especificidade da história desse povo, ao mesmo tempo, em que havia uma preocupação generalizada acerca da possibilidade ou não de catequizá-los, o que resulta em uma série de discussões entre diferentes autores. Rodrigo Turin em tese recente, ainda que voltada

---

<sup>21</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar*. In: GUIMARÃES, op. cit. 2006, p. 12. Sobre a noção de regimes de historicidade consultar: HARTOG, François. *Regimes d'historicité. Presentisme et expériences du temps*. Paris, Editions du Seuil, 2003.

para a questão da fundação de um saber etnográfico e a sua relação com o discurso histórico que vinha se formando, aponta para a importância das questões ligadas ao estatuto do indígena nesse período. Assim, o autor comenta que,

Enquanto que, em um primeiro momento, existia a intenção de mapear a disposição das nações indígenas em relação a um território a ser conhecido e governado, dando pouco interesse ao passado “histórico” desses povos, com o desenvolvimento do debate o que ocorre é uma concentração discursiva sobre a *condição histórica* desse selvagem e da possibilidade ou não de convertê-lo à civilização. Na medida em que as alternativas políticas se restringiram ao extermínio ou à assimilação, a busca pelo passado indígena assumia uma importância estratégica, sendo este passado a ser reconstruído o que qualificaria as atuais populações indígenas e lhes garantiria, ou não, um lugar no projeto civilizador do império brasileiro.<sup>22</sup>

Por outro lado, apesar do tema ter ocupado uma posição central na tarefa de escrita de uma história nacional, a questão étnica já se manifestava no século anterior, se bem que sob outra perspectiva. Eu me refiro aqui aos trabalhos que foram publicados pela *Academia Brasileira dos Esquecidos*, no século XVIII.

Iris Kantor trata justamente da formação de academias no período de 1724 a 1759, onde já é possível perceber a preocupação com os aborígenes e sua relação com a história do Brasil. A *Academia Brasileira dos Esquecidos*, foi fundada pelo governador capitão-general Vasco Fernandes César de Meneses, em 1724, com o objetivo de estudar a história e promover “certames literários”, cuja duração foi efêmera, não passando de um ano. Por sua vez, 1759, é o ano em que surge a *Academia dos Renascidos*, inspirada em seus predecessores, porém com o sincero desejo de que sua duração fosse mais longínqua.<sup>23</sup>

A fundação da *Academia Brasileira dos Esquecidos* quatro anos após a *Academia Real de História Portuguesa*, foi, segundo a autora, uma forma de estreitar os vínculos entre os súditos portugueses da Metrópole e da Colônia, e de conhecer melhor os domínios portugueses, uma vez que até o início do século XVIII, grande parte ainda permanecia inexplorada. E ainda, a maioria dos sócios que pertenciam ao grupo dos *Esquecidos* teve sua educação promovida pela Colônia, uma vez que a instalação de cursos superiores só aconteceria no século XIX, após a vinda de D. João VI para o Brasil. A ausência de cursos superiores parece influenciar diretamente naquilo que

---

<sup>22</sup> TURIN, Rodrigo. *Tempos Cruzados: a escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista*. Tese de doutorado defendida no IFCS/UFRJ, 2009, pp. 38-39.

<sup>23</sup> KANTOR, Íris. *Esquecidos e Renascidos. Historiografia Acadêmica Luso-Americana (1724-1759)*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004. Sobre as Academias Brasileiras ver especialmente o Capítulo 2: Academias Brasileiras: elites intelectuais e práticas corporativas, pp. 89-169.

é estudado pelos membros das Academias brasileiras, refletindo nas posições assumidas nos textos.

Na leitura dessas dissertações, percebe-se que há uma necessidade muito grande de mostrar que o Brasil equipara-se a Metrópole nas questões sociais e políticas, afinal para eles, não existe ainda a distinção entre brasileiros e portugueses. Ao mesmo tempo esses homens precisavam lidar com a questão do índio que povoava o Brasil e estava sempre muito próximo da sociedade. Como incorporá-lo na história da Colônia e qual grau de civilidade atribuir a ele? Essas mesmas preocupações permanecerão, sob certos aspectos, nas discussões promovidas pelo IHGB no século seguinte.

Ainda segundo a autora, o pretexto de legar uma notícia verdadeira da nova Lusitânia, parece ficar suplantado pela questão indígena e suas implicações políticas. Íris Kantor afirma que existia um “vivo debate sobre as formas de integração do índio à sociedade colonial, o qual se desenvolvia não apenas entre os membros da junta governativa, mas no âmbito mais alargado da Academia”.<sup>24</sup>

Esses debates, que podem ser percorridos, pelo menos em parte, através das páginas das dissertações da *Academia Brasílica dos Esquecidos*, que foram compiladas por José Aderaldo Castello. O volume I, tomo cinco, apresenta 23 trabalhos, dentre esses, nove se referem diretamente a questão do índio. O que comprova a permanência do tema, cuja abordagem para o século XIX, será feita a partir dos trabalhos de Magalhães e Varnhagen. Esses textos parecem se constituir, muitas vezes, como uma clara tentativa de atribuir a esses indígenas uma descendência nobre e civilizada, como a dos portugueses ou ainda a dos romanos, talvez como uma forma de justificar a integração cada vez maior desse segmento na sociedade colonial (ou pelo menos a sua tentativa). Como por exemplo, na *Dissertação Quarta* que versa sobre a conveniência ou não da redução dos índios, o autor Luís Siqueira da Gama advoga a favor da redução e oferece argumentos para persuadir o leitor, afirmando reiteradamente que essa atitude foi não apenas útil, mas necessária. O mesmo parece acontecer na *Dissertação quinta*, que trata da política escolhida para governar os índios e se a *tutela* dos mesmos ficaria com estrangeiros, magistrados ou patrícios. Conclui que nenhum destes estaria apto e questiona quem seria idôneo e capaz para exercer tal função. O ideal, em sua opinião, seria uma mescla desses três grupos.<sup>25</sup>

---

<sup>24</sup> KANTOR, op. cit. 2004, p. 116.

<sup>25</sup> CASTELLO, José Aderaldo. *O movimento academicista no Brasil 1641-1820/22*, vol. I, tomo V. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1969. Os nomes das dissertações da parte denominada *Conferências Altercadas e*

Desse modo, foi sendo conduzido o debate acerca do estatuto dos povos indígenas no Brasil. No século XIX, a questão que preocupava os membros do IHGB era a da condição humana desse grupo, a começar pelo problema da sua origem. Quem eram eles? Qual a sua descendência? Eles possuiriam a condição de civilidade exigida para conviver em sociedade? Eram povos degenerados, em estado de decadência ou eram representantes de um estado de natureza primitivo?<sup>26</sup>

Um dos textos fundamentais para a discussão é a monografia escrita por Karl Friederich von Martius, *Como se deve escrever a história do Brasil*, publicada pela *Revista do IHGB* em 1844 e vencedora do concurso de melhor trabalho sobre o tema. A partir dela se estabelece algumas diretrizes a respeito de como se deve pensar a colonização no Brasil, partindo do pressuposto da convivência das três raças: portuguesa, indígena e africana.<sup>27</sup>

Muitos comentadores já mencionaram a importância do texto de Martius para entender as diversas questões que se colocam quando se fala sobre o século XIX, inclusive que marcaria “uma nova etapa na operação historiográfica do IHGB”.<sup>28</sup> Segundo o parecer exarado pelo Instituto, a dissertação do bávaro atendia a todas as demandas da história naquele momento. Se existia alguma restrição, era o fato de os sócios não estarem preparados para desenvolver tal proposta.<sup>29</sup>

---

*Resolutas* são os seguintes: Dissertação Terceira – Se os Índios Bárbaros do Brasil tem alguma espécie de política?; Dissertação Quarta – Se foi conveniente ao Estado a conquista do Brasil, que se reduzissem os Índios, se os nacionais, por modo de República a grandes povoações; Dissertação Quinta – Da política com que se governam os Índios do Brasil, nas suas aldeias, e qual seja mais conveniente, se serem seus magistrados os patrícios, ou se os Estrangeiros; Dissertação Sexta – Do generoso despacho que deu El-Rei Dom Felipe o primeiro de Portugal a Dom Antônio Felipe Camarão e qual seja maior política, se dilatar o merecimento com a esperança do prêmio, ou antepor o galardão à súplica do beneficiário?; Dissertação Sétima – Da pena que deu o governador Mem de Sá às arrogâncias do soberbo Cururupeba; Dissertação Oitava – Da política que usou Dom Duarte da Costa triunfara dos Índios Tapuias e Tupinambás. *Dissertações Acadêmicas, e Históricas, nas quais se trata da História Natural das coisas do Brasil*: Dissertação Segunda da Origem dos Índios, e primeiros povoadores da América, e se tiveram os Antigos dela algum conhecimento. *Dissertações da História Eclesiástica do Brasil que recitou na Academia Brasílica dos Esquecidos – o reverendo Padre Gonçalo Soares da Franca no ano de 1724*: Dissertação Quinta – Se os Índios do Brasil tinham alguma Lei, como e quando a ele passou a Católica Romana.

<sup>26</sup> CUNHA, Manuela Carneiro da (org). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. Ver especialmente o capítulo escrito pela autora: Política indigenista no século XIX, pp. 133-154.

<sup>27</sup> MARTIUS, Karl Friederich von. *Como se deve escrever a história do Brasil*. RIHGB, tomo VI, 1844.

<sup>28</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História e Natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação. *Revista História, Ciências e Saúde*. Vol. VII(2), jul/out de 2000, pp. 391- 411. KODAMA, Kaori. *Os Índios no Império do Brasil, a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; São Paulo: Edusp, 2009. Cf. TURIN, 2009. Especialmente o primeiro capítulo: *A “obscura história” indígena: o discurso etnográfico no IHGB (1840-1870)*. CEZAR, Temístocles. Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de história intelectual. In: Pesavento, Sandra J. (org). *História Cultural. Experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

<sup>29</sup> RHIGB, tomo IX, 1847, p. 287.

De acordo com Manoel Salgado Guimarães, Martius foi capaz de estabelecer as diretrizes da criação de uma identidade nacional específica, pela atenção que deu à questão racial, e pela importância atribuída à experiência - o *ter visto e ter estado* aqui – que lhe proporcionaram as condições ideais para a construção do trabalho. Não é mera coincidência que o autor da nossa primeira história geral, Francisco Adolfo de Varnhagen, tenha dedicado tanta importância a questão do olhar. Em suas breves viagens ao Brasil, sempre reservou tempo para conhecer o país, o que lhe parecia condição imprescindível para a credibilidade daquilo sobre o qual se fala, sendo, portanto, sua ausência elemento de crítica aos que não “viram” com os próprios olhos.<sup>30</sup>

Como se percebe, a influência desse texto começou ainda no momento em que foi publicado. A admiração pelo trabalho de von Martius fez com que os sócios do IHGB o convidassem para ser o autor dessa história do Brasil que ainda não havia sido escrita, mas ele declinou do convite. Anos mais tarde, quando Varnhagen concluiu essa tarefa, foi acusado de imitar ou, pelo menos, de seguir muito fielmente as diretrizes propostas por von Martius, como insinuou o geógrafo francês Armand d’Avezac.<sup>31</sup>

No entanto, independente das acusações serem verdadeiras ou não, o que está em pauta aqui é a forma como os membros do Instituto deveriam tratar a questão dos indígenas. A proposta apresentada por Martius é apenas o começo dessa discussão. Martius foi um dos primeiros autores a ter em conta a peculiaridade da formação social do Brasil. Ao dividir a sua dissertação em quatro partes, já ficam claras as suas intenções de utilizar-se do estudo das três raças. Segundo Temístocles Cezar, trata-se de uma audácia do autor incluir no processo de formação da identidade nacional não apenas os índios, mas também e, sobretudo, os negros, ainda que em posições inferiores.<sup>32</sup>

Enfim, mesmo com a proposta de Martius, o debate acerca do lugar do indígena na história nacional prosseguiu sem chegar a uma conclusão definitiva. Cada autor possuía um ponto

---

<sup>30</sup> GUIMARÃES, op. cit. 2000, pp. 407-410.

<sup>31</sup> CEZAR, Temístocles. *L’écriture de l’histoire au Brésil au XIX siècle. Essai sur une rhétorique de la nationalité. Le cas Varnhagen*. Tome I et II. Thèse pour obtenir le grade de Docteur de L’EHESS - École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 2002, pp. 346-348. E também: CEZAR, Temístocles. A geografia servia, antes de tudo, para unificar o Império. In: *Ágora*. Santa Cruz do Sul: Unisc, v. 11, n. 01, 2005, pp. 79-99.

<sup>32</sup> RIHGB: 6, 1844. A dissertação está dividida nos seguintes subcapítulos: 1- Ideias gerais sobre a história do Brasil; 2- Os índios e sua história *como parte* da história do Brasil; 3- Os portugueses e *seu papel* na história do Brasil; 4- A raça africana e *suas relações* com a história do Brasil. Essa divisão também representa um aspecto cronológico, ao colocar os índios como anteriores à chegada dos portugueses, e ressalta o papel secundário atribuído a raça africana que participa da história apenas através das relações que eles estabeleceram com os habitantes desse país. Cezar, op. cit. 2003. [grifos meus]

de vista particular, onde a assimilação do *selvagem* à nação ou sua exclusão estava atrelada a outras problemáticas, geralmente de cunho político.

## 1.2 – Varnhagen e a necessidade do ensino da língua indígena no Brasil

Na sessão de 1º de agosto de 1841, foi lida a dissertação escrita por Francisco Adolfo de Varnhagen, então membro correspondente do IHGB, intitulada: *Memoria sobre a necessidade do estudo e o ensino das linguas indigenas no Brasil*. Nela, o autor comenta que o tema do trabalho não apresenta nenhuma novidade, pois fazia três séculos que os jesuítas já se preocupavam com ele, e, modernamente, outros escritores vinham chamando a atenção para a importância do estudo da língua indígena como uma forma de influenciar na catequese e civilização dos mesmos.<sup>33</sup>

Esse não será o único estudo do autor a respeito da temática. Ao longo de sua carreira, outros textos tornarão suas ideias acerca do assunto mais perceptíveis, mesmo que alguns elementos permaneçam constantes.<sup>34</sup> Para começar, Varnhagen não acredita que a civilização possa ser construída, mas herdada, logo os índios brasileiros, na sua visão, estariam excluídos de tal condição. Igualmente a questão da origem dos povos aborígenes, que já aparece nesse primeiro texto, será trabalhada posteriormente e reaparecerá em seu último livro, do qual falaremos mais adiante.

Assim, ele irá se posicionar contrariamente a maioria dos letrados do Instituto, que viam na catequese um meio eficaz para a conversão à civilização. Nas palavras de Januário da Cunha Barbosa, a “catequese é o meio mais efficaz, e talvez o único, de trazer os Indios da barbaridade de suas brenhas aos commodos da sociabilidade”.<sup>35</sup>

Apesar dessas restrições, Varnhagen curiosamente deixa nesse texto (talvez por ser um dos primeiros, ou pelo lugar onde seria apresentado), um pouco de lado os seus princípios em relação à catequese, e vai apoiá-la como um meio para atingir esses homens, considerados por ele tão rudes. O autor chega a sugerir vantagens materiais como uma forma de conquistar a confiança dos povos nativos, demonstrando assim, que se busca apenas o seu bem estar. Ao mesmo tempo,

---

<sup>33</sup> RIHGB, tomo III, 1841, p. 53.

<sup>34</sup> Os principais textos nos quais Varnhagen trabalha com o tema dos indígenas são: *Memorial Orgânico* (1849); *História Geral* (1854-1857); *Os Índios Bravos e o Sr. Lisboa* (1867); *História Geral*, segunda edição (1871) e, por fim, *L'origine touranienne des Américains* (1876).

<sup>35</sup> RIHGB, tomo II, 1840, p. 04.

os ensinamentos morais da doutrina cristã também seriam importantes para que reconhecessem os benefícios de se viver em sociedade e a partir daí, pudessem aprender o idioma vulgar, aumentando assim a comunicação entre as partes. Tais premissas deveriam ser seguidas, a fim de se atingir um bom resultado no estabelecimento dessas relações.<sup>36</sup>

No entanto, seu interesse se desloca rapidamente para a questão da língua indígena. É isso que lhe intriga. Para Varnhagen, urge que se aprenda a falar a língua dos nativos, pois é através dela que se pode chegar à conversão e também a um conhecimento acerca de seu passado, visto serem tais sociedades ágrafas. Ele defende a criação de colégios bilíngues, assim como já havia feito Januário da Cunha Barbosa em 1840, e a (re)impressão de gramáticas, dicionários e outros materiais que venham a esclarecer a língua.

Porém, Senhores, não é agora o meu fim divagar na exposição de uma verdade já conhecida pelos antigos e mui repizada pelos modernos, e até quazi praticada em nossos dias, pois segundo os consta se chegou a crear n'esta capital, ainda que sem fructo, aula de lingua Guarany. [...] As nossas intenções devem ir mais longe, porque devemos olhar tanto para o presente como para o futuro.<sup>37</sup>

Retomando o trabalho de Rodrigo Turin, a proposta de Varnhagen apresenta duas premissas. A defesa do ensino na língua dos indígenas, onde “restaura’ a estratégia jesuíta de uma conversão *da* escrita e *pela* escrita, através da qual o selvagem poderia vir a compartilhar uma “memória’ ocidental e cristã”. E, em segundo lugar, aquele que será seu objetivo maior: a formação de um arquivo.<sup>38</sup> Assim, a língua deveria ser a chave para o conhecimento histórico acerca do passado dos povos aborígenes, ao mesmo tempo em que seriam desvendadas, por assim dizer, as origens do Brasil. A ideia de que o tempo corrói o conhecimento que acreditamos possuir acerca do passado se faz presente, quando ele diz que:

Tempo virá em que alguns acontecimentos contemporaneos, cujas causas e effeitos hoje seria facil conhecer, venham a ser assumptos de controversia, como já o são muitas nações acerca dos autocthones, principalmente as que derivam de suas línguas, em que algum dia virão a ser tanto mais diferentes de estudar, quanto mais tempo deixarmos correr.<sup>39</sup>

---

<sup>36</sup> RIHGB, tomo III, 1841, pp. 53-54.

<sup>37</sup> Idem, p. 54.

<sup>38</sup> TURIN, op. cit. 2009, p. 79.

<sup>39</sup> RIHGB, tomo III, 1841, p. 55.



Para além da questão do *dever* de preservar o mais fielmente possível os acontecimentos, especialmente a língua, fica implícita a sua preocupação com a questão do que chamaríamos hoje, de historicização do personagem. O índio, para Varnhagen, não deveria fazer parte da civilização, como dissemos anteriormente, pois ele não a teria herdado, no entanto, ao transformá-lo em arquivo, localizando-o no passado, ele teria, assim, garantido o seu lugar na história da nação brasileira.

O registro escrito da história dos povos aborígenes também busca suprir a fragilidade implícita na cultura oral. Varnhagen chama a atenção para esse fato, concluindo que dia virá em que não se saberá nem que cor teria esses índios, uma vez que em sua opinião o que se vê naquele momento são vestígios de uma civilização decadente. Em suas palavras, “hoje é recebido que os autocthones d’este territorio pertenciam a uma geração, que já ia e vae decadente, e por tanto tambem a sua lingua”.<sup>40</sup>

Nesse movimento cuja finalidade era a da formação de um arquivo, a transcrição da língua do âmbito oral para o escrito constituía uma etapa importante do processo de prova monumental, afinal, são essas lembranças, transmitidas de geração em geração, que serão restauradas e utilizadas a fim de compreender o passado. Como afirmou Paul Ricoeur, no seu estudo sobre a fenomenologia da memória, existem importantes correlações entre o ato de recordar e o lugar. É dessa maneira que se configuram os *lugares de memória*, uma vez que o ato de recordar “é então o do reconhecimento”. Opera-se, portanto, a passagem de uma memória corporal para a do lugar, esta com a clara finalidade de lutar contra o esquecimento, pois os lugares “‘permanecem’ como inscrições, monumentos, potencialmente como documentos, enquanto as lembranças transmitidas unicamente pela voz voam, como voam as palavras”.<sup>41</sup>

É essa insuficiência da oralidade que deve ser combatida. No entanto, não podemos nos deixar levar pelas dificuldades que o emprego de tais recursos oferece. Ainda segundo Ricoeur, não é preciso abordar a questão da memória pelo seu viés negativo, ou seja, pelas suas patologias, deficiências e disfunções. Sua abordagem da memória privilegia o potencial que ela oferece. É no âmbito de sua *capacidade* que se encerra seu aspecto positivo, por assim dizer, uma vez que “é a convicção de não termos outro recurso a respeito da referência ao passado, senão a própria memória”, o que muitas vezes impele a um julgamento negativo a seu respeito.

---

<sup>40</sup> RHIGB, tomo III, 1841, p. 55.

<sup>41</sup> RICOEUR, Paul. *A Memória, a História, o Esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2007, pp. 57-60. Sobre os *lugares de memória* ver também o trabalho de NORA, Pierre. *Les Lieux de Mémoire*. Paris: Quarto Gallimard, 1997.

O que ocorre é que, justamente, por não possuímos nada melhor para acessar o passado, precisamos confiar que sua ambição de verdade seja garantia suficiente para a reconstrução daquilo que não existe mais. Nesse sentido, dois aspectos devem ser considerados. O primeiro é a diferenciação em relação à imaginação, esta sim, não possui nem um compromisso com a verdade. E por fim, temos a questão do testemunho que acaba adquirindo uma importância maior, uma vez que ele se torna o mediador, ou como afirma o filósofo, “a estrutura fundamental de transição entre a memória e a história”.<sup>42</sup>

O testemunho, aqui, adquire sua potencialidade máxima quando se torna registro. Ele garante assim, o alcance do passado almejado pelos letrados. Logo, transformar a cultura indígena em arquivo, ou seja, promover o resgate do seu passado, segundo as palavras de Rodrigo Turin, é “uma maneira de ‘provar’ a possibilidade de sua ‘conversão’ à civilização, ou, ao contrário, a sua condenação a um estado de barbárie”.<sup>43</sup>

Durante o século XIX, esse debate acerca da condição dos povos indígenas se polarizou, portanto, em dois grupos principais: o primeiro defendia a catequização, pois acreditava que os indígenas eram formas decaídas de uma civilização anterior e não seres primitivos e por isso mereciam a chance de se reabilitarem, já o segundo grupo pensava neles como seres incapazes de sair do seu estado de natureza. Varnhagen pertencia ao último grupo. Gonçalves Dias, Gonçalves de Magalhães, Joaquim Norberto, von Martius eram partidários do primeiro. No entanto, é preciso ressaltar que existem controvérsias em relação à interpretação da posição que cada um ocupa dentro do primeiro grupo, muitas vezes sua filiação não é tão clara.<sup>44</sup>

Para Varnhagen, o estudo dos vocábulos indígenas era uma forma de “deduzir com mais exactidão do que só por conjecturas a descendencia e emigração de algumas raças que se acham no norte do Brasil com a mesma lingua que outras do sul, deixando no espaço intermedio povos mui diferentes em tudo”.<sup>45</sup> É através da língua que o nosso historiador pretendia corroborar a ideia da emigração dos autóctones para o continente americano, bem como provar o seu estado decadente, opondo-se assim, a maioria dos letrados do período. Era assim, também, que esses

---

<sup>42</sup> RICOEUR, op. cit. 2007, pp. 40-41.

<sup>43</sup> TURIN, op. cit. 2009, p. 47. Cf. também: KODAMA, 2009 e CEZAR, 2003.

<sup>44</sup> TURIN, op. cit. 2009, p. 46.

<sup>45</sup> RIHGB, tomo III, 1841, pp. 55-56.

povos deveriam fazer parte da história do Brasil; eles seriam anteriores aos portugueses, mas nem por isso representariam as nossas origens.<sup>46</sup>

Temístocles Cezar faz referência a questão quando comenta que, no Brasil, no século XIX, os indígenas, juntamente com os portugueses e africanos formavam um triângulo, que buscava a elaboração de um discurso de pertencimento a um passado e presente comuns, promotores da identidade brasileira. História e geografia se uniam a fim de se “constituir como campo de saber capaz de explicar a existência de uma nação formada ao longo do tempo por Brasileiros”.<sup>47</sup> A definição desse estatuto, no entanto, passa por certas dificuldades, uma vez que a origem dos povos indígenas permanecia desconhecida.

Esse é o teor da defesa de Varnhagen acerca da necessidade do estudo e do ensino das línguas indígenas no país. De acordo com o historiador, outros países civilizados, como os do continente europeu, já promoviam o estudo das línguas mortas que estavam na base da língua usada modernamente por eles, para assim compreender melhor seu passado. Afirma que hoje, não há mais a necessidade de se dominar esses idiomas mortos para adquirir o bom conhecimento, uma vez que grande parte das obras mais importantes encontra-se traduzidas, “Essa época já passou: hoje sem as profundar profissionalmente, é possível desfructar os bons resultados que o seu estudo introduziu”.<sup>48</sup>

Com isso, não quer promover o fim do ensino do latim e grego, por exemplo, mas sugerir que se deixem os estudantes livres para que escolham uma ou duas línguas de seu agrado para aprenderem, além de mostrarem o domínio perfeito da língua materna. Porém, existe uma peculiaridade que faz com que o estudo da língua indígena seja ressaltado pelo autor, e que faz

---

<sup>46</sup> Essa ideia da emigração dos indígenas brasileiros, bem como da sua invasão será desenvolvida em seu último trabalho: *L'origine touranienne des Américains Tupi-Caribes et des Anciens Égyptiens. Indiquée principalement par la philologie comparée: traces d'une ancienne migration en Amérique, invasion du Brésil par les Tupis* (1876), onde após exaustivos estudos em diversas línguas, a fim de encontrar a que mais se identificasse com a língua falada pelos índios brasileiros, e utilizando por método a filologia comparada e a análise etnográfica, ele chega a conclusão de que os Tupis eram produto de um cruzamento entre os Cários, navegadores da Ásia Menor, de origens turanianas ou uralo-altaicas, que teriam emigrado para a América Central encontrando aí os povos indígenas de origem mongólica. Para uma análise mais detalhada ver: CEZAR, Temístocles. *Anciens, Modernes et Sauvages, et l'écriture de l'histoire au Brésil au XIXe siècle. Le cas de l'origine des Tupis. Anabases. Traditions et réceptions de l'Antiquité*, v. 8, pp. 43-65, 2008.

<sup>47</sup> No original, “constituer en tant que champs de savoir capables d'expliquer l'existence d'une nation formée au cours du temps par des Brésiliens”. Idem, p. 48.

<sup>48</sup> RIHGB, tomo III, 1841, p. 60.

com que deva ser estimulado e, inclusive premiado, é que “todas as mais são já linguas escriptas, e por isso as mesmas mortas tem já uma alma eterna na imprensa”.<sup>49</sup>

O mesmo não aconteceu ainda aqui no Brasil, por isso a sua insistência no estudo, ensino e registro da língua indígena. Assim:

Dê pois o Brasil e toda a América, e o mais breve possível, uma prova de adesão ao seu continente, despresando preocupações inveteradas, e promovendo por todos os meios o estudo das linguas indígenas, pelo menos até ellas estarem tambem escriptas, e haverem as sciencias e as letras conseguido as idéas luminosas que o seu estudo fornecerá. E os vindouros nos agradecerão mais esta introdução, do que se apenas se lhe conservassem aulas de Hebraico, Grego, ou Latim, que a todo o tempo se poderão novamente transplantar da Europa.<sup>50</sup>

Varnhagen reconhece que, talvez, sua postura seja vista pelos seus contemporâneos como exagerada, mas afirma que somente o tempo dirá quais “faces deverá o escarneo ter corado”.<sup>51</sup> Na Europa, observa o autor, muitas preciosidades literárias foram salvas pelas ordens religiosas. O historiador acredita que o mesmo possa acontecer na América. Roga, então, a bênção de Deus para que os missionários se interessem pelo estudo dessas línguas para a conversão dos indígenas e que sua duração seja menos precária.

O reconhecimento da patria virá ao governo esclarecido que a tal respeito providenciar: os litteratos bemdirão a memoria de todos os que cooperarem para bem das sciencias e das lettras; e a humanidade reconhecida apregoará por mil boccas o reinado bem aventurado em que tantos dos seus membros passarem a gozar dos bens inherentes á sociedade e á civilisação.<sup>52</sup>

Eis o desfecho do seu texto, no qual o autor faz uma clara associação entre o desenvolvimento de uma literatura nacional, pode-se dizer, ainda embrionária, e a própria ideia de nação civilizada. É o progresso das letras e da ciência que coroarão a nossa independência. E quem estudar as línguas indígenas, diz, prestará grande auxílio, “para o bem da pátria,

---

<sup>49</sup> RIHGB, tomo III, 1841, p. 60.

<sup>50</sup> Idem.

<sup>51</sup> “Mas eu, Srs., quasi prevejo que a seriedade com que trato este assumpto, que julgo transcendente, poderá trazer sobre mim o escarneo da geração presente, que talvez julgará as minhas idéas só nascidas do gosto da novidade. Que julguem não me importa. Espero e tenho que estas minhas palavras viverão mais algum tempo que eu, - do que nós todos! E então os literatos decidirão algum dia que faces deverá o escarneo ter corado”. Idem.

<sup>52</sup> Idem, p. 61.

alimentando o espírito de nacionalidade, que na judiciosa opinião do americano Ellery Channing é a literatura nacional a primeira base para se firmar a independência e integridade das nações”.<sup>53</sup>

Por fim, Varnhagen faz algumas sugestões práticas que possam auxiliar o desenvolvimento das ideias que ele expôs. Uma das primeiras providências que o Instituto deveria tomar era pedir urgentemente ao governo que providenciasse o estabelecimento de escolas com línguas indígenas. Além disso, pedia também a reimpressão da segunda parte do *Diccionario Portuguez e Brasileiro*, cujo manuscrito encontra-se na Bibliotheca Publica, bem como outros dois sobre a língua indígena. Varnhagen ainda recomenda a “brevidade” de tais ações até para salvá-los dos ataques de traças e outros bichos que vem corroendo-os.<sup>54</sup> Principalmente, ele sugere a criação de uma sessão de Etnografia Indígena, estabelecendo as diretrizes para o seu funcionamento, quantos sócios deveriam ser empregados e como estes deveriam proceder. Essa mobilização visava esclarecer a “obscura historia d’este territorio antes do seu chamado descobrimento”. Para tanto, os sócios designados para essa tarefa, reunidos em duplas, deveriam observar o número, o nome dessas nações, entre outras características, com o objetivo de elaborarem uma carta etnográfica. Sua língua, usos e costumes, a fim de organizarem um glossário acerca dos vocábulos desses povos. Seus aspectos geológicos e arqueológicos, suas crenças, meios de civilização e catequese, sempre empenhados na construção de um verdadeiro conhecimento.<sup>55</sup>

Tudo isso justificado pelo desconhecimento que existe em relação aos povos nativos, pois é “evidente a necessidade, para se conhecer bem o Brasil e a sua historia”, que o Instituto promova um estudo especial sobre esse tema, uma vez que “[por] sua natureza serem estranhas á geographia physica e historia politica, demandam aprofundado espirito, e individuos que se

---

<sup>53</sup> RIHGB, tomo III, 1841, p. 59. Sobre a questão da possibilidade de civilização dos aborígenes brasileiros, bem como da importância da língua nacional como fator de unificação num país povoado pela heterogeneidade ver: LIMA, Ivana Stolze. História nacional, língua nacional e o “povo mesclado e heterogêneo”. In: NEVES, Lucia Bastos Pereira das. (org) [et al.] *Estudos de Historiografia Brasileira*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2011.

<sup>54</sup> Idem, p. 61.

<sup>55</sup> Idem, p. 63. A idéia de um passado obscuro permeia as discussões do IHGB, seus sócios buscam através de diversos meios esclarecer as origens dos aborígenes que habitam o Brasil. Rodrigo Turin afirma que “esse topos do ‘enigma’ ou ‘obscuridade’ da história indígena seria uma questão recorrente e importante em diferentes autores no decorrer do século XIX, permeando as relações estabelecidas entre dois campos de saberes em constituição: a História e a Etnografia”. Como forma de resolver o problema da “aparente falta de historicidade dos indígenas brasileiros” foi atribuído um papel central a linguagem, os sócios do IHGB a consideravam “tanto um meio de extração, coleção e comparação de mitos e lendas, como um instrumento de catequese e civilização”. TURIN, Rodrigo. A “obscura história” indígena. O discurso etnográfico no IHGB (1840-1870). In: GUIMARÃES, Manoel Salgado (org). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, pp. 86-113.

votem com assiduidade, e quasi exclusivamente”. O autor pensa, então, que o cumprimento dessas premissas garantirá o esclarecimento etnográfico almejado.<sup>56</sup>

Na sessão de 27 de fevereiro de 1841, é publicado o parecer dado pelos sócios do IHGB à memória submetida por Varnhagen. Dividido em três partes, ocupando pouco mais de duas páginas, os sócios comentam cada um dos três pontos que o autor desenvolveu ao longo do seu texto. Começaremos pelo final. Todos concordam com a relevância da publicação dos manuscritos e livros referentes ao estudo da língua indígena, bem como do estabelecimento da cadeira de mesmo nome, ficando encarregados da tarefa de escrever ao governo imperial solicitando auxílio para a imediata execução dessas tarefas o Cônego Cunha Barbosa e o Desembargador Pontes. Quanto à criação da seção de etnografia indígena, esta deve ser apresentada na assembléia geral de aniversário do Instituto, uma vez que sua criação implica em alterar os estatutos do Instituto. Ao que concerne ao primeiro ponto da sua memória, que versa sobre a importância do estudo da língua indígena, bem como de seus costumes, os pareceristas manifestam a sua discordância em relação a alguns pontos, embora ressaltem o fato de que tais estudos contribuíssem para a catequização e o conhecimento da história do Brasil.<sup>57</sup>

Os motivos que influenciaram nessa argumentação podem estar diretamente ligados as posturas adotadas pelo autor. Como enfatizamos, sua posição em relação à natureza dos índios brasileiros e seu estado de civilização divergiam das opiniões difundidas pela maioria dos letrados da época. No confronto com o texto de Gonçalves de Magalhães e a polêmica que se segue, serão retomadas as questões implicadas nesse parecer.

### **1.3 – Magalhães e os índios perante a história**

Domingos José Gonçalves de Magalhães publica sua memória *Os Indígenas do Brasil perante a História* na *Revista Trimensal do IHGB*, em 1860, ou seja, alguns anos após o texto escrito por Varnhagen. A estrutura que organiza o seu trabalho parece ter sido pensada com o

---

<sup>56</sup> RIHGB, tomo III, 1841, p. 62.

<sup>57</sup> “Pelo que respeita á primeira parte, com quanto a Commisão não possa annuir exacta e rigorosamente a muitas das opiniões do Sr. Varnhagen, pensa todavia que o estudo e ensino das sobreditas linguas é de grande importancia para a cathequese dos Índios, e para a illustração da historia do Brasil; e por isso entende que essa primeira parte deve ser enviada á Commissão encarregada de redigir o periodico pelo Instituto”. Sala de sessões 14 de novembro de 1840 – R. de S. da S. Pontes. – C. J. de A. Vianna. – T.J.P. de Serqueira. Idem, pp. 138-140.

claro intuito de promover o debate direto com aquela outra memória. Dividida em catorze partes, cada uma das quais contendo no título uma rápida explicação do que viria a seguir, ao mesmo tempo em que parecem manifestar certa animosidade em relação à produção do seu antecessor, deliberadamente ou não, alguns deles constando inclusive o nome do historiador.<sup>58</sup>

Na primeira parte intitulada, *Os documentos escriptos sobre os indigenas do Brasil devem ser julgados pela critica, e não cegamente*, o autor se preocupa em ressaltar qual é o papel da crítica na escrita da história, o que entende por história e qual é o seu método. Subsiste aqui um apelo à imparcialidade com vistas a alcançar a *verdade*, pois, em sua opinião, as notícias acerca dos indígenas na América são contraditórias e não se pode aceitá-las sem um exame prévio. Sua primeira crítica se concentra no fato de a maioria dos escritores não privilegiarem a ciência, mas sim ressaltarem o extraordinário, o que os leva ao exagero e às fábulas.

Si alguns escriptores modernos por simples conjecturas bem ou mal fundadas, julgarem-se auctorizados a recusar o testemunho do grande Padre Vieira, quando parece avultar a população dos indigenas do Brasil; a matança que nelles se fazia para captival-os, e a crueldade dos seus colonisadores; porque admittiremos a esmo o que em contrario dizem outros que não valem tanto como o celebre jesuita, a quem o Brasil e as letras são devedores de assignalados serviços?<sup>59</sup>

Essa crítica caberia muito bem a Varnhagen, cuja ojeriza aos nativos parece se intensificar após um episódio sofrido por ele numa viagem pela estrada real, onde sua caravana é atacada por um grupo de indígenas. Alguns autores acreditam que essa experiência tenha contribuído para que a avaliação negativa do autor acerca dos índios tenha aumentado, ou mesmo se transformado completamente.<sup>60</sup>

O segundo ponto visa à reabilitação do elemento indígena na população brasileira, diferentemente do que ocorre com o português, cuja civilização é reconhecida. No terceiro subitem aparece uma referência direta ao Varnhagen, manifesta no seu título: *Historia Geral do Brasil, pelo Sr. Varnhagen. Si cabe aos nossos selvagens o titulo de Indigenas. Considerações sobre as antiguidades americanas*. Após um breve elogio às capacidades de pesquisador do

---

<sup>58</sup> MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Os Indígenas do Brasil perante a História*. RIHGB, tomo XXIII, 1860, pp. 03-66.

<sup>59</sup> Idem, p. 05.

<sup>60</sup> Cf. PUNTONI, Pedro. *O Sr. Varnhagen e o patriotismo cabloco: o indígena e o indianismo perante a historiografia brasileira*. In: JANCSÓ, István (org.) *Brasil: formação do Estado e da Nação*. Coleção Estudos Históricos. São Paulo: Ed. Hucitec. Fapesp, 2003. TURIN, op. cit. 2009.

historiador, Magalhães parte para uma crítica direta, cujos desdobramentos serão objeto de um sub-capítulo.

Na quarta parte, o autor utiliza a carta de Pero Vaz de Caminha para demonstrar que os índios possuíam ideias de justiça, ordem social e governo. No sub-capítulo seguinte, servindo-se de fontes como Jean de Lery e Gabriel Soares, Magalhães procura mostrar as contradições existentes nos dois autores, concluindo que, “o espírito humano é o mesmo por toda parte. Exemplo de Lord Byron”.<sup>61</sup> Já no sexto ponto, reforça as ideias apresentadas nos trechos anteriores através de exemplos que visam explicar algumas práticas indígenas. Na sétima parte aparecem às questões acerca da moral, estoicismo e hospitalidade, e o modo como receberam Cabral e Martim Afonso. A seguir, o autor faz uma discussão a respeito de alguns aspectos da noção de civilização. Nos itens posteriores apresenta mais elementos que permitam compreender o funcionamento da sociedade indígena em suas relações internas e externas. E por fim, no sub-capítulo 14, são expostas as suas conclusões históricas.

Esta obra, em função do seu tema e das suas opiniões, talvez possa ser pensada, como uma espécie de coroamento de um trabalho ao qual o autor se dedicou durante a maior parte de sua vida. Formado pela faculdade de medicina do Rio de Janeiro, Gonçalves de Magalhães logo perdeu o interesse pela profissão. Numa viagem a Europa após o término do curso, deu início à carreira pelo qual seria reconhecido. Juntamente com seus amigos Araújo Porto Alegre e Sales Torres Homem fundou, em Paris, a revista *Niterói*, onde foi publicado o manifesto considerado a origem do romantismo brasileiro, em 1836.<sup>62</sup>

É importante retomarmos argumentos desse texto, uma vez que com a difusão do movimento romântico, os índios entraram com maior vigor nas discussões no Brasil. Urgia estabelecer o seu grau de civilização e a possibilidade de integrá-lo ou não à sociedade. Como nos referimos anteriormente, os debates se polarizaram.

Gonçalves de Magalhães pertencia ao grupo de letrados que viam nesses indígenas as marcas da decadência de um povo e não o estado primitivo e de total selvageria que Varnhagen promoveria mais tarde. Nesse sentido, Magalhães buscava apresentar o maior número possível de elementos que corroborasse a sua tese. Em seu *Discurso*, ele irá chamar a atenção para o fato de a tribo dos Tamoios ser reconhecida pelo seu talento musical e poético. Tais manifestações iam ao

---

<sup>61</sup> RIHGB, tomo XXIII, 1860, p. 16.

<sup>62</sup> MAGALHÃES, Domingos Gonçalves de. *Discurso sobre a História da Literatura do Brasil*. Apresentação de Lêdo Ivo. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994, pp. 05-62.



encontro da ideia de que era possível que os autóctones saíssem de seu estado selvagem, pois para ele estas expressões artísticas possibilitavam “assenhorear-se da liberdade humana, vibrar as fibras do coração, abalar e extasiar o espírito”. É através da música e da poesia empregadas pelos jesuítas que “os selvagens abandonavam os seus bosques, e se amoldavam ao christianismo e á civilização”.<sup>63</sup>

O tema dos indígenas também fazia parte da nova corrente literária em gestação no período, onde existia uma busca constante por elementos que diferenciasse a literatura produzida no Brasil daquela elaborada pela Metrópole. Aqui o conflito da colonização se manifesta, é uma das razões pelas quais os indígenas serão valorizados por alguns escritores, pois se buscava mostrar a originalidade da civilização tropical em processo de formação.

Este é um dos motivos pelos quais o romantismo é comumente associado ao processo de emancipação política brasileira. De acordo com Antônio Cândido, na formação das bases dessa corrente artística está o movimento pela Independência brasileira por três razões. Em primeiro lugar, pelo desejo, cada vez mais recorrente de exprimir uma nova ordem de sentimentos como o orgulho patriótico, em segundo lugar pela vontade de constituir uma “literatura *independente, diversa*, não apenas uma *literatura*”, abandonando as premissas do Classicismo. Por último, a noção de atividade intelectual não apenas como uma forma de provar o valor brasileiro, mas de “tarefa patriótica na construção nacional”.<sup>64</sup> Assim, de certo modo, o romantismo brasileiro foi tributário do nacionalismo, embora não se possa afirmar que o contrário seja igualmente verdadeiro. O que se pode dizer, ainda segundo Cândido, é que o “despertar das nacionalidades”, primeiramente na Europa e depois nos novos países, conduziu a uma “exaltação afetiva, tomada de consciência, afirmação do *próprio* contra o *imposto*”. Por essa razão o movimento privilegia entre seus temas, aqueles que descrevem os “costumes, paisagens, fatos, sentimentos carregados de sentido nacional”.<sup>65</sup>

O *Discurso* já comporta várias dessas características. Nele o autor procura compor um quadro histórico da literatura brasileira, não sem dificuldades, diz ele, pois são escassos os

---

<sup>63</sup> Utilizando como referência um manuscrito antigo cuja autoria era desconhecida de Magalhães na época em que ele publicou pela primeira vez esse trabalho, que posteriormente, foi atribuída a Gabriel Soares por Francisco Adolfo de Varnhagen, nele são encontradas provas de que esses índios eram tidos por “grandes músicos entre o gentio, e bailadores, os quaes são mui respeitados dos gentios por onde quer que vão”. E tais atributos não são exclusivos dos Tamoiós, diz o autor, mas também se manifestam nos Caiatés e nos Tupinambás. MAGALHÃES, 1994, pp. 46-48.

<sup>64</sup> CÂNDIDO, Antônio. *Formação da Literatura Brasileira*. Volume 2. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia Limitada, 1997, p. 12. Itálicos do autor.

<sup>65</sup> Idem, pp. 16-17. Itálicos do autor.

documentos. Nenhum autor nacional até então, havia se preocupado em estudar o tema, somente alguns estrangeiros escreveram umas poucas linhas acerca da literatura de língua portuguesa. Logo, para realizar tal trabalho, o autor propõe um conjunto de questões: qual a origem da nossa literatura? Quais as suas características, progressos e fases? Quem a escreveu, e “quaes as circumstancias que em diversos tempos favoreceram ou tolheram o seu florecimento?”<sup>66</sup>

Assim, Gonçalves de Magalhães começa o seu trabalho realizando uma breve retrospectiva histórica, onde aponta as possíveis causas para o aparecimento tardio de uma literatura brasileira, bem como as condições desfavoráveis que dificultaram o trabalho dos primeiros literatos. Aqui se percebe uma crítica à colonização portuguesa, pois ao comentar a escassez de escritores brasileiros, ele atribui como causa às condições opressoras exercidas pela Metrópole sobre a Colônia que não favorecia o aparecimento das letras no Brasil. Outro fator que teria contribuído para o esquecimento dos poucos escritores era o fato de eles escreverem em língua portuguesa, não tão conhecida quanto o francês, inglês ou alemão.<sup>67</sup>

Herdeira, num primeiro momento da civilização portuguesa, Magalhães propõe que a literatura deva se libertar, “comtudo bôa ou má d’elle herdou, e o confessamos, a litteratura e a poesia, que chegadas a este terreno americano não perderam o seu character europêu”. Logo, era tempo de se libertar e superar a influência metropolitana. Assim, afirma que hoje, o Brasil tem uma dívida em relação à civilização francesa. A originalidade que o autor busca fica evidente quando afirma que: “A poesia brasileira não é uma indigena civilisada; é uma Grega vestida á francesa e á portuguesa, e climatisada no Brasil”.<sup>68</sup> Ou seja, é o elemento europeu, civilizado que deveria ser enfatizado, pois tais características provariam o grau de civilização do país. Então, não é apenas isso que deve ser levado em conta. Magalhães quer destacar o elemento original da nossa cultura, uma vez que, “em poesia requer-se mais que tudo invenção, genio e novidade”, pois muitas vezes os poetas brasileiros se transformaram em pastores da Arcádia, como efeito da poesia estrangeira sobre seus espíritos.<sup>69</sup> Trata-se, todavia, de um processo longo, pois no “principio das cousas obra-se primeiro como se pôde, a reflexão vem mais tarde”.<sup>70</sup> No estado atual de civilização, segue Gonçalves de Magalhães, percebe-se uma diferença notável, e isso se

---

<sup>66</sup> MAGALHÃES, op. cit. 1994, p. 24.

<sup>67</sup> “E poder-se-há com razão accusar o Brasil de não ter produzido intelligencias de mais sobido quilate? Mas que povo escravizado pôde cantar com harmonia, quando retinido das cadeias o ardor das feridas sua existencia torturam?”. Idem, p. 32.

<sup>68</sup> Idem, p. 36.

<sup>69</sup> Idem, p. 37-38.

<sup>70</sup> Idem, p. 39.

deu por causas que, segundo ele, ninguém ignora. “Hoje o Brasil é filho da civilização franceza, e como Nação é filho dessa revolução famosa que abalou os thronos da Europa, e repartio com os homens a púrpura e os sceptros dos reis”.<sup>71</sup>

Inicia-se, assim, um novo período para a história e a literatura brasileira. É esse aspecto original que deve ganhar destaque. Embora não tenha ainda um “caracter nacional pronunciado, que a distinga da portugueza”, nem por isso os letrados deixam de almejar um futuro, não muito distante, que difira da realidade atual. Nesse sentido, José Luís Jobim vê o uso do índio como uma forma de eleger um herói “porque este podia ser representado como o nativo legítimo do Brasil – aquele que desde sempre aqui viveu e que lutou heroicamente contra os colonizadores estrangeiros”, pois não haveria nada melhor para “um movimento literário nacionalista do que um herói que pode ser apresentado como um legítimo produto de nossa terra”.<sup>72</sup>

Esse movimento de valorização e “invenção do indígena”, na busca de uma originalidade, símbolo de independência e das particularidades do país, segundo as palavras de Pedro Puntoni, promoveu uma idealização do índio, que depois viria a ser conhecido como indianismo, cujo expoente máximo seria representado por Gonçalves Dias, e que remontava a concepção de homem natural e a poesia do período clássico português. Os poemas escritos ainda no século XVIII já introduziam, de certa forma, essa valorização do selvagem, como se percebe no *Uruguay* (1769) e o no *Caramuru* (1781), precedida e acompanhada de perto, por escritores franceses como François-René de Chateaubriand (1768-1848) e Jean-Ferdinand Denis (1798-1890).<sup>73</sup> O que, por sua vez, corrobora a afirmação de José Luís Jobim de que “a literatura no Brasil tematizou o indígena, desde os seus primórdios”.<sup>74</sup>

Portanto, é a partir dessas problematizações que serão colocadas a questão do índio, bem como da nação. Nesse processo de construção de uma identidade nacional, a paisagem natural e seu habitante mais legítimo, o índio servirá aos interesses dos letrados que viam a possibilidade de apreender algo que representasse verdadeiramente a ideia de nação brasileira. No âmbito dessa construção, segundo Kaori Kodama, pode-se verificar a possibilidade de “transformação do índio

---

<sup>71</sup> Magalhães, op. cit. 1994, p. 40.

<sup>72</sup> JOBIM, José Luís. O Indianismo literário na cultura do Romantismo. In: BERND, Zilá. ÚTEZA, Francis (org). *Produção Literária e Identidades Culturais. Estudos de literatura comparada*. Porto Alegre: Zagra Luzzatto, 1997, pp. 91-109. Citação p. 99.

<sup>73</sup> PUNTONI, Pedro. A Confederação dos Tamoyos de Gonçalves de Magalhães. A poética da história e a historiografia do Império. In: *Novos Estudos*, n. 45, julho de 1996, pp. 119-130.

<sup>74</sup> JOBIM, op. cit. 1997, p. 94.

em objeto academicamente recortado pelo Instituto Histórico – objeto que se via reportado à história e à geografia do país”.<sup>75</sup>

A literatura no século XIX pode ser encarada como um fenômeno histórico, nas palavras de Antônio Cândido, “exprimindo o espírito nacional. Se o Brasil era uma nação, deveria possuir um espírito próprio como efetivamente manifestara pela proclamação da Independência; decorria daí, que tal espírito deveria manifestar-se na criação literária”.<sup>76</sup> De fato, a ausência de limites claros entre as disciplinas, possibilitava que a literatura assumisse de modo precursor, muitas vezes, o papel de construtora da consciência histórica nacional. O embate entre Varnhagen, mais reconhecido como historiador e Magalhães mais reconhecido como poeta, pode ser ilustrativo do modo como essas questões se desenvolveram na prática.<sup>77</sup>

#### **1.4 – A polêmica em torno do estatuto indígena. O historiador e o poeta.**

“Não estamos nós vendo como se escreve a historia contemporanea? Como se alteram os factos passados debaixo dos nossos olhos?”.<sup>78</sup> Essas palavras, pronunciadas por Gonçalves de Magalhães, em 1860, são um sintoma das dicotomias vividas, naquele momento, pela comunidade de letrados. O que era a história afinal? A que(m) se destinava? Qual passado deveria ser resgatado?

Esses dilemas não seriam facilmente resolvidos e foram objetos de muitos outros debates. Aqui, particularmente, cabe destacar que a discussão tem um propósito e um alvo bem definido, o de provar que o autor da primeira história geral do Brasil, Francisco Adolfo de Varnhagen, foi

---

<sup>75</sup> KODAMA, op. cit. 2009, p. 31.

<sup>76</sup> CÂNDIDO, op. cit. 1997, p. 282.

<sup>77</sup> Cabe aqui mencionar a distinção elaborada por Aristóteles entre a poesia e a história no capítulo IX da Poética, e que influenciou durante muito tempo as concepções e atribuições desses dois campos de saber: “Pelas precedentes considerações se manifesta que não é ofício de poeta narrar o que aconteceu; é, sim, o de representar o que poderia acontecer, quer dizer: o que é possível segundo a verosimilhança e a necessidade. Com efeito, não diferem o historiador e o poeta, por escreverem verso ou prosa (pois bem poderiam ser postas em verso as obras de Heródoto, e nem por isso deixariam de ser história, se fossem em verso o que eram em prosa) – diferem, sim, em que diz umas coisas que sucederam, e outro as que poderiam suceder. Por isso a poesia é algo de mais filosófico e mais sério do que a história, pois refere aquela principalmente o universal, e esta, o particular. Por “referir-se ao universal” entendo eu atribuir a um individuo de determinada natureza pensamentos e ações que, por liame de necessidade e de verosimilhança, convem a tal natureza; e ao universal, assim entendido, visa a poesia, ainda que dê nomes aos personagens; particular, pelo contrário, é o que fez Alcibiades ou o que lhe aconteceu”. ARISTÓTELES. *A poética*. Tradução, prefácio, introdução, comentário e apêndices de Eudoro de Sousa. 3ª edição. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, pp. 115-116.

<sup>78</sup> MAGALHÃES, op. cit. 1860, pp. 04-05.

parcial em suas conclusões, agindo apaixonadamente e por isso incorrendo em erros de juízo e valor, comprometendo, em última instância, a apresentação dos fatos, alterando assim, o passado nacional.

Dessa maneira, seu método histórico apela prioritariamente para a crítica, é através dela que ele pretende mostrar as incoerências e até mesmo os erros cometidos por Varnhagen. Já a sua noção de história recorre a uma figura associada ao ofício do historiador, que frequentemente aparece nos textos do século XIX, a do juiz imparcial. A história tem seu tribunal, povoado por advogados e comandado por um juiz reto e imparcial que pronuncia seu veredicto, e que se encontra submetido à retórica das partes, “num processo pleiteado por interesses contrários”, e que tanto pode influenciar o historiador nas suas reflexões e interpretações, como na exposição dos fatos. Por sua vez, “para que estes sejam compreendidos, e fallem por si mesmos, carecem de todas as suas circunstancias; e huma sò omittida por descuido, ignorancia ou malicia, errado irá o raciocinio, injusta e falsa a conclusão”.<sup>79</sup>

O objetivo perseguido por Magalhães, de mostrar como foi negado aos índios o reconhecimento da sua importância na colonização do país, bem como da existência de noções de Deus e de justiça e outros nobres sentimentos julgados como naturais ao homem, esbarra na questão da imparcialidade. Ele se utiliza do próprio trabalho a fim de mostrar como é fácil incorrer nesse perigo.

Mostrar esse elemento tal como elle é, ou ao menos tal como se elle nos apresenta; rehabilital-o aos olhos da philosophia e da historia, é o fim a que agora me proponho; não que o seu sangue me circule nas veias, e por elle me falle; mas porque falla-me no coração amor à humanidade, e n'a alma a voz da verdade. Nem consentirei que outros affectos venham perturbar a serenidade de tão desinteressada tentativa.<sup>80</sup>

Ou seja, o apelo à parcialidade, a tomada de partido existem e é difícil resistir a eles, mas não impossível. E é exatamente nessa questão que Varnhagen será mais criticado, não apenas por Magalhães, mas também por outros letrados do período e posteriormente a ele. Tais questões não

---

<sup>79</sup> MAGALHÃES, op. cit. 1860, p. 04.

<sup>80</sup> Idem, p. 07.

deixam de ser tributárias dessa imprecisão do saber histórico, ainda em processo de constituição no século XIX.<sup>81</sup>

Portanto, a busca por novos documentos, bem como o exercício da crítica visa combater tais males. É assim que o poeta vai justificar a sua decisão de escrever sobre o texto de Varnhagen, já publicado há algum tempo. Além da reabilitação do elemento indígena e do reconhecimento do seu real valor na história brasileira, é preciso que essa mesma história seja escrita corretamente. Sendo assim, a frase que inicia o sub-capítulo, coloca de certa forma a história contemporânea em jogo, ou melhor, a política contemporânea, pois nesse momento ainda se buscam justificativas para o tipo de nação que se queria pensar para o Brasil, por isso é que o resgate “correto” do passado é tão importante.

O poeta se reportará de forma direta ao historiador, apenas no terceiro item:

constituiu-se o mais completo historiador da conquista do Brasil pelos portugueses, e o panegyrista da civilização, mesmo a ferro e fogo, pelo cativo dos povos brasileiros, com quem não sympathisa, talvez por não conhecê-los; e a quem ás vezes tudo nega, até o titulo de indígenas, chamando-lhes *vindiços alienigenas* como para não dever-lhes caridade alguma.<sup>82</sup>

Essa negação, de acordo com Magalhães, é um indício dos reparos que deverão ser feitos para que a reabilitação do elemento indígena se complete. Segundo o autor, de acordo com a definição dada por Varnhagen ao termo, fica difícil atribuí-lo a qualquer grupo humano, na medida em que faltam documentos para comprovar a genealogia dos aborígenes. Parte da dificuldade se deve ao fato de os primeiros colonizadores, aos quais Magalhães chama de bárbaros, terem queimado todos os documentos de povos como os incas, astecas e maias, os quais pelo seu esplendor e grandeza poderiam ser pensados como análogos aos da Índia e do Egito. Porém, devido à dificuldade que a etnografia tem em demonstrar a unidade ou a pluralidade da

---

<sup>81</sup> MAGALHÃES, op.cit., tomo XXIII, 1860, pp. 05-07. CEZAR, Temístocles. Lições sobre a escrita da história: as primeiras escolhas do IHGB. A historiografia brasileira entre os antigos e os modernos. In: NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das; et AL. (org) *Estudos de Historiografia Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2011, p. 93.

<sup>82</sup> Mais adiante ele inverte o discurso, tomando para si o epíteto de “vindicis alienígenas”, ao afirmar: “Como a America se achava povoada, e em parte civilizada desde remotíssimas eras, que a historia e a imaginação não attingem, e completamente ignoramos donde procederam os seus primeiros incolos; não ha razão para que nós, vindicos alienigenas, como taes também os tratemos. Indígenas lhes chamam todos os geographos; e si essa designação lhes não cabe, tambem a ninguem mais pertence”. MAGALHÃES, tomo XXIII, 1860, p. 09 e p. 11.

raça humana, Gonçalves de Magalhães acredita que a tradição bíblica é ainda a mais plausível, posição praticamente unânime no IHGB.<sup>83</sup>

Em relação aos aspectos negativos apontados por Varnhagen acerca da civilização indígena, Magalhães tenta refutá-los utilizando para isso a Carta de Pero Vaz de Caminha, e o próprio trabalho do historiador. Sua pretensão era a de “restituir uma outra historicidade aos indígenas, diferente daquela narrada por Varnhagen; e, para isso, usar dos métodos preconizados pelo historiador, invertendo suas conclusões”.<sup>84</sup> A estratégia que seria utilizada pelo poeta deveria ser, de certa forma, oposta a que vinha realizando até o momento. Todo o investimento literário que existia acerca da figura indígena, enquanto símbolo nacional seria deixado em segundo plano. Tais atitudes visavam à superação da crítica feita por Varnhagen, mas não somente destas. De acordo com Turin, o uso dos elementos etnográficos comuns ao discurso dos homens de letras da época era uma forma de justificarem “a validade e legitimidade não apenas de seu projeto literário, o qual também requeria outros tipos de argumentação, como também de um modelo de política a ser adotado em relação aos indígenas”.<sup>85</sup>

A partir desse objetivo, Magalhães constroi sua argumentação. Um dos primeiros reparos a serem feitos, com base na carta de Caminha, é em relação ao estado social dos indígenas. Para ele, “essa sympathia natural, que liga os individuos de uma mesma tribu, é o instinto da associação, a base fundamental da civilisação, e o gremem da justiça”.<sup>86</sup> Assim, o que os outros escritores veem como atitudes vingativas, Magalhães vê como um aspecto fundamental da civilização. O poeta mobilizou os antigos como exemplo e prova dessa afirmação: “a destruição de Troia não teve motivo senão a vingança de huma injuria; por motivo quase semelhante expulsaram os Romanos os Tarquínios, e destruíram a realenza”.<sup>87</sup>

Logo, as atitudes dos povos indígenas não constituem nenhuma contradição com a ideia de civilização. Ao que parece, essa era a opinião de Magalhães, que a todo custo buscava mostrar

---

<sup>83</sup> Ver para maiores esclarecimentos a tese de Rodrigo Turin, já citada. Especialmente onde ele comenta sobre as pesquisas do Dr. Lund (capítulo 1), talvez o único letrado que de alguma forma pensou a humanidade em termos evolutivos na época, mas cujo trabalho foi relegado durante bastante tempo. “Na sessão de 19 de agosto de 1847, por exemplo, é mencionado o recebimento por parte do IHGB de um volume da obra de Samuel Morton, intitulada *Crania Egyptiaca*, que servia de continuação a *Crania Americana*, a qual também havia sido doada à instituição. No entanto, no debate formado no IHGB, esse modelo de antropologia física desenvolvido pela “escola americana” não suscitou efeitos, com exceção, talvez, do Doutor Lund.” TURIN, op. cit. 2009, p. 51 et al.

<sup>84</sup> Idem, p. 53.

<sup>85</sup> Idem, p. 54.

<sup>86</sup> RIHGB, tomo XXIII, 1860, p. 14.

<sup>87</sup> Idem.

a semelhança dos selvagens com os ditos civilizados. O próprio vocábulo era passível de diferentes interpretações. Segundo ele, quando particulares levam a termo suas desavenças, é o nome de vingança aplicado às ações cometidas, mas se é o governo que toma para si o encargo de proceder ao reparo dos males, justiça é a palavra escolhida para descrever tais atos. “E porque converteremos em crime nos selvagens o que he virtude nos povos civilizados?” Não que se pretenda converter “os nossos indigenas em grandes philosophos, mas longe estamos de suppol-os, tão irracionaes que digamos com o Sr Varnhagem”. Além disso, o poeta afirma que deseja que o historiador perceba, em “favor da religião, e da moral, em honra mesmo da humanidade”, nos índios os sinais de civilização que lhes pertencem, e não apenas conceda aos antepassados desses povos, “sem duvida mais illustrados”, esse atributo maior de civilidade.<sup>88</sup>

Gonçalves de Magalhães vai mais longe, ao criticar um aspecto fundamental do ofício do historiador: o correto uso e citação das fontes. Não que, no século XIX, tais princípios teórico-metodológicos estivessem em pleno vigor ou totalmente regulamentados, mas é inegável que a questão documental começava a ser percebida como garantia e veracidade da narração. Nesse sentido, Magalhães critica o autor por este não mencionar qual dicionário havia utilizado para chegar à conclusão de que *tupi* significava tio, o mesmo fazendo com o vocábulo *tupã* que seria descrito como raio, elemento da natureza muito temido pelos índios. O que o historiador deixou de mencionar, ainda de acordo com Magalhães, foi o fato de todos os dicionários de língua indígena definirem *tupã* também como o seu deus maior, corroborando o objetivo de mostrar que tinham uma ideia de deus, logo, também possuíam, em alguma medida, um sentimento religioso.<sup>89</sup>

Na página seguinte, ele prossegue com a refutação do sentido atribuído as fontes por Varnhagen, utilizando-se do que o autor escreveu na *História Geral do Brasil*, o que nos leva a crer que a crítica está muito mais voltada ao conjunto da obra varnhageniana do que ao texto de 1840. Ele cita:

De geito que esses ignorantes, sem idéa alguma de cousa que transcendesse ao sensível, como os Egypcios, os Gregos, e os Romanos civilizados, tinham numes para todas as cousas; isto é, nada comprehendiam sem uma causa superior e

---

<sup>88</sup> RIHGB, tomo XXIII, 1860, pp. 15-17.

<sup>89</sup> “Porém, a palavra existia; era preciso dar-lhe outra significação, porque a de Deos não quadrava ao historiador, pela simples razão que elle ‘não crê concebessem (os selvagens) a idéa de um Ente superior, immortal e infinito a reger este infinito orbe’”. Idem, p. 17.



invisível, que se revela em todos os phenomenos da natureza! Mas isso mesmo é ter idéa de Deos. Nem os maiores theistas melhor o comprehendem.<sup>90</sup>

Isto é, o próprio historiador permitiu a refutação das suas afirmações. E Magalhães conclui: “o que tudo prova que os Brasilios tinham crenças, religião e culto; e disso, sem que o queiramos, nos asseguram testemunhas oculares, e entre estas o Padre Aspilcueta, citado pelo historiador”.<sup>91</sup> Os relatos de Soares e Lery também são utilizados com o intuito de contradizer Varnhagen.<sup>92</sup> Através do trabalho de Soares fica claro que mesmo ele acreditava em algumas das práticas efetuadas por esses pajés, e isso prova para Magalhães a existência de religião, moral e costumes entre os indígenas. E no mesmo caso se encontra Lery, que escreveu antes de Soares, e afirma duas vezes “que os selvagens do Brasil não só acreditam na immortalidade d’a’ma, senão que estão persuadidos que depois da morte vão as almas dos benemeritos folgar além das altas montanhas, em bellos jardins”.<sup>93</sup>

Em outro momento do texto, Magalhães faz uma clara referência ao uso e crítica do texto da *História Geral*, refutando as afirmações do historiador no que concerne a sua posição diante do estado de civilização dos indígenas, utilizando para isso uma citação do próprio Varnhagen. Na verdade ele transcreve aproximadamente três páginas do livro e depois esclarece que “O Sr. Varnhagen, com quem felizmente nem sempre estamos em desacordo, aprecia devidamente, quanto lh’o permittia o plano da sua historia, esses elementos da civilisação dos indigenas”.<sup>94</sup>

Desse modo, conclui afirmando que o espírito humano é o mesmo por toda parte: “o homem é um ente religioso e supersticioso, como é racional e social. A historia de todos os povos, as biographias de homens illustres de todas as nações estão cheias de provas desta verdade”. E com os povos indígenas não acontece de outra forma. Também eles compartilham dessa *essência* humana, mesmo que sua sociedade careça ainda do desenvolvimento das ciências,

---

<sup>90</sup> RIHGB, tomo XXIII, 1860, p. 18.

<sup>91</sup> Idem.

<sup>92</sup> CEZAR, Temístocles. Entre antigos e modernos: a escrita da história em Chateaubriand. Ensaio sobre historiografia e relatos de viagem. In: *Almanack Brasiliense*, v. 11, 2010, pp. 26-33; CEZAR, Temístocles. Quando um manuscrito torna-se fonte histórica: as marcas de verdade no relato de Gabriel Soares de Sousa (1587). Ensaio sobre uma operação historiográfica. In: *História em Revista*. Pelotas, v. 6, 2000, pp. 37-58; CEZAR, Temístocles. Varnhagen e os relatos de viagem do século XVI: ensaio de recepção historiográfica. In: *Anos 90*. Porto Alegre, n. 11, julho 1999, pp. 38-53. E também, CEZAR, Temístocles. Thevet e Léry: visão, crença e história no Brasil do século XVI. Ensaio sobre historiografia e relatos de viagem. In: *Ciências e Letras*. Porto Alegre, n. 37, jan/jun 2005, pp. 27-43.

<sup>93</sup> RIHGB, tomo XXIII, 1860, pp. 19-20.

<sup>94</sup> Idem, p. 37. A transcrição da *História Geral do Brasil* ocupa as páginas 37 a 40.

das artes, entre outras coisas. O que vale ressaltar é que o gérmen da civilização aí estava, mesmo que em estado latente.<sup>95</sup>

Por exemplo, a hospitalidade com que tratavam os estrangeiros, bem como seus próprios inimigos, que podiam entrar em suas aldeias, comer e dormir, sem qualquer receio de ser agredido antes que dissessem a que vinham, “tão patriarcal costume, si não era um preceito da sua religião” e se não era um sinal da bondade de seus corações, Magalhães declara que, “era pelo menos o resultado de um conhecimento reflectido, do quanto deve o homem ser magnânimo e compassivo com o seu semelhante”. E isto era o que pregava a doutrina cristã: ter “caridade com o próximo. Assim todos os christãos imitassem neste ponto a esses a quem chamam selvagens”.<sup>96</sup>

Após todas essas amostras de como os indígenas não eram tão selvagens quanto se poderia pensar, Gonçalves de Magalhães retoma a sua crítica a Varnhagen. Sobre ele afirma: “Nem o nosso historiador la para si pensará de outro modo; porém, no seu excessivo amor à civilização, quer a esta attribuir todos os bens, esquecendo-se momentaneamente que a civilização mesma é o resultado da boa natureza humana, que tende sempre a aperfeiçoar-se”.<sup>97</sup>

Por esse motivo é que, parte dos membros do IHGB acreditava ser possível, através da catequese, não apenas convertê-los à doutrina cristã, mas também retirá-los do estado selvagem em que se encontravam.

O homem mesmo selvagem não deixa por isso de ser um ente racional e moral; em sua alma, bem como em seu corpo, existem todos os attributos naturaes que o constituem nosso irmão; e si lhe falta nesse estado o desenvolvimento da intelligencia nas sciencias e nas artes, e algumas grandes virtudes, raros dotes de bem poucos entre os povos civilizados, em compensação porém o não macham grandes vicios e crimes que entre estes se observam; porque a cultura desenvolve tudo, o bom e o máo, a virtude e o vicio. Oxalá assim não fosse!<sup>98</sup>

A selvageria, aparentemente manteria a inocência dos povos, enquanto que a civilização produziria o desvirtuamento dos mesmos. Assim, estaria o autor tão preocupado em defender a civilização desses povos que não teria percebido que para isso estava colocando-os praticamente na categoria de selvagens, invertendo desse modo, a relação mais natural?

---

<sup>95</sup> RIHGB, tomo XXIII, 1860, p. 21.

<sup>96</sup> Idem, p. 28.

<sup>97</sup> Idem.

<sup>98</sup> Idem.

Rodrigo Turin chama a atenção para esse fato mostrando a comparação que Magalhães realiza entre os selvagens e os camponeses europeus, na qual os primeiros, por mais ignorantes que fossem nunca foram tão estúpidos ou brutais como a maior parte dos camponeses. “Como sugere Magalhães, poder-se-ia dizer até que a civilização *produz* uma selvageria, enquanto que o selvagem propriamente dito seria dotado de características tanto ou mais civilizadas que grande parte das sociedades européias”.<sup>99</sup>

Em conclusão destas observações diremos que, si compararmos estes selvagens com os homens eminentes dos povos cultos, e os da classe media, a vantagem é todas destes; mas si os compararmos a essa immensa população ignara e embrutecida da Europa, em que o habito da miseria, da obediencia, da servidão, e do rude trabalho da terra sem descanso, e sem lucro sufficiente para matar-lhe a fome, extingue pouco a pouco todos os nobres sentimentos, e a idéa mesmo de que são homens; a vantagem é toda do selvagem, que na independencia do seu character, na força de sua vontade, na altivez do seu espirito, e no garbo do seu porte conserva todos os bellos attributos da especie humana.<sup>100</sup>

Do mesmo modo que acredita que é um elemento social que separa o homem culto da massa popular, a distinção entre selvagens e civilizados não poderia ser pautada numa desigualdade natural, uma vez que “a selvageria completa é uma ficção, ou uma decadencia e aberração temporaria do estado normal do homen, que della tende sempre a sahir voluntária e instinctivamente, como de um estado de enfermidade”. Esse pensamento tem suas origens em um discurso que foi se difundindo desde o Iluminismo, especialmente com Rousseau, onde o selvagem é adjetivado como bom, e ao assumir tal condição poderia não apenas ser incorporado à história da humanidade, como acabou por se transformar em seu antepassado mais legítimo.<sup>101</sup>

\*\*\*

Dessa maneira, os selvagens se tornam figuras recorrentes nos discursos, num debate constante acerca de sua natureza e do lugar que eles deveriam ocupar na história da humanidade. A partir dessas reflexões, foi se construindo a categoria de selvagem, que passou a formar uma

---

<sup>99</sup> TURIN, op. cit. 2009, pp. 52-53.

<sup>100</sup> RIHGB, tomo XXIII, 1860, pp. 64-65.

<sup>101</sup> Idem, p. 37.

tríade junto com os antigos/modernos, de onde surgem implicações que afetam as relações sociais e epistemológicas antes estabelecidas.<sup>102</sup>

De fato, do século VI, período em que surge pela primeira vez o termo *moderno* enquanto oposição direta ao termo *antigo*, até o século XVIII/XIX, um longo caminho foi percorrido. E, em meio às teorizações surgem diversas polêmicas cujo intuito era estabelecer quem possuía a primazia, logo quem deveria ser imitado. Aproximadamente em 1520, a escola de Salamanca assumiu a tarefa de elaborar uma classificação para os indígenas. A conclusão elaborada por esse grupo de teólogos e pensadores, a partir dos textos de São Tomás de Aquino e Aristóteles, é que os índios “eram seres racionais que, em alguns momentos, se conduziam como se não fossem”, ou seja, “sua racionalidade era em potência, não em ato”.<sup>103</sup> Esse longo percurso foi o que permitiu que os letrados brasileiros do século XIX debatessem com tanta energia as questões relativas à natureza e o lugar dos selvagens na sociedade.

Antes deles, a construção de todo um aparato teórico, que vinha sendo elaborado desde os relatos escritos pelos viajantes, que navegaram não apenas pela América, mas também pelo Oriente, e as narrativas produzidas como resultados dessas incursões auxiliaram a pensar a questão do *outro* que diferia de tudo que haviam visto até aquele momento. Essas apresentações não deixaram de buscar, nos escritores antigos, a autoridade de uma tradição que permitisse pensar em uma nova categoria, que exercia um forte contraste com a ideia que se tinha de civilização. Era preciso buscar legitimidade para a defesa de uma noção de natureza humana nos selvagens. Essa, sem dúvida, parece ter sido uma das razões mais fortes que fizeram com que os estudiosos do século XIX retomassem os autores antigos para defender as suas ideias.

Com este intuito Jean de Léry e Andre Thevét são reclamados nas narrativas de Varnhagen e Magalhães. Também nesse sentido é que se realizam comparações com as civilizações egípcias, lacedemônias, gregas e romanas. Assim, vai se construindo um passado para os indígenas brasileiros. François Hartog ao retomar o trabalho de Francisco de Vitoria (1557), mostra como através da sua leitura de Aristóteles, foi possível concluir positivamente acerca da condição racional dos indígenas, cuja consequência foi a de que, os índios poderiam ser incorporados à humanidade, mesmo que em seu nível mais baixo. Ao atribuir tal caráter a dominação igualmente deveria ser repensada e se justificava, somente na medida em que os

---

<sup>102</sup> HARTOG, François. *Os antigos, o passado e o presente*. Brasília: Editora UnB, 2003.

<sup>103</sup> Idem, p. 133.

índios permanecessem como crianças “e na condição de exercer-se no seu interesse – era um dever e uma responsabilidade (*accipere curam illorum*)”.<sup>104</sup>

Estas reflexões, ao acrescentar os selvagens ao par antigo/moderno, produziram além das mudanças já apontadas, alterações na percepção de categorias como tempo e espaço, interferindo na concepção de história oitocentista. As origens da humanidade já não poderiam mais ser pensadas tão tranquilamente como afirmava a tradição bíblica, era necessário encontrar um lugar para esse novo grupo social.

Esses embates aparecem em diversos momentos dentro do IHGB. O trabalho de Magalhães é apenas um deles. Apesar de sua preocupação central estar relacionada à natureza dos selvagens, a sua incorporação à história da humanidade não deixa de ser resultado de discussões que vinham acontecendo há séculos. O índio agora poderia ser entendido como o nosso passado, o nosso representante mais legítimo e mais puro. Ele perde, desse modo, a sua característica a-histórica para fazer parte da história da humanidade.

Para o autor, o mérito da história consistia “na justa apreciação dos homens e dos acontecimentos, e na melhor lição moral e política que possa servir ao aperfeiçoamento da ordem social, impedindo-a que recáia nos mesmos erros do passado”. E esse objetivo será atingido quando o historiador se revestir do caráter do “philosopho para bem indagar e julgar; poeta para bem sentir; moralista para bem doutrinar, e politico para bem applicar”.<sup>105</sup> Este trecho chama a atenção para duas questões muito importantes para o século XIX, que atestam em primeiro lugar a dependência que ainda existia do adágio ciceroniano, mesmo que se percebam as dificuldades que tal noção tem em dar conta das mudanças do período. Em segundo lugar, a descrição que o autor faz das características necessárias ao bom historiador e que demonstram a indefinição pela qual passava a história.

Essas indefinições, que poderiam causar transtornos para aqueles que desejavam escrever a história de seu país, seriam facilmente resolvidas quando o escritor tivesse consciência das três categorias de verdade que regem o conceito: a dos fatos, a das intenções e a das conclusões morais e políticas do historiador. Assim, para o poeta a exatidão, na história, não seria como a do “daguerreotypo, que á força mesmo de sua momentanea e passageira fidelidade, desfigura o semblante, não dando a expressão ordinaria, que é a vida propria da physionomia, e do retrato”.

---

<sup>104</sup> HARTOG, op. cit. 2003, pp. 132-133.

<sup>105</sup> RIHGB, tomo XXIII, 1860, p. 35.

Ou seja, seria impossível retratar fielmente qualquer evento passado ou mesmo presente, pois as experiências são sempre fugidias, por essa razão, é que existem tantas “pinturas ingruentes que fazem dos nossos selvagens”.<sup>106</sup>

O daguerrotipo inventado pelo pintor e físico Louis Daguerre, em 1838, assume a função de registrar o tempo presente. Mesmo com alcance limitado, segundo as afirmações acima descritas, essa arte não pode ser menosprezada, especialmente porque ele vai suprir uma necessidade invocada pelo próprio Imperador na sessão de aniversário do IHGB, em 1849, a de registrar a história do seu tempo. À questão da fidelidade do conteúdo produzido fica suplantado pela urgência do registro, o tempo dirá em que medida os resquícios preservados por esse instrumento serão úteis à história do país.

Portanto, a questão da imparcialidade na história, não se localizava tanto na fidelidade daquilo que era descrito, apesar de existir uma clara busca pela verdade dos fatos. Ao lado desse pressuposto deveria ser acrescida a manifestação das intenções do autor e de suas conclusões morais e políticas, marcando posição no texto, pelo menos é o que se depreende da afirmação acima mencionada. No entanto, a partir dessas conclusões, as acusações que Magalhães faz a Varnhagen não poderiam ser interpretadas como sendo aquilo que se esperava do bom historiador na época?

Outra vez, é quase impossível fugir do que parece ser um lugar comum no século XIX: a relação entre projeto historiográfico e o mundo da política. O que está em jogo não é tanto a forma como serão narrados os fatos, mas o uso que se fará dessas narrativas. Nesse sentido, não há nenhum pudor por parte de Magalhães ao afirmar que “posso enganar-me, como me persuado as vezes que outros se enganam; mas ousou declarar que não sympathiso com as idéas moraes e politicas da *Historia Geral do Brasil* e a não acho imparcial e veridica na parte relativa aos Indios”. E segue afirmando que mesmo que suas conclusões não sejam as preponderantes, nem por isso irá concordar com Varnhagen, pois, independente delas, sendo bons ou maus, os índios constituem nosso passado e “nenhuma nação conhecida teve mais illustres fundadores. De certos nem os Indigenas deste continente, eram tão ferozes, tão incultos, tão selvagens como os barbaros do norte da Europa, nem os Portuguezes tão degenerados como os Romanos da decadencia”.<sup>107</sup>

---

<sup>106</sup> RIHGB, tomo XXIII, 1860, p. 36.

<sup>107</sup> Idem, p. 48.

Tais conclusões aumentam as suspeitas de que tamanha animosidade se devia as divergências em relação às políticas indigenistas que seriam executadas pelo Império, bem como a fundação de um passado comum que garantiriam, em última instância, a concretização do processo de independência e de construção da nação. Dessa forma, para Magalhães, o Sr. Varnhagen,

que tem justos títulos á nossa gratidão, não julga offender a pessoa alguma, manifestando com franqueza as suas opiniões, contrarias ás de outros que diversamente pensam: não ha de pois offender-se que com igual franqueza exprimamos as nossas convicções em questão puramente historica e philosophica; convicções corroboradas pela atençaõ com que lemos o seu livro, a que damos todo o valor devido.<sup>108</sup>

Assim, o que está em questão é o mérito do trabalho, uma vez que “as obras vulgares, como os abortos, nascem por assim dizer já mortas”, enquanto que as outras podem ser aperfeiçoadas pelos seus autores, desde que sejam submetidas a uma leitura atenta.<sup>109</sup>

Por fim, ele apela ao seu testemunho para corroborar uma vez mais a ideia de que os indígenas são civilizados e fazem parte da humanidade tanto quanto os outros povos. Tal episódio se passa em 1840, quando Magalhães foi secretário de governo no Maranhão e viu uma porção de índios guajajáras entrarem na cidade e serem recebidos pelo presidente da província, na época, o Marquês de Caxias, que os vestiu com velhos uniformes militares. E, com exceção da língua, em nada se diferenciavam dos portugueses, uma vez que eram “dotados de grande instinto de observação e de imitação; com facilidade aprendem todas as artes”.

Uma vez demonstrada sua capacidade de aprendizado, era necessário investir na educação dos nativos, pois se eles não oferecessem imediatamente braços para as lavouras, seus filhos o fariam, então já sujeitos as leis e falando a mesma língua, e se isso fosse evitado, estaria cumprido “um dever que nos impõe a religião, a moral, a civilização, e o patriotismo”, e assim, “sem a perseguição a ferro e fogo que os afugenta dos centros civilizados, estariam logo todos fundidos na nossa população”, pois “é uma divida sagrada, contrahida pelos nossos maiores, e por nós que em pleno gozo estamos das terras tomadas aos pais desses infelizes”. Mas, os espíritos “dominados pelas idéas egoísticas do tempo”, que só visam o lucro imediato são incapazes de assim proceder. Porém, “a razão, como sempre, tarde e fôra de tempo será ouvida”.

---

<sup>108</sup> RIHGB, tomo XXIII, 1860, p. 64.

<sup>109</sup> Idem.

E assim termina o texto, persistindo em suas ideias e alfinetando aqueles que porventura possam vir a discordar de suas palavras.<sup>110</sup>

Do início ao fim, o poeta busca, como mencionado anteriormente, cumprir dois objetivos principais: criticar o autor da *História Geral do Brasil* e expor a sua concepção acerca da natureza dos selvagens, bem como o seu lugar na sociedade brasileira. Estas questões são indicadores dos dilemas políticos e intelectuais da época. A noção de história ainda aparecerá fortemente marcada por alguns aspectos da história *magistra vitae*, especialmente no que se refere ao caráter pedagógico, invocado muitas vezes como garantia de veracidade. Ao mesmo tempo, a variedade de experiências que estavam ocorrendo, iria paulatinamente modificar as relações entre as ideias de passado, presente e futuro.

Como afirma Kaori Kodama, os diferentes trabalhos publicados acerca da temática indígena nas páginas da *Revista* do IHGB procuravam “olhar pela ótica da história uma preocupação relativa ao presente”.<sup>111</sup> Sob esse aspecto a leitura dos textos coloniais se torna bastante pragmática na visão da historiadora, uma vez que,

Os estudos sobre o índio no Instituto Histórico vinculavam-se aos projetos de escrita da história e da formação de uma literatura tida por nacional – e também ao conhecimento mais amplo da natureza do país. Esses estudos, ao se desenvolverem com o preenchimento progressivo da idéia de uma “nação brasileira”, procuraram com ela produzir uma singularização pela distinção e reapropriação das experiências anteriores, como a própria herança administrativa colonial. No momento em que a definição daquilo que seria o conteúdo do Império se tornava uma questão, era necessário criar um novo enquadramento para a pluralidade das “nações” indígenas que já eram percebidas em outros contextos.<sup>112</sup>

Essa citação explicita a tarefa assumida por esses homens, pois ao lado de uma recente independência, que ainda não estava consolidada, coexistiam as ambiguidades de um conceito em mutação. Nesse sentido, a relação entre presente e passado tornava-se mais forte, pois era necessário encontrar no passado a legitimidade para a política que se buscava fazer no presente. É sob essa perspectiva que, num primeiro momento, essa *condição presentista* irá se impor aos homens de letras do século XIX.

---

<sup>110</sup> RIHGB, tomo XXIII, 1860, pp. 65-66.

<sup>111</sup> KODAMA, op. cit. 2009, p. 115.

<sup>112</sup> Idem, pp. 111-112.



## **Capítulo 2: O Passado Presente, ou como se escrevia a história do tempo presente no século XIX. Gonçalves de Magalhães e a *Memória Histórica da Revolução da Província do Maranhão* (1839-1840)**

Domingos José Gonçalves de Magalhães exerceu um papel importante durante o período imperial, ele foi um árduo defensor da nação e dos povos indígenas. Interessa-nos aqui ver como se relata um fato tão recente - a Balaiada – no século XIX, ou seja, procurar entender os usos da história pela elite letrada, especialmente no que tange a criação de uma memória nacional. Não se trata de realizar uma longa explanação sobre os períodos regenciais e suas lutas sociais e políticas, mas de tentar perceber como esses acontecimentos são pensados no momento em que esses fatos aconteceram.

Nesse sentido, Adriana Barreto de Souza esclarece que ao escrever sobre a revolução do Maranhão Gonçalves de Magalhães estava “sem dúvida, engajado na construção de uma memória específica sobre esses acontecimentos, diretamente associada ao Partido Conservador”.<sup>113</sup> De fato, as relações políticas durante o período imperial eram bastante agitadas. A proclamação da Independência pouco ou nada contribuiu para o fim dos conflitos provinciais que se manifestavam em diferentes partes do Brasil. No momento em que o Maranhão se via frente ao desafio imposto pela Balaiada, o Rio Grande do Sul se encontrava há algum tempo envolvido na guerra dos Farrapos.

No que tange ao aspecto político do período, Ilmar Mattos propõe uma interpretação acerca da complexidade das relações estabelecidas entre os diferentes grupos, sobretudo, “fundar o Império do Brasil, consolidar a instituição monárquica e conservar os mundos distintos que compunham a sociedade faziam parte do longo e tortuoso processo no qual os setores dominantes e detentores de monopólios construíam a sua identidade como uma classe social”. Não se trata apenas de estabelecer as semelhanças e diferenças entre liberais e conservadores, mas também de refletir como, em certos momentos, constituíram-se hierarquias entre ambos.<sup>114</sup>

---

<sup>113</sup> SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias. O homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 275.

<sup>114</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Editora Hucitec, 2004, p. 139 e p. 145.

Por sua vez, Maria de Lourdes Mônaco Janotti atribui juntamente ao peso político, outros elementos, em especial a tardia incorporação do Maranhão ao resto do Brasil, e o fato de a província ter sido durante muito tempo uma das mais prósperas do país. Além disso, sua análise enfoca também a questão da divisão política: a promulgação do Ato Adicional de 1834, que transformava a Regência Trina em Una, sendo o regente, a partir daquele momento eleito pelas províncias, bem como a substituição das Assembléias Provinciais por Assembléias Legislativas, ocasionou um esvaziamento do poder municipal, e a perda por parte dos municípios da autonomia judiciária e policial conquistada com o Código Penal de 1832. Diante das dificuldades de controle dessas relações, aliada ao enfraquecimento do poder central ficou clara a necessidade de reforçar as alianças políticas, e mesmo de criá-las, para assim conter a onda de rebeliões que se abatiam sobre o país.<sup>115</sup>

Ao assumir o posto de regente, Araújo Lima trouxe os moderados, também conhecidos como cabanos, de volta ao poder, começando assim, uma nova etapa da centralização do Estado e da formação de uma elite política brasileira. Bernardo Pereira de Vasconcelos foi eleito para o Ministério da Justiça e do Império, representando a aristocracia rural do nordeste que havia perdido espaço no mandato anterior cumprido pelo liberal, Padre Antônio Diogo Feijó (1835-1837), que por sua vez, possuía uma ligação mais forte com a região sul/sudeste. Com o grupo conservador no poder, as rebeliões passaram a ser combatidas com vigor, inclusive muitas vezes de maneira violenta. Talvez, por essa razão, os grupos sociais que já se sentiam marginalizados, seja social, política ou economicamente, começaram a se conscientizar da situação, o que possibilitou a organização de suas próprias reivindicações: “a emergência de um discurso das camadas sociais marginalizadas, de forte conteúdo social, permeava, de muito, as fórmulas de protesto do discurso liberal empregadas nos manifestos e proclamações revolucionárias”.<sup>116</sup>

Os embates entre liberais e conservadores, somados a uma crise econômica deflagrada pela penetração do capital inglês, pela falta de modernização da lavoura algodoeira, bem como da concorrência vinda da Bahia e do Piauí e dos produtores de arroz, deixaram a província do Maranhão em sérias dificuldades. “Sufocados de um lado pelos portugueses e de outro pelos ingleses, os proprietários maranhenses apelaram desde os inícios do século para o socorro da

---

<sup>115</sup> JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *A Balaiada*. Coleção Tudo é História. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991. Para contextualização do período: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org). *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo II. São Paulo: Difel. Especialmente vol. 2: dispersão e unidade, 6ª edição, 1995; vol. 3: reações e transações, 5ª edição, 1985.

<sup>116</sup> JANOTTI, op. cit. 1991, p. 34.

Coroa sem, contudo, serem ouvidos”.<sup>117</sup> Além dessas dificuldades, pouco antes do início do conflito, o Maranhão sofreu com a proliferação de moedas falsas que fragilizaram ainda mais sua já combalida economia.

A chegada dos cabanos ao poder nesse período em nada contribuiu para a resolução dos problemas, pelo contrário. Ainda segundo Janotti, havia um sentimento de vingança por parte dos cabanos que pairava sobre o Maranhão, “para tanto usaram o recrutamento indiscriminado, visando enfraquecer a posição dos fazendeiros bem-te-vis do interior”, utilizando igualmente da fraude e da violência para atingirem seus objetivos eleitorais.<sup>118</sup>

Em meio aos acontecimentos, no dia 13 de dezembro de 1838, a vila de Manga foi invadida por um grupo de homens que visavam assaltar a cadeia local. O chefe desse grupo, Raimundo Gomes Vieira pretendia libertar seu irmão, bem como outros vaqueiros que haviam sido presos dias antes de forma suspeita. Eles eram trabalhadores da fazenda do Padre Inácio Mendes de Moraes e Silva, conhecido membro de oposição ao governo. Antes de tomar essa medida extrema, Raimundo Gomes tentou por vias legais conseguir a soltura dos homens, mas nada obteve. Contando com a adesão da Guarda Nacional local, o vaqueiro tomou conta da cidade, dando início ao movimento que viria a ser conhecido como Balaiada, cuja duração foi de dois anos e meio.<sup>119</sup>

Luiz Felipe de Alencastro, na introdução escrita para a edição moderna do trabalho de Magalhães, na *Revista Novos Estudos*, publicada em 1989, comenta questões-chaves para a compreensão do evento, como por exemplo, o fato de parte da historiografia brasileira interpretar a chegada da corte em 1808 como a solução para o problema da unidade nacional. Aceitar tal resposta, na opinião do autor, é ignorar uma massa de documentos que mostram “o difícil processo através do qual a administração imperial, com o chicote numa mão e a legitimidade diplomática da Coroa na outra, afirmou a necessidade histórica do Estado brasileiro”. A obra de Magalhães pode ser colocada entre essa *massa*.<sup>120</sup>

A partir da centralidade de três personagens, Alencastro procura mostrar as dicotomias e problemas de uma sociedade que estava ainda construindo a sua identidade. Caxias, Manoel Felizardo de Sousa e Mello e Gonçalves de Magalhães são exemplos emblemáticos da tentativa

---

<sup>117</sup> Idem, p. 41.

<sup>118</sup> Idem, p. 48.

<sup>119</sup> Idem, p. 43. RIHGB, tomo X, 1848.

<sup>120</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Memórias da Balaiada. Introdução ao relato de Gonçalves de Magalhães. In: *Revista Novos Estudos*. São Paulo, n.23, março de 1989, pp. 07-13. Citação da p. 07.

do governo imperial em assegurar a união de diferentes regiões do Brasil. O primeiro desses atores é oriundo de dois fortes segmentos sociais: o lado materno representava a elite fluminense e o paterno os militares. Seu papel foi decisivo não somente no apaziguamento da província do Maranhão, mas também do Rio Grande do Sul, bem como das manifestações ocorridas nas ruas do Rio de Janeiro no período da Independência.

Por sua vez, Manoel Felizardo de Sousa e Mello fazia parte do grupo de altos funcionários nomeados pelo governo central, que exerciam seu poder nas províncias. Para o autor, este embate entre os presidentes e os chefes eleitos pelas províncias era um constante foco de tensão, pois nessa relação se manifestava uma série de oposições, e cada qual procurava sobrepor o seu poder ao do seu adversário.

Já Gonçalves de Magalhães, em que pese a sua fama de poeta, exerceu outros papéis durante o Império. Assim, além de literato, também teve uma forte presença política. Seja como secretário de governo, ou como deputado, Magalhães esteve presente nas discussões acerca das diretrizes do país em diversos momentos. O seu relato sobre a Balaiada assim como seus outros trabalhos são portadores dessa marca. Ele, juntamente com outros administradores, políticos e militares, “exerceram uma ação determinantemente política de fortalecimento do Segundo Reinado”, e ao mesmo tempo foram os responsáveis por “um projeto nacional hegemônico que transforma a parcela da classe dominante ligada ao trono em classe dirigente do país inteiro”.<sup>121</sup>

Para Luiz Felipe de Alencastro, além dessas questões políticas existiam outras de caráter geográfico, por exemplo, ligadas ao relativo isolamento em que vivia tal província, o que por sua vez acentuava ainda mais os antagonismos entre o governo central e o provincial. Nesse sentido, a promulgação da Lei dos Prefeitos, em 1839, resultou numa reação negativa e pode ser enumerada como um dos fatores que desencadearam o conflito. A partir dela se pretendia que os prefeitos fossem nomeados pelo presidente da província, o que feria a autonomia municipal, fato esse que causou muitos descontentamentos, ainda mais que “em outubro de 1822, foram as câmaras municipais – único poder territorial legal – que reconheceram e legitimaram a autoridade de D. Pedro I sobre todo o Brasil”.<sup>122</sup>

No entanto, se as causas da revolta se limitassem a essas questões políticas e geográficas, provavelmente Raimundo Gomes e Manoel Francisco dos Anjos Ferreira, que ficou mais

---

<sup>121</sup> ALENCASTRO, op. cit. 1989, p. 09.

<sup>122</sup> Idem, p. 10.

conhecido como o Balaio, ambos teriam sido reconhecidos como precursores da autonomia maranhense e a “Balaiada seria cultuada em prosa e verso, como a Praieira e a Farroupilha”. Acontece que uma das características que torna esse movimento peculiar frente aos outros conflitos que se manifestaram na regência, é o fato dele ter se apoiado num elemento racial. Assim, mesmo sendo possível dividir as rivalidades em dois grupos maiores: o presidente da província e os “brancos em geral” *versus* os “bemtevis bem entendidos” e os políticos defensores do municipalismo, começam a surgir organizações de escravos na Balaiada que serão liderados pelo Negro Cosme, mas que já estavam articuladas sob a forma de quilombos, formados em sua maioria por escravos fugidos de seus senhores.<sup>123</sup> Gonçalves de Magalhães menciona em seu relato os maus tratos a que estavam submetidos os negros, ao mesmo tempo em que deixa claro que, devido à existência de um grande número de escravos na província, grande parte da população do Maranhão distingue-se dos selvagens apenas “pelo uso da nossa linguagem”. Reconhecer os maus tratos a que estavam sujeitos os escravos não significava, em momento algum, que fosse possível estabelecer uma igualdade entre eles e o resto da população. Se não por outra razão, pelo fantasma haitiano que ainda pairava sobre a sociedade.<sup>124</sup>

Assim como Adriana Barreto de Souza, Alencastro vê na *Memória Histórica* a interpretação conservadora, “tributária da herança colonial e [que] renovava-se continuamente pela manutenção do escravismo. Este pensamento tem sua lógica no contexto da ordem colonial”. Nesse sentido, Caxias, Manoel Felizardo e Magalhães podem ser vistos como incansáveis combatentes que do extremo norte ao extremo sul lutavam para manter unido o estado herdado em 1822.<sup>125</sup>

## 2.1 – A revolução do Maranhão

O relato apresentado por Gonçalves de Magalhães acerca dos fatos que se passaram na província do Maranhão entre os anos de 1839 a 1841, quando foi secretário do governo do General Luiz Alves de Lima e Silva, se baseia em fontes oficiais da época, bem como na sua experiência enquanto contemporâneo das ações narradas. Ele se transforma nos dizeres de Adriana Barreto de Souza, na “única fonte de que dispomos para acompanhar a organização da

---

<sup>123</sup> Idem.

<sup>124</sup> RIHGB, tomo X, 1848, p. 267.

<sup>125</sup> ALENCASTRO, op. cit. 1989, p. 12.

expedição”.<sup>126</sup> Desse modo, passo a reconstituir sua narrativa e argumentos, em razão dessa obra não ser tão conhecida, concomitante ao processo de análise do texto.

Na sessão do dia 18 de março de 1847, presidida por Manoel Araújo de Porto Alegre, Gonçalves de Magalhães inicia a leitura de seu trabalho que trata dos fatos ocorridos no Maranhão. Sua conclusão se dará na sessão seguinte, realizada no dia 15 de abril, tendo o Conselheiro José Antônio Lisboa à frente dos trabalhos. Logo que terminou, Gonçalves de Magalhães foi “acolhido com applausos, e votou que fosse impressa na collecção de suas memorias”, que no terceiro trimestre do ano de 1848, vem a público.<sup>127</sup>

Magalhães começa seu texto tentando, ao mesmo tempo, compreender e explicar a origem das *revoluções* que abalam o país desde antes da Independência. Uma de suas primeiras observações é que as *rebeliões*, não deveriam causar espanto ao leitor, pois tal fenômeno é uma característica dos povos livres. Dessa forma, busca dar um sentido mais positivo às ações, embora elas pareçam manifestar um desacordo coletivo, tanto no âmbito político quanto no social. É a insatisfação que parece mover os grupos sociais na tentativa de reverter sua situação. Por outro lado, é preciso buscar uma explicação para esse fenômeno que tem acometido o país. De acordo com Magalhães, é no caráter efêmero do tempo, que ela se encontra, especialmente por se tratar de um período de transição. Em segundo lugar, aponta a própria característica dos seres humanos, no caso, os habitantes do Maranhão teriam uma índole questionável devido aos seus hábitos e sua organização social, o que torna ainda mais fácil esse desequilíbrio.

Sobre o primeiro ponto, o autor afirma que é própria do ser humano a busca contínua por seus sonhos, porém “activa e vertiginosa é sua vida, e sujeita as alterações provenientes do exaltamento das idéas”. Ele reconhece também que pelo fato de estar num período transitório, no qual o caráter estrangeiro de nossas instituições, “mal e intempestivamente enxertadas, avêssas aos nossos costumes e naturaes tendencias”, inadequadas a um país do tamanho do Brasil e com tantas diferenças entre classes, contribui para a instabilidade do período. Se o “filósofo” consegue compreender esses acontecimentos, o mesmo não ocorre com o vulgo, que acaba por ficar a mercê da “perversa política dos partidos”, que espalha o ceticismo e tem “impellido o Brasil no desfiladeiro das rebeliões”.<sup>128</sup>

---

<sup>126</sup> BARRETO, op. cit. 2008, p. 284.

<sup>127</sup> RIHGB, tomo IX, 1847, p. 266.

<sup>128</sup> RIHGB, tomo X, 1848, pp. 263-264.

Além dos políticos, que representam apenas seus interesses particulares, preocupados em assumir o poder a qualquer custo, nas palavras de Magalhães, empregando para isso “todos os vergonhosos meios para dos publicos lugares arredar os seus antagonistas e rivaes”. Para isso utilizam a imprensa, essa “potencia do bem e do mal”, que frequentemente desmoraliza o povo e renega a sua obra, como “o devasso pai que não quer reconhecer o torpe filho da impureza”. Ele conclui afirmando que “tal é o tempo em que vivemos, tal é a lição historica que das nossas desordens se collige”. No entanto, se essa lição histórica deve ser apreendida, não deixa de ser importante conhecer antes os “homens, classes, usos e costumes” do lugar de onde se fala, pois somente assim é possível compreender os fatos, que sem esse conhecimento prévio seriam ininteligíveis.<sup>129</sup>

A província do Maranhão, de acordo com os dados do escritor, possuía em torno de 217 mil habitantes entre brancos, mesclados e negros. Porém, apesar do número de pessoas, seu território era pouco cultivado. Os escravos eram tratados com “barbaro rigor, que até o necessário sustento lhes negam”, o que, por sua vez, levava-os a fugirem de seus donos. Os fazendeiros estavam preocupados somente com o lucro, por isso ao invés de cultivar lavouras a maior parte dessas terras era utilizada para a criação de gado, que por sua vez, exigia dos homens um estilo de vida errante, sem domicílio, o que os tornava afeitos à caça e à rapina: “de cruel indole” eram os que viviam nessa região, dominados por fazendeiros sem escrúpulos, que não tinham “respeito algum ás autoridades, vingando-se por suas mãos de particulares insultos, e acoutam em suas terras os facínoras que buscam o seu abrigo e que em tudo se prestam ás suas vindictas”.<sup>130</sup>

A partir desse contexto, Gonçalves de Magalhães estabelece a origem social dos rebeldes. É essa gente para quem é fácil “ordenar um assassinato, como o negar uma dívida, ou ao menos não pagar os credores”, e os lesados, que por sua vez também empregarão todos os meios para reaver o que é seu por direito: “é a gente que incitada nos fez a guerra, é ella a que compôz o exercito da rebeldia”.<sup>131</sup> O segundo capítulo é concluído com a afirmação de que, de todas as províncias visitadas por ele, a do Maranhão é aquela onde menos se acata a religião. Logo, “o que se póde esperar de homens não domados por nenhum freio?”.<sup>132</sup>

---

<sup>129</sup> RIHGB, tomo X, 1848, pp. 264-266.

<sup>130</sup> Idem, p. 267.

<sup>131</sup> Idem.

<sup>132</sup> Idem, p. 268.

A descrição das condições sociais dos habitantes do Maranhão aponta para alguns elementos que servem como pano de fundo, como, por exemplo, a existência de uma elite letrada opondo-se ao resto da população para quem era difícil compreender as mudanças que estavam acontecendo. Não por acaso Magalhães afirma que: “qualquer que seja o pensamento da época, nobre ou vil, nunca das classes inferiores se eleva às culminantes; n’estas se elle germina, e d’ahi, como o contagio, se vai estendendo até á choupana, d’onde reage”. Essa distinção era recorrente no período, porém o que parece estar em jogo aqui é uma disputa pelo poder. Os diferentes grupos políticos tentam alcançar uma hegemonia tanto na capital quanto no restante das províncias, como demonstrou Alencastro. A complexidade do quadro aumenta ao lembrarmos que o Maranhão, durante muito tempo constituía uma província separada do resto do Brasil.<sup>133</sup>

Além disso, o que se nota é que o autor, ao descrever esse quadro geral no qual aponta os desatinos que os políticos vêm cometendo devido a sua ambição, não os poupa de críticas. Assim, ele não consegue entender como em nove meses a situação da província poderia ter mudado tanto. Ele explica através de uma referência ao Sr. Vicente Thomaz Pires de Figueredo Camargo, que em 03 de março de 1838 assumiu a presidência da província, sem conhecer “o povo a cuja testa se achava, ou então deu elle causa á rebellião, que d’ahi a nove mezes arrebentou na provincia”. Dessa forma, uma forte oposição se manifestou especialmente daqueles políticos que não faziam parte do governo, e também de um pequeno jornal, o *Bemteví*, que acabaria por emprestar seu nome ao grupo. As rivalidades entre eles dividiram a província em bem-te-vis e cabanos, “e nos braços do segundo entregou-se o governo, que em meio devêra permanecer e equilibrar-os”. No entanto, “governo partidario é sempre injusto”, e as reclamações chegaram à corte e daí para os jornais, até que “a final succedeu á infame guerra de palavras o grito da rebellião e da guerra civil”.<sup>134</sup>

No decorrer da sua narrativa, é possível perceber como Gonçalves de Magalhães reflete a ojeriza com que era vista a população de escravos. Para além dos adjetivos usados (*terríveis canibais, índole cruel, brutal ferocidade*), era atribuída ainda a falta de intelecto, ou seja, eles claramente não possuíam capacidade para atingir uma forma de organização mais complexa. Nesse sentido, o manifesto lido por Raimundo Gomes, mestiço de negros e índios, nascido no Piauí, acostumado com a lida do campo e do gado, sem conhecimento letrado, quando tomou a

---

<sup>133</sup> RIHGB, tomo X, 1848, p. 264.

<sup>134</sup> Idem, pp. 269-270.



cidade de Manga, foi atribuído à autoria do partido liberal, pois para o autor, era a mão oculta “que dirigia este drama”. Raymundo Gomes não estava, para Magalhães, apto para redigir o manifesto, pois ele era somente reconhecido “por alguns assassinatos de que impunemente vivia, manchado pela perversidade dos costumes que relatamos e ineficácia das leis”. Diante dessa descrição, a conclusão do autor é de que Raimundo Gomes foi um “instrumento estúpido de um cego partido que cuidou do poder”.<sup>135</sup>

Leituras posteriores dessas fontes atestam alguns equívocos das interpretações do poeta. Maria de Lourdes Janotti escreve que é possível identificar no manifesto, as reivindicações de ambos, bem-te-vis e *populares*. Raimundo Gomes não se limitava a transcrever as opiniões dos outros. Assim, se os três primeiros artigos do manifesto lido em Manga possuem uma estreita ligação com os objetivos políticos associados aos liberais, o quarto artigo vai por outra direção, nele é exigida a expulsão dos portugueses, tidos como “símbolos populares da opressão do grupo social dominante”.<sup>136</sup>

Os rebeldes, diante do não cumprimento das suas demandas, continuaram de cidade em cidade realizando saques e recrutando voluntários para as suas tropas. Ainda no governo de Camargo, este acreditava que a rebelião não duraria mais de um mês. Magalhães acusa o ex-presidente de ingênuo ou de ter agido de má fé ao enviar ofício ao governo central com essa informação. Essa postura, segundo o escritor, teria sido uma das razões de ter se estendido por tanto tempo a rebelião, uma vez que as providências demoraram a serem tomadas. E mesmo quando, em março de 1839, assumiu o governo Manoel Felizardo de Sousa e Melo, a situação permaneceu a mesma, as tropas imperiais vinham sendo derrotadas e os contingentes de rebeldes continuavam aumentando.

Na falta de um desfecho, a rebelião começava a inquietar as elites que no início do conflito haviam se envolvido com os rebeldes, com o intuito de prejudicar o partido dos cabanos que estavam no poder naquele momento. Simultaneamente, a economia da província estava em franca decadência, devido às concorrências, e ao conflito que prejudicava os contatos comerciais.

As tentativas de apaziguar o movimento obtiveram muito pouco sucesso. A estratégia dos rebeldes de evitar um confronto direto com as tropas imperiais também contribuía para retardar

---

<sup>135</sup> RIHGB, tomo X, 1848, p. 270.

<sup>136</sup> JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. Balaiada: ação e exploração. In: *Revista de História*, n. 23. São Paulo, 1975, pp. 343-365. Citação da p. 349. As reivindicações atribuídas aos bem-te-vis eram: obediência à constituição; respeito às garantias individuais; demissão do Presidente e Vice-Presidente da província; abolição dos cargos de prefeitos, sub-prefeitos e comissários.

qualquer desfecho. Aliado a isso, as péssimas condições em que andavam as tropas, sem fardamento, sem receber seu soldo, com escassez de comida e munição, favoreciam os rebeldes, sendo que muitas vezes os desertores das tropas se juntavam com Raimundo Gomes.

A tomada da cidade de Caxias, tão importante para o Maranhão quanto à capital, São Luis, aumentou o sucesso dos rebeldes. Gonçalves de Magalhães atribui essa vitória ao fato de existirem na cidade pessoas indiferentes ao futuro da província, “que se furtavam a todos os sacrifícios, e traidores que com os chefes rebeldes se carteavam e os socorriam com polvora e viveres”. Em 30 de junho entraram na cidade, onde encontraram muita munição e suprimentos, o que tendo em vista tantos meios para resistir, “fácil é a conclusão, para quem mesmo outros documentos não tivesse, de que se algumas autoridades e principaes habitantes não eram coniventes com os rebeldes, ao mesmo por medo com elles transigiam”.<sup>137</sup>

Novamente, é possível perceber o quanto a questão política pesou durante esse período, mais que condenar o movimento em si, a culpa é atribuída aos partidos de oposição, que para o autor nada fizeram para impedir o avanço dos rebeldes. Desde o presidente da província, até os mais abastados, ninguém é poupado, todos são culpados de não terem tomado as medidas necessárias. Esse tipo de acusação é recorrente em seu texto. Segundo Adriana Barreto, o cerco e a tomada de Caxias podem ter sido de fato, facilitados pelos liberais, mas em sua opinião a questão é mais delicada, pois ambos os partidos tinham interesses nessa associação. Aos conservadores era muito conveniente a aproximação entre rebeldes e liberais, mas se “essas alianças militares podem ser questionadas, por outro lado é inegável que, sobretudo no primeiro ano da revolta, liberais e rebeldes andaram bem próximos”.<sup>138</sup>

Após a tomada de Caxias, os rebeldes mandaram emissários ao presidente Manoel Felizardo com instruções para as negociações. Assim, o Conselho Militar da cidade de Caxias sob o comando do partido bem-te-vi e contando com o apoio de seis mil homens, apresentava a firme determinação do partido em “fazer respeitar as leis, a constituição e o throno augusto de S. M. o Imperador”, e com isso requerer que seja convocada a Assembléia Provincial. Além disso, a deputação apresenta “medidas que julga convenientes ao bem da província”. Ao que Magalhães acrescenta: “que os membros d’esta deputação eram bemtevís. Este discurso o prova, e mais ainda a confiança n’elles depositada, posto que d’este labéo se defendessem”.<sup>139</sup>

---

<sup>137</sup> RIHGB, tomo X, 1848, p. 280.

<sup>138</sup> BARRETO, op. cit. 2008, p. 288.

<sup>139</sup> RIHGB, tomo X, 1848, pp. 281-282.

As reivindicações foram organizadas em oito artigos nos quais ficam claras algumas das diretrizes que se repetirão em outros manifestos. Os rebeldes afirmam a defesa da religião, da Constituição e a fidelidade ao Imperador, sendo contrários ao despotismo e a lei dos feitos e se declaram inimigos dos portugueses. Além disso, pedem anistia aos que de qualquer modo se encontram envolvidos na luta, cujo único fim é “lançar por terra aquellas leis, que ameaçam as liberdades patrias” e também o valor de oitenta contos de réis para indenização da tropa e que os presos do Estado sejam processados de forma legal, respeitando as individualidades, e que entre as forças bem-te-vis, os de melhores condutas permaneçam em seus postos como oficiais e por fim, “que o conselho militar obriga-se a fazer dêpor armas, logo que estas requisições sejam adoptadas”. Frente às exigências, o parecer de Magalhães não deixa dúvidas de como elas foram recebidas: “Taes foram as requisições feitas em nome de um partido com as armas nas mãos, algumas anti-constitucionaes pela sua materia, outras vergonhosas para o governo, e todas indignas de serem aceitas”.<sup>140</sup>

A esse episódio seguiram-se confrontos mal-sucedidos para os representantes do governo, custando a vida de muitos soldados e debilitando ainda mais as já fragilizadas tropas. As tentativas do governo de conter o movimento produziam poucos resultados e as queixas aumentavam, mas como afirma Magalhães, “quando os poderes se acham divididos, principalmente em épocas criticas, e que a primeira autoridade não tem meios para se fazer respeitar, ordens não criam homens, não disciplinam tropas, nem dão movimento a ellas”.<sup>141</sup>

Nesse momento, chega ao Maranhão o general Luiz Alves de Lima e Silva, em fevereiro de 1840. Ele foi bem recebido pelas autoridades de ambos os partidos, que viam nele a esperança para o fim desse flagelo que havia se abatido sob a província, e “nunca ao seu governo fizeram a menor opposição e censura, e antes sempre o exaltaram, e n’isto cada partido quis sempre avantajar-se ao contrario”.<sup>142</sup>

Sua primeira declaração procura esclarecer as diretrizes do seu governo. “Mais militar que politico, eu quero até ignorar os nomes dos partidos que por desgraça entre vós existam”.<sup>143</sup> Essa frase se tornará famosa ao longo de sua carreira. Interpretada por alguns como “um sinal de clarividência do coronel, um símbolo de sua genialidade militar”, outros veem nela a adoção de

---

<sup>140</sup> RIHGB, tomo X, 1848, pp. 282-283.

<sup>141</sup> Idem, p. 297.

<sup>142</sup> Idem, p. 307.

<sup>143</sup> Idem, p. 308.

uma política do governo central ou ainda “creditam todo o seu mérito a seu secretário, Gonçalves de Magalhães”. Adriana Barreto de Souza é de opinião que há um pouco de cada um desses elementos, além de uma estreita colaboração do ex-presidente da província, Manoel Felizardo, através dos ofícios expedidos por ele, e mesmo pela convivência que tiveram, pois Felizardo só retornou a Corte um mês após a chegada do general Lima e Silva.<sup>144</sup>

A tentativa de manter a neutralidade política não era uma tarefa fácil, e exigia tanto medidas políticas quanto militares. Assim, um dos primeiros cuidados que o general Lima e Silva teve foi garantir a navegação dos rios, protegendo o comércio da província. Outra ação que visava à restituição de uma ordem econômica foi a dispensa de todos os feitores do serviço militar para que pudessem proteger as fazendas dos assaltos das tropas imperiais. Tais problemas se originavam da escassez de recursos para a administração da província e a manutenção das tropas. Em sua narrativa, Gonçalves de Magalhães menciona os diversos pedidos de dinheiro enviados ao Rio de Janeiro, porém poucos deles foram atendidos.<sup>145</sup>

Dessa maneira, além de ter que lidar com o conflito e as cisões internas do exército, o general Lima e Silva tinha que driblar a falta de verbas. Por essa razão fez cortes e tentou organizar o exército da melhor forma possível, tentando adquirir um controle maior sobre seus homens a fim de evitar desperdícios e tornar mais eficazes as ações de combate. Mesmo assim, o

miseravel estado das nossas tropas, a quem se deviam fardamentos e soldos de seis e nove mezes. Soffriam estas pobres machinas de guerra com inaudita coragem e resignação todas as privações e miserias, mas qualquer mais ousado poderia chamal-as á revolta, e toda a actividade, rigor ou bondade de um general não se estende a impossiveis. O presidente, que temia o descontentamento da tropa, e não se julgava livre de alguma perfidia, não cessava de requisitar ao governo imperial dinheiro e munições; mas o governo todo occupado com a guerra do Sul, desdenhava a do Norte.<sup>146</sup>

A descrição do estado de calamidade era recorrente, e acredito que ela tinha como objetivo ressaltar as habilidades de Luiz Alves de Lima e Silva enquanto militar e presidente da província. Magalhães não oculta à amizade e confiança que o general nutria por ele: “nomeou-me

---

<sup>144</sup> SOUZA, op. cit. 2008, p. 291.

<sup>145</sup> “Não teriam aqui lugar essas observações se o governo imperial, que lhe deu inteiro credito, se não descuidasse de socorrer esta província, pensando estar tudo concluido, e deixando o Sr. Luiz Alves a braços com mil difficuldades, sem lhe enviar os pedidos de armamento e dinheiro”. RIHGB, tomo X, 1848, p. 319.

<sup>146</sup> Idem, p. 324.

secretario de governo, na certeza que em leal amigo encontraria dedicação e conformidade política”.<sup>147</sup>

Assim amparado, o general saiu a campo e foi, aos poucos, organizando melhor as tropas a fim de proteger as cidades e evitar que mais vilas caíssem em mãos dos revoltosos, contudo, alguns reveses marcaram esse último ano da revolta. Por exemplo, a sublevação de alguns sargentos liderados por João do Rego Barros, em 14 de junho, que tomaram conta da cidade de Itapicuru-mirim, onde segundo as fontes ficava um dos maiores postos de munição. Na versão de Magalhães, esse episódio se deveu a uma vingança de João de Barros que foi preterido pelo ex-presidente da província. Utilizando certa influência, incitou os soldados a reclamarem os soldos atrasados e “elle não responderia pelo resultado”. O major Carlos Augusto d’Oliveira, mesmo enfermo, e sabendo do valor da munição que essa vila guardava, foi atrás dos habitantes para conseguir a quantia necessária para o pagamento dos atrasados. No entanto, para a surpresa de todos, ao realizarem o pagamento, os revoltosos não abandonaram as armas.<sup>148</sup>

O susto só não foi maior porque a mulher que foi enviada até Raimundo Gomes a fim de conseguir um reforço das tropas rebeldes não alcançou seu destino, enquanto o outro emissário chegou a um dos postos de onde saíram trezentos rebeldes em direção a Itapicuru-mirim. Porém, foram contidos no caminho por uma força de quarenta homens, liderados pelo tenente Fortunato José da Costa, que resistiram durante dezoito horas consecutivas, “com o incendio [de uma casa que servia de quartel] pela retaguarda e com o fogo de trezentas armas pela frente”.<sup>149</sup>

Enquanto isso, o presidente já havia prendido os revoltosos e guarnecido a vila com novas tropas, partindo no dia 25 de junho de 1840, em direção à capital. Para Magalhães, esse acontecimento, que a princípio encheu de terror toda a província, “serviu pela rapidez com que foi suffocado, e o exemplo do castigo, para maior disciplina da tropa, infundir confiança na população, e desconcertar as tentativas dos rebeldes”. O papel desempenhado por Fortunato José da Costa lhe rendeu a insígnia de capitão, em que pese sua fama de covarde, o que levou, após esse episódio a que ninguém quisesse “ser menos que o tenente”.<sup>150</sup>

O controle que o general Lima e Silva tentava estabelecer através de relações por escrito das ordens dadas as tropas, bem como do registro dos recrutas, medidas que tomou logo ao

---

<sup>147</sup> RIHGB, tomo X, 1848, p. 309.

<sup>148</sup> Idem, p. 325.

<sup>149</sup> Idem, p. 326.

<sup>150</sup> Idem, pp. 326-327.

chegar ao Maranhão, com o intuito de controlar os gastos e evitar que a corrupção aumentasse, funcionava até certo ponto. A sublevação das tropas de Itapicuru-mirim serviu para mostrar a fragilidade administrativa e militar a que estavam sujeitos seus homens. Além de combater os rebelados, era preciso apaziguar as disputas locais e os descontentamentos frente à situação precária em que se encontrava o exército imperial.<sup>151</sup>

Essas demandas se repetem em diversos ofícios enviados a Corte durante esse período. A prestação de contas também incluía um forte auxílio aos hospitais, não apenas os militares, mas também aos civis, pois na terrível época das chuvas se propagavam diversas doenças, e como presidente da província, o general Lima e Silva deveria zelar pela saúde e bem estar da população. Nas palavras de Adriana Barreto de Souza, “as elevadíssimas despesas se deviam a outros problemas, estruturais. [...] A guerra não criava, mas agravava um quadro comum para os habitantes da região”.<sup>152</sup>

Dessa maneira, parte das críticas que Gonçalves de Magalhães dirigia a elite maranhense se pautava no descaso e abandono em que se encontrava a sociedade. Esse quadro dificultou, segundo ele, a atuação de Lima e Silva fazendo com que a pacificação levasse mais tempo. Os comentários que o autor desenvolve no segundo capítulo de sua narrativa, intitulado *Usos e Costumes do Maranhão*, revelam a opinião negativa que tinha a respeito dessa população, acusada de se diferenciar dos selvagens apenas pelo uso da língua portuguesa, bem como de não possuir nenhuma espécie de freio moral. No entanto, apesar das críticas tão severas a essa sociedade, a posição de secretário de governo lhe permitiu sugerir algumas mudanças que pudessem melhorar a situação. Assim, o futuro Duque de Caxias não apenas combateu a rebelião, mas com a ajuda de seu secretário assumiu também uma função educativa.

A estratégia militar-administrativa adotada pode ser percebida ainda no relato da *Memória Histórica*. As suas viagens pelo interior da província serviam não apenas para conhecimento da realidade dos ataques e das tropas, mas como uma forma de animar o povo e mostrar que o governo se importava com os problemas da população local. Além disso, havia um incentivo para as pessoas que estivessem dispostas a melhorar as condições sociais e econômicas da província. Foi o caso de Francisco Ferreira Carvalho que ganhou dez anos de isenção de tributos e dízimos

---

<sup>151</sup> “Todas essas providencias, faceis de se dizer, muitas dificuldades e opposição encontrariam, si outro menos determinado em vencer obstaculos do uso as quizesse pôr em pratica, porque quando entre nós se trata de economia, e como estas que cortaram a metade das despezas, não faltam descontentes que se julgam lesados, por quanto o impudente desfructe da fazenda publica tem-se tornado entre nós cousa trivial e ordinária”. Idem, pp. 311-312.

<sup>152</sup> SOUZA, op. cit. 2008, p. 306.

por ter proposto a fundação de uma fazenda para cultivo de lavouras, com povoação livre e voltada para a domesticação dos indígenas.<sup>153</sup>

Houve também ações do presidente voltadas ao aperfeiçoamento das instituições educacionais e religiosas. Nesse âmbito, é possível perceber mais claramente a influência de Magalhães, como homem de letras, preocupado com o rumo que o Brasil podia tomar dentro de um quadro civilizacional baseado nos valores europeus. Talvez por essa razão, a lei número 93, promulgada em 16 de julho de 1840, dizia respeito à qualidade do corpo docente e procurava regular as atividades desenvolvidas por eles, visando alcançar melhores resultados. O favorecimento dos bacharéis, lentes do Liceu do Maranhão, previamente dispensados dos exames qualificativos, ratifica a ideia de Adriana Barreto de Souza do prestígio de Magalhães junto ao presidente. Segundo a historiadora, também o texto do quinto artigo, que trata dos privilégios a serem concedidos aos bacharéis de letras formados na França ou em Coimbra, traz a marca do poeta, pois dificilmente, Luiz Alves de Lima e Silva teria conhecimento de uma legislação tão específica.<sup>154</sup>

Nesse sentido, o trabalho de Astolfo Serra sobre o governo civil de Caxias no Maranhão, em que pese os muitos elogios ao patrono do exército, apresenta várias das leis estabelecidas pelo coronel Lima nesse período, que demonstram os rumos pretendidos pelo governo. Além das já citadas aqui, referentes ao controle dos gastos, educação e incentivos econômicos outros como a criação de Guardas Campestre tinha o intuito de ajudar no controle dos municípios. Formadas por um comandante e de quatro a no máximo quatorze guardas deveriam ser utilizadas especificamente para a destruição dos quilombos. Os membros receberiam gratificações por cada apreensão feita e a Guarda estaria submetida diretamente à autoridade dos subprefeitos dos municípios. Ainda no âmbito administrativo, Luiz Alves de Lima regularizou os orçamentos de toda a província, estabelecendo um rígido controle sobre a prestação de contas e o uso público das verbas destinadas a cada município.<sup>155</sup>

A partir dessas decisões foi possível, aos poucos, reorganizar a província. Em relação ao aspecto militar, as estratégias adotadas foram mostrando seus resultados aos poucos, e o próprio prolongamento do conflito serviu para enfraquecer os rebeldes, pois se as tropas imperiais

---

<sup>153</sup> SERRA, Astolfo. *Caxias e o seu governo civil na província do Maranhão*. Biblioteca Militar, v. LXVIII. Ministério da Guerra, 1943.

<sup>154</sup> SOUZA, op. cit. 2008, p. 307.

<sup>155</sup> SERRA, op. cit. 1943, pp. 97- 105.

sofriam com a escassez de alimentos, de recursos e com as freqüentes doenças, esses privilégios se estendiam também para o outro lado do conflito.

A proclamação da maioria de D. Pedro II e os festejos que daí se seguiu, abriram espaço para a primeira declaração de Luiz Alves de Lima de que a guerra estava chegando ao seu fim.

No interior da provincia, no meio dos bravos que defendem vossos bens e vidas, encontrou-me tão lisongeira nova; e se os deixei para correr a vós, como por elles d'aqui me havia ausentado, é para confirmar que sabeis, participar do geral regosijo e augmental-o, se é possível, com a noticia da quase extincção da guerra civil, restando apenas da terrível tempestade uma nuvem negra, que apesar de carrancuda, breve será dissipada.<sup>156</sup>

A esta altura dos acontecimentos, os principais líderes do movimento já se encontravam, presos ou mortos. Outros estavam foragidos, como é o caso de Raimundo Gomes, e “apenas existiam embrenhados tres grupos de rebeldes mais tenazes, e esses já baldos de recursos e faltos de viveres e munições; a peste começava a ceifar-os, e o propinquo inverno lhes roubaria o ultimo asylo das mattas”.<sup>157</sup>

Assim, depois de dois anos o conflito foi se extinguindo, especialmente após o governo central decretar anistia. Um dos últimos momentos de tensão se passou no acampamento próximo a cidade de São Francisco, onde três rebeldes se encontravam à frente de uma força de 900 homens. Estes foram intimados a depor as armas se estivessem interessados no indulto oferecido pelo Imperador, ao que os líderes responderam necessitarem de 20 dias para reunir todos os homens. O presidente não pode recusar o pedido e aproveitou para remeter-lhes mais cópias do decreto de anistia com a garantia que não fosse disparado mais nenhum tiro durante essa trégua. No entanto, apesar da concessão de anistia estar condicionada a entrega das armas, alguns dos que tinham o poder de concedê-la acabaram agindo de má fé e deixando os rebeldes de posse dos armamentos. Ao ficar a par dessa situação, o presidente tomou as devidas providências a fim de evitar que esse tipo de atitude se repetisse.

A concessão de anistia com o intuito de terminar com a guerra teve um resultado positivo, de acordo com o relato de Gonçalves de Magalhães, em pouco tempo as apresentações aumentaram, pois muitos revoltosos estavam cansados da situação precária em que viviam. O

---

<sup>156</sup> RIHGB, tomo X, 1848, pp. 334-335.

<sup>157</sup> Idem, p. 336.



único que ainda não havia se entregado era Raimundo Gomes, que após ter permanecido alguns dias na cidade de Miritiba com mais cem homens, que acabaram por entregar suas armas, fugiu com uns poucos, porém “não podendo dar um passo sem cair em poder das nossas partidas, ou nas mãos de alguns dos seus, que na esperança do premio já o procuravam”. Diante dos fatos, poucas eram as opções e o líder da Balaiada resolveu se apresentar, após receber a anistia obrigou-se a assinar um termo onde ficava estabelecida a sua saída da província durante oito anos. Enquanto o negro Cosme, outro importante líder da revolução, foi preso e entregue à justiça. Dessa maneira, em 19 de janeiro de 1841, o presidente da província, Luis Alves de Lima e Silva decreta o fim da rebelião que ficou conhecida como Balaiada.<sup>158</sup>

O resultado das eleições provinciais, realizadas no início do mês de janeiro, garantiu aos bem-te-vis a vitória em seis colégios, enquanto aos cabanos coube três. Em maio, foram nomeados para presidente da província Dr. João Antônio de Miranda, e para o comando das armas o coronel Manoel de Sousa Pinto de Magalhães. Antes de se retirar definitivamente, Luiz Alves de Lima e Silva expõe as condições em que se encontrava o Maranhão ao seu sucessor.<sup>159</sup>

Gonçalves de Magalhães transcreve o relato, no qual o ex-presidente narra os principais acontecimentos de seu governo. Nele faz um resumo das medidas tomadas, a fim de melhorar as condições sociais e econômicas da província, especialmente no que tange aos transportes e a guarnição das vilas com o intuito de evitar uma nova deflagração de conflito. Além disso, apresenta os pontos fracos de seu governo para que o novo presidente possa dar maior atenção a eles. Ao terminar, conclui que “de tudo que hei dito achará V. Ex. documentos na secretaria do governo, e na memoria recente de todos os maranhenses, e termino desejando que V. Ex. n’elles encontre o mesmo acolhimento que me foi prodigalizado”.<sup>160</sup>

## **2.2 - O IHGB e a Memória História e Documentada da Província do Maranhão**

### **2.2.1 – A História**

---

<sup>158</sup> RIHGB, tomo X, 1848, pp. 336-350.

<sup>159</sup> Idem, p. 348-354. “Notaremos por ultimo que nos seis collegios bemtevis houve unanimidade na escolha e votação de seus candidatos, e muita divergencia nos tres collegios do partido cabano; prova este facto, se não melhor escolha, ao menos combinação e mais razão para que vencessem aquelles”.

<sup>160</sup> Idem, p. 362.

O breve relato acerca das considerações feitas por Gonçalves de Magalhães dos fatos ocorridos na província do Maranhão, no tempo em que ele lá esteve, permite uma reflexão acerca da forma como se concebia a história nesse momento, bem como as possíveis implicações que um tema recente poderia suscitar. Trabalhos desse cunho costumavam aparecer na *Revista* do Instituto, porém como todos eram submetidos a Comissões, havia certo cuidado com o tom utilizado da escrita. Desse modo, as publicações estavam determinadas por uma série de fatores para além do seu conteúdo, passando pelas posições sociais que cada um ocupava no Império, entre outras características.<sup>161</sup>

A frequente irrupção de conflitos em diferentes regiões do país, não deixa de ser uma prova da fragilidade pela qual passava a consolidação do poder imperial. As marcas deixadas pela separação de Portugal ainda eram evidentes. Talvez por essa razão os membros do Instituto se esforçaram tanto para forjar uma idéia de unidade através de seus textos. Ao mesmo tempo em que tentavam estabelecer as diretrizes da produção histórica oitocentista.<sup>162</sup>

Esse esforço é visível desde as primeiras sessões do IHGB, começando pelos discursos proferidos na fundação do Instituto, onde ao lado das vantagens oferecidas pelo estudo da história e da geografia se estabelecem as tarefas e objetivos da instituição. Já na breve notícia sobre a

---

<sup>161</sup> O estudo das redes e vínculos sociais permite perceber a permanência do poder sobre determinadas famílias, bem como a forma como se estabelecem os diversos tipos de vínculos sociais, que não necessariamente estão ligados a vantagens materiais. Nesse sentido ver: CUNHA, Alexandre Mendes. Patronagem, clientelismo e redes clientelares: a aparente duração alargada de um mesmo conceito na história política brasileira. In: *História*. São Paulo, v. 25, n. 1, 2006. Sobre a transição entre o século XVIII e XIX, ver o trabalho de MARTINS, Maria Fernanda. Os tempos da mudança: elites, poder e redes familiares no Brasil, séculos XVIII e XIX. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro et al. (org) *Conquistadores e negociantes. História das elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007; GRAHAM, Richard. Clientelismo e política no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: editora UFRJ, 1997. Especialmente o capítulo 8: *Padrões clientelísticos*, onde o autor examina cerca de 600 pedidos de cargos, que permitem, em sua opinião ver não apenas os canais utilizados para chegar ao poder, mas como “a política era exercida e as transações de poder ocorriam”, p. 272 e o capítulo 1: *Famílias, clientes e controle social*. Por fim, um estudo de caso elaborado por Fragoso demonstra na prática como funcionava esse mecanismo de cargos e benesses. FRAGOSO, João. Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor do engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas de uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760). In: FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de Fátima (org). *Na trama das redes. Política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, pp. 245-294.

<sup>162</sup> João Paulo Pimenta e István Jancsó problematizam a questão da emergência de um Estado Nacional Brasileiro em sua relação com a constituição da ideia de nação. A convivência de diferentes identidades políticas e sociais contribuiu para a cunhagem da expressão “mosaico de diferenças”, em referência as “contradições, algumas diretamente derivadas da crise que tudo penetrava, outras resultantes das respostas que os homens produziam para a sua superação, não parece ser irrelevante destacar que a identidade nacional brasileira emergiu para expressar a adesão a uma nação que deliberadamente rejeitava identificar-se com todo o corpo social do país, e dotou-se para tanto de um Estado para manter sob controle o inimigo interno”. JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: *Viagem Incompleta. A experiência brasileira 1500-2000. Formação: Histórias*. São Paulo: editora do Senac, 2000, pp. 127-175.

criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, publicada no primeiro número da sua *Revista*, começam a aparecer alguns dos elementos que ajudam a compreender como foi se delineando o saber histórico no século XIX.

Um dos primeiros aspectos a ser ressaltado é o papel das letras nessa sociedade. Para os membros do Instituto é “innegavel que as letras, além de concorrerem para o adorno da sociedade, influem poderosamente na firmeza de seus alicerces”, garantindo dessa maneira, a consolidação de bons costumes, elas se mostram indispensáveis, especialmente aquelas ligadas à história e à geografia que “devem ministrar grandes auxilios á publica administração e ao esclarecimento de todos os Brasileiros”.<sup>163</sup>

Uma das suas principais funções seria, justamente, a de “colligir e methodisar os documentos historicos e geographicos interessantes á historia do Brazil”, para dessa forma, “resuscitar tambem as memorias da patria da indigna obscuridade em que jaziam até agora”.<sup>164</sup> Essa frase foi utilizada pelo cônego Januário da Cunha Barbosa como epígrafe, para o *Discurso* inaugural do IHGB. A partir dela, se configura essa missão, quase sacerdotal, de legar ao país sua verdadeira história, objetivo que será perseguido através do empreendimento de um esforço coletivo.<sup>165</sup>

No *Discurso*, de Cunha Barbosa são esboçados, quiçá pela primeira vez, alguns elementos considerados vitais para se pensar uma história geral do Brasil, ao mesmo tempo, em que são apontadas as dificuldades pelas quais passaram e passam as letras nesse período. Assim, de acordo com o diagnóstico feito pelo primeiro secretário perpétuo do Instituto, o inexpressivo número de trabalhos de autores brasileiros, não se deve tanto a incapacidade dos mesmos, mas a falta de estímulos e mesmo de uma imprensa (no sentido de editora) no Brasil durante todo o período colonial.<sup>166</sup>

---

<sup>163</sup> RIHGB, tomo I, 1839, p. 05.

<sup>164</sup> Idem, pp. 07-09.

<sup>165</sup> É por meio da história que o sentimento patriótico é revelado tanto aos brasileiros quanto aos estrangeiros. [...] Esse processo de “purificação” é o primeiro passo rumo à transformação daquilo que outrora era lido como história em fonte histórica, com a meta de servir de base à escrita da história da pátria. Tais procedimentos fazem parte da operação historiográfica conduzida pelos membros do instituto com o objetivo de nacionalizar a cadeia cognitiva que narra os eventos desde o período colonial. Não é sem razão que toda a pesquisa histórica parece começar com o IHGB. Cezar, op. cit. 2011, p. 96.

<sup>166</sup> “Nem pouco influiu para esta lamentavel falta de publicação das cousas da patria o triste fado que sobre nós pesára por mais de trezentos annos, sendo obrigado a mendigar o favor dos typos da metrópole, não se nos consentindo assentar uma imprensa nesta entao colonia”. Por essa razão, os trabalhos acabavam sendo esquecidos nas mãos de particulares, ou eram “mutilados, para que se accomodassem ao systema de seu monopólio”. RIHGB, tomo I, p. 11.

Dessa maneira, é necessário criar uma tradição de pesquisa e escrita históricas, visando especialmente a “correção dos trabalhos já publicados, a definição do que é uma fonte e a narração das ações históricas em um plano que apreenda o geral”. Determinados os objetivos da instituição, caberia ainda se buscar uma noção de história adequada ao projeto.<sup>167</sup>

\*\*\*

No período mais recente, o dicionário de conceitos históricos, onde Reinhart Koselleck escreve sobre as transformações no conceito de história moderna, permite identificar mudanças no regime de historicidade, no século XIX, ao mesmo tempo em que reforça a dificuldade que existe em estabelecer de forma clara, a partir da leitura das fontes, o conceito predominante nesse momento. Se por um lado a noção de *historia magistra vitae* não perdeu a sua influência, por outro, tampouco é possível definir de maneira clara as diferenças entre os dois regimes.

Dessa maneira, partindo dos estudos de Koselleck, é possível mapear em meados do século XVIII o início das modificações do conceito antigo de história em moderno. Apesar do autor se referir ao caso alemão, suas reflexões podem ser utilizadas para outros contextos europeus, e também para o caso brasileiro, com as devidas ressalvas. Uma das permanências, para o caso brasileiro, é o caráter exemplar e pedagógico, que possibilita a compreensão prévia de todas as possibilidades humanas “em um *continuum* histórico de validade geral”. Sob essa condição é que “a história pode conduzir ao relativo aperfeiçoamento moral ou intelectual de seus contemporâneos e pósteros, mas somente se e enquanto os pressupostos para tal forem basicamente os mesmos”.<sup>168</sup>

A ideia de uma constância da natureza humana permitiria, assim, fazer uso pedagógico da história. Segundo Koselleck, quando uma mudança social ocorresse, “era de modo tão lento e em prazo tão longo, que os exemplos do passado continuavam a ser proveitosos”. No entanto, com a apropriação de seu uso por diversos autores e com o passar do tempo, o sentido atribuído por Cícero ao conceito de *historia magistra vitae*, foi aos poucos se modificando, novos elementos e interpretações se sobrepuseram ao significado original.

---

<sup>167</sup> Cezar, op. cit. 2011, p. 100.

<sup>168</sup> Koselleck, op. cit. 2006, p. 43.

Assim, a partir desse trabalho de constante crítica e releituras, chegou-se a conclusão de que a história não poderia mais ajudar na compreensão das mudanças sociais, políticas, morais, pois ela havia deixado de ser apenas um relato exemplar para se transformar num acontecimento único ou um complexo de acontecimentos, logo, “a partir da história (*Geschichte*) só se pode[ria] aprender a própria história”.<sup>169</sup> Ou seja, ficava clara a mudança que se processava no próprio caráter da história. Mais do que uma troca semântica – o abandono do termo *Historie* que seria substituído por *Geschichte* - se está diante de uma alteração lexical, onde “a história é um conceito moderno que, apesar de prolongar antigos significados dos vocábulos, vem a ser quase que um neologismo”. Dentro dessas alterações se forma aquilo que ficou conhecido como *coletivo singular*, que aglutina em si a soma das histórias individuais. Simultaneamente, *Geschichte* passa a ser entendida como conexão de significados e *Historie* indagação histórica, ciência ou relato.<sup>170</sup>

Tais mudanças apresentam nuances diferentes conforme o período e local a que se referem. No caso, interessa pensar aqui como essas alterações conceituais atingiram os brasileiros do século XIX, quais as permanências, as alterações que ocorreram. E o mais importante, qual o uso feito por eles da noção de história em prol de seus projetos.

Nesse sentido, uma primeira constatação é a permanência de alguns dos *topoi* do antigo regime de historicidade, também conhecido como o conceito de história *magistra vitae*, e que servem como explicação e justificativa para a criação do IHGB. Assim, para Januário da Cunha Barbosa basta estar atento ao que Cícero fala sobre a história para perceber as vantagens trazidas pela criação do Instituto: ela é a “testemunha dos tempos, a luz da verdade e a escola da vida”; por essa razão será de grande auxílio na tarefa de eternizar as ações memoráveis da pátria, salvando-as do esquecimento, “da voragem dos tempos e desembaraçando-os das espessas nuvens que não poucas vezes lhes aglomeram a parcialidade, o espírito de partido, e até mesmo a ignorância”.<sup>171</sup>

Aliás, essa última constatação é a que mais aparece em seu *Discurso*. Januário da Cunha Barbosa comenta diversas vezes sobre o esquecimento dos fatos, e sobre os erros que se propagam devido aos trabalhos mal escritos, principalmente aqueles cuja autoria é estrangeira.

---

<sup>169</sup> KOSELLECK, op. cit. 2006, p. 49.

<sup>170</sup> “La historia es uno concepto moderno que, a pesar de que prolonga antiguos significados del vocablo, viene a ser casi como un neologismo”. KOSELLECK, Reinhart. *Historia/Historia*. Madrid: Minima Trotta, 2004, p. 27. Tradução minha.

<sup>171</sup> RIHGB, tomo I, 1839, p. 09.

Tais comentários estão em concordância com as principais ideias desenvolvidas por ele quando procura esclarecer a partir de quais parâmetros serão realizados os trabalhos propostos pelos sócios do Instituto. Nessa exposição, o adágio ciceroniano da história impera.

Como dito anteriormente, o problema maior não era a falta de escritores, mas a forma como vinha sendo conduzida a divulgação dos conteúdos. A vastidão do Brasil também não era um fator facilitador, pois segundo Januário da Cunha Barbosa “espalhados por um tão vasto territorio como este em que agora o Brazil assenta o seu throno imperial, elles mais escreveram historias particulares das provincias do que uma historia geral”, para que tal empresa se realizasse era necessário ordenar os acontecimentos com “esclarecido critério, com deducção philosophica, e com a luz pura da verdade”, somente dessa maneira seria possível “realisar em parte a doutrina de Cicero, quando chama a historia *testemunha dos tempos*”.<sup>172</sup>

Outro problema apontado pelo conêgo e que seria sanado com a criação do IHGB, é a da falta de separação entre uma produção portuguesa e aquela realizada aqui no Brasil. Assim, através dos fragmentos encontrados nos arquivos, caberia ao historiador, com o seu talento, que deveria se assemelhar ao do naturalista, juntar esses pedacinhos a fim de ressuscitar a verdadeira história: “o talento dos historiadores e dos geographos é só quem pôde offerecer-nos essa galeria de factos, que, sendo bem ordenados por suas relações de tempo e de logar, levam-nos a conhecer na antiguidade a fonte de grandes acontecimentos, que muitas vezes se desenvolverão em remoto futuro”.<sup>173</sup> Além disso, os resultados dessas pesquisas não poderiam ser pensados fora do “theatro em que se passaram”, pois dessa maneira a história seria incompleta. O que se quer resgatar do passado são as grandes lições, “ella não deve representar os homens como instrumentos cegos do destino, empregados como peças de um machinismo, [...] A historia os deve pintar taes quaes foram na sua vida, obrando em liberdade, e fazendo-os responsaveis por suas acções”.<sup>174</sup>

Dessa maneira, fazer história no século XIX, era em parte cumprir com os requisitos codificados por Cícero. De um lado o forte sentimento pedagógico, de outro lado, as mudanças que pareciam se processar cada vez mais rápido e exigiam novas posições e novas formas de pensar as modificações do presente. Ao mesmo tempo, era claro para os membros do IHGB o seu compromisso com a pátria, com a idéia de legar aos seus descendentes, lições úteis que pudessem

---

<sup>172</sup> RIHGB, tomo I, 1839, p. 11.

<sup>173</sup> Idem, p. 12.

<sup>174</sup> Idem, pp. 12-13.

auxiliá-los. Esse elemento também parece estar associado à idéia de que eles possuíam consciência de estarem construindo a nação brasileira, como demonstrou Temístocles Cezar.<sup>175</sup>

Justamente, realizar esse objetivo maior de criar uma identidade nacional implicava em fazer escolhas tanto teóricas e metodológicas, quanto políticas. Assim, se não estava ainda muito claro quais eram os atributos desejados a quem fosse desenvolver esse papel, por outro lado, algumas limitações nas áreas de atuação começaram a surgir nesse momento.<sup>176</sup>

\*\*\*

Parte dessas limitações se encontra discutidas no trabalho de Michel de Certeau sobre *A Escrita da História*, quando ele coloca a seguinte questão: “O que fabrica o historiador quando faz a história?”. Ao tratar da história como operação historiográfica, ele procura mostrar como se estabelecem diferentes relações durante esse processo. Sem resolver completamente a questão, aponta para alguns elementos que devem ser observados por todos aqueles que mantêm a pretensão de realizar esse exercício de escrever historicamente. O que mais interessa aqui é mostrar como o *lugar* interfere no resultado dessa operação. Então, pensando a história enquanto operação historiográfica, o autor propõe entendê-la, mesmo que de forma limitada, como uma “relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc), *procedimentos* de análise (uma disciplina) e a construção de um *texto* (uma literatura)”.<sup>177</sup>

Para o século XIX, o *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* representa um dos *lugares* mais importantes de produção historiográfica. Nele se concentravam os letrados do Império, que a partir de estatutos procuravam regularizar não apenas a escrita, mas também quem poderia fazê-la e como fazê-la. Ainda que não existisse muita certeza sobre os procedimentos,

---

<sup>175</sup> CEZAR, Temístocles. *L'écriture de l'histoire au Brésil au XIX siècle. Essai sur une rhétorique de la nationalité. Le cas Varnhagen*. Tome I. Thèse pour obtenir le grade de Docteur de L'EHESS - École des Hautes Études em Sciences Sociales, Paris, 2002. “Ainsi, être membre de l'Institut c'est négocier un compromis avec la nation, mais aussi entre eux, et cela malgré leurs différences. Participer à l'IHGB, c'est avoir la conscience que l'on travaille pour la nation, et pour un groupe chargé de la définir et de l'expliquer. Ils travaillent ensemble, comme des artisans, sur une matière presque brute. Ils sont les *artisans de la nation*”, pp. 37-38.

<sup>176</sup> “Tal como o projeto nacional, também não era clara a identidade da história, nem do historiador. O que ele devia mesmo fazer? E mais, como fazer? Algumas palestras proferidas no IHGB são, notadamente, tentativas de normatizar e criar regras para o ofício desse historiador da nação. Não exatamente o que este deve ser – não havia tanta certeza assim – mas, sobretudo o que ele não deve ou não pode fazer”. CEZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da história. *Historiografia e nação no Brasil do século XIX*. In: *Diálogos. Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá*, vol. 8, n. 1, pp. 11-29, 2004, p. 12.

<sup>177</sup> CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2007, p. 66.

ficam claros dois aspectos. O primeiro é a consciência da dificuldade de se escrever uma história geral do Brasil, ainda mais se definida como uma tarefa individual. E a segunda, a interdição sofrida por alguns textos e autores, impedidos de publicar na *Revista* do IHGB. Desse modo, “é em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam”.<sup>178</sup>

O conjunto de limitações e interdições impostas pelo Instituto é muito sutil. Na maioria das vezes, o que se nota é o desejo de uniformizar (e mesmo criar) o discurso nacional com a produção local. Nesse sentido, escolhas precisavam ser feitas. Sendo assim, um dos temas mais controversos que surgiu nas páginas da *Revista* foi em relação à escrita sobre fatos mais recentes.

Na sessão de 17 de agosto de 1840, por exemplo, foi aprovada a proposta de criação de um livro intitulado *Chronica do Sr Dom Pedro II*, onde uma comissão composta por três membros ficaria encarregada de reunir os fatos mais notáveis ocorridos durante cada ano para “os apresentar de seis em seis mezes em sessão da sociedade, e serem transcriptos no dito livro, na parte e pela fôrma que esta determinar, procedendo-se de maneira que sempre a historia de um anno fique consignada na *Chronica* dentro do seguinte”. Tal projeto, no entanto, jamais foi executado.<sup>179</sup>

Não são expostas as razões pelas quais ele não se realizou. Não obstante, na sessão do dia 04 de maio de 1848, o assunto é retomado e se propõe a criação de duas comissões a fim de conseguirem executar o projeto em sua data original. Uma estaria incumbida dos anos de 1840 a 1847 e a outra ficaria com o ano corrente. Mesmo assim, ao que consta, nenhum desses planos se concretizou. Seria essa questão dos fatos recentes uma amostra do que Certeau coloca em seu livro acerca do *lugar* interditar certas práticas?

Ao que parece, tanto para o século XIX quanto para períodos mais contemporâneos, é impossível compreendermos qualquer “discurso histórico independentemente da instituição em função do qual ele se organiza silenciosamente”. Desse modo, ele está muito mais veiculado ao “*complexo* de uma fabricação específica e coletiva do que ao estatuto de efeito de uma filosofia pessoal ou à ressurgência de uma ‘realidade’ passada. É o *produto* de um lugar”.<sup>180</sup>

O *lugar* assume, então, uma dupla função: a de permitir e interditar. Não que seja possível reduzir a explicação sobre o desencorajamento dos historiadores do século XIX a escrever sobre

---

<sup>178</sup> Idem, p. 67.

<sup>179</sup> RIHGB, tomo X, 1848, p. 257.

<sup>180</sup> Certeau, op. cit. 2007, pp. 71-73.



o seu presente ao *lugar* que ocupavam, até porque existiram trabalhos desse caráter. De certa forma, o que se percebe aqui é o reflexo da função assumida pelo IHGB já no ano de sua inauguração – competia a eles definir não apenas o passado da nação, mas também seu presente, e isso implicava em grandes responsabilidades, bem como em escolhas, pois se tratava, em última instância da construção da nação.<sup>181</sup>

### 2.2.2 – O IHGB e a história do tempo presente

O século XIX marca, assim, um momento de consolidação em diversos âmbitos. Não se trata apenas de definir a nação ou o Estado brasileiro, mas também de instituir um conceito de história, que por sua vez, passa a ocupar um lugar primordial para o entendimento das questões políticas e sociais em jogo. Não sem razão, Temístocles Cezar alerta para a desproporção existente entre “os estudos sobre a construção do estado e da nação como instituições políticas, econômicas e culturais, e as pesquisas sobre a constituição da noção de história”. Para o autor, é cada vez mais evidente a estreita relação que existe entre ambos. Por esse motivo, estudar as diferentes noções que orientam a escrita da história no século XIX é uma forma de avançar “no estudo das relações entre a constituição de uma história científica, seus usos políticos e a construção de uma idéia de nação”. É a partir dessa perspectiva que tomo esse embate, onde pelo menos duas concepções de história se confrontam, a fim de estabelecer as diretrizes da nação.<sup>182</sup>

No entanto, para melhor apreender o significado dessas mudanças e principalmente como elas se processaram não basta se ater a fonte. Por essa razão julgo necessário fazer uma breve incursão sobre alguns autores que muito contribuíram para uma reflexão sobre a escrita da história, sobre como recuperamos o passado, ao mesmo tempo em que mostram como a noção de história foi se transformando.

---

<sup>181</sup> “Os problemas ligados à origem da história do Brasil e à instituição de uma cronologia brasileira passam, portanto, pela política de colonização. Assim, em uma nova fase de sua história, na qual o Brasil é independente de Portugal, os brasileiros estão, finalmente, capacitados a empreender a recuperação de seu passado. [...] Em suma, instituir uma periodização e um encadeamento dos acontecimentos à brasileira significa, no campo histórico, narrar ou explicar a fundação do Brasil a partir do ponto de vista dos brasileiros”. Significa também, a pré-existência de uma história, que precisa ser buscada nos arquivos e depurada dos erros. CEZAR, op. cit. 2004, pp. 18-19.

<sup>182</sup> CEZAR, Temístocles. Presentismo, memória e poesia. Noções da escrita da História do Brasil no Oitocentista. In: PESAVENTO, Sandra J. *Escrita, linguagem, objetos: leituras de história cultural*. Bauru, SP: EDUSC, 2004, pp. 43-46.

Por conseguinte, escrever sobre esse conceito é voltar no tempo, uma vez que a noção de história é muito antiga. Compreendê-la é meditar sobre a sua trajetória. No artigo sobre o conceito de história antigo e moderno, de 1968, Hannah Arendt expõe algumas de suas origens míticas. Numa época na qual os saberes não estavam disciplinarizados, a história convivia com seus congêneres, entre eles a poesia. Um dos elementos que está nas origens da conceitualização da história, sugeridos pela filósofa, é a questão da imortalidade. Para ela, o que é imortal não precisa ser lembrado, pois já se trata de uma aquisição para sempre, não passível de esquecimento. Assim, Heródoto, considerado o pai da história, nas primeiras linhas de sua obra expõe a razão da sua escrita: “preservar aquilo que deve sua existência aos homens [...], para que o tempo não o oblitere, e prestar aos extraordinários e gloriosos feitos de gregos e bárbaros louvor suficiente para assegurar-lhes evocação pela posteridade, fazendo assim sua glória brilhar através dos séculos”.<sup>183</sup> No âmbito do *ser-para-sempre* aristotélico, também o homem estava incluído. A diferença é que não se tratava de apreendê-lo enquanto indivíduo, mas de vê-lo como representante da espécie humana. O que ocorre é que ao inserir a ideia de mortalidade, passa-se a observar a vida humana como um movimento “ao longo de uma linha retilínea em um universo onde tudo, se é que se move, se move em uma ordem cíclica”.<sup>184</sup>

A ideia de uma circularidade logo foi transplantada para o campo da história, pois ao se iniciarem os questionamentos acerca da natureza da história, sua comparação com a natureza humana se tornou incontornável. Logo, ainda segundo Hannah Arendt, os grandes temas da história passíveis de serem narrados são aqueles tidos por extraordinários, únicos, projetados fora da esfera de uma totalidade ou de um processo abrangente, rompendo com a ideia da continuidade. Tais pressupostos se encontram nas origens da história ocidental onde as incorporações da distinção entre “a mortalidade dos homens e a imortalidade da natureza, entre as coisas feitas pelo homem e as coisas que existem por si mesmas, era o pressuposto tácito da Historiografia”.<sup>185</sup>

Porém, ao concordar com a precibilidade inerente a tudo que é humano e mesmo aquilo que pertence à natureza, a sentença que se manifesta aqui é clara, todas as coisas começam a

---

<sup>183</sup> ARENDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 70.

<sup>184</sup> “Os homens são “os mortais”, as únicas coisas mortais que existem, pois os animais existem tão somente enquanto membros de espécies e não como indivíduos. A mortalidade do homem repousa no fato de que a vida individual, uma *bíos* com uma história de vida identificável do nascimento à morte, emerge da vida biológica, *dzoé*. Essa vida individual distingue-se de todas as outras coisas pelo curso retilíneo de seu movimento, que por assim dizer secciona transversalmente os movimentos circulares da vida biológica”. Idem, p. 71.

<sup>185</sup> Idem, p. 72.

“perecer no instante em que vieram a existir”. A única forma de evitar a trágica perecibilidade é alcançar alguma forma de permanência desses elementos, e que será concretizada através da recordação, essa é a tarefa do historiador e do poeta, tal qual pensavam os gregos. Portanto, são passíveis de lembrança aqueles “mortais que, através de feitos e palavras, se provaram dignos da natureza, e sua fama eterna significa que eles, em que pese a sua mortalidade, podem permanecer na companhia das coisas que duram para sempre”.<sup>186</sup>

Na modernidade, a consciência de uma ação humana possibilitada em grande parte pelo desenvolvimento econômico protagonizado pela revolução industrial causou um novo impacto sobre a história. Nesse momento o que passa a orientar a reflexão é a noção de processo. Ou seja, não interessam mais os “feitos e sofrimentos dos homens, e não [se] contou mais a estória dos eventos que afetaram a vida dos homens”. O que entra em cena agora é o que os homens fazem, é o resultado de sua ação quer sobre os processos naturais, quer sobre a vida humana.<sup>187</sup>

É esse “desespero de sempre experienciar e conhecer adequadamente tudo aquilo que é dado ao homem e não feito por ele” que pode ser encontrado no cerne dessa diferenciação que se produziu na época moderna. É esse mesmo estímulo que está por trás da noção de processo, pois em última instância, ela não denota “uma qualidade objetiva, quer da história, quer da natureza; ela é o resultado inevitável da ação humana”, pois ao compreender que sua busca pela verdade dificilmente seria alcançada, especialmente se dependesse apenas da contemplação, o homem passou a “experimentar suas capacidades para a ação e, ao fazê-lo, não podia deixar de se tornar consciente de que, onde quer que exista, o homem inicia processos”.<sup>188</sup>

Nesse sentido, outro elemento ao qual a filósofa se refere e que não deve ser ignorado é que em “qualquer consideração do conceito moderno de História um dos problemas cruciais é explicar seu súbito aparecimento durante o último terço do século XVIII e o concomitante declínio de interesse no pensamento puramente político”. Entender essa mudança implica também em refletir acerca da constituição do campo histórico tal como o conhecemos hoje. Em função disso, os trabalhos realizados por Reinhart Koselleck permitem ver a transformação do termo história em um conceito, com sua separação de outros saberes, como a filosofia e a poesia,

---

<sup>186</sup> Arendt, op. cit. 2007, pp. 73-78.

<sup>187</sup> Idem, pp. 89-94.

<sup>188</sup> Idem, p. 94.

em prol de uma autonomia, mas também mostra como o próprio conceito se modificou durante esse período.<sup>189</sup>

Hannah Arendt, por sua vez, parece apostar na questão do processo e da ação humana como sendo os responsáveis pelo declínio no interesse do pensamento puramente político. Simultaneamente, a modernidade aparece como uma das grandes causas da mudança de pensamento do período, uma vez que ela “com sua crescente alienação do mundo, conduziu a uma situação em que o homem, onde quer que vá encontra apenas a si mesmo”.<sup>190</sup>

Para Koselleck, essas mudanças conceituais não se restringem a modernidade, uma vez que Santo Agostinho já havia constatado que “o tema da história são as coisas humanas, mas que, no entanto, a *historia ipsa* [história em si] não é uma instituição dos homens”. Com este exemplo, Koselleck quis dizer que a história em si tanto no sentido meta-histórico quanto no temporal não é “uma constatação exclusiva dos tempos modernos, mas sim algo que já fora elaborado teologicamente”.<sup>191</sup>

Do mesmo modo, um dos problemas apontados pelo historiador alemão é que até o século XVIII não se tinha um conceito geral de história que abarcasse a sua pluralidade. Não parece ser casual o fato de as primeiras academias históricas (no caso a portuguesa e as brasílicas do século XVIII) buscarem justamente conjugar todo o conhecimento nesses centros. Assim, eram escritas memórias não apenas dos fatos humanos, mas também dos naturais. A Academia Brasílica dos Esquecidos, mencionada anteriormente, recebeu trabalhos acerca da fauna e flora brasileiras e do sistema planetário, ou seja, a *história natural* também era tida como objeto de pesquisa dos letrados, tanto quanto os outros temas sorteados a cada sessão.<sup>192</sup>

Já no dicionário de Raphael Bluteau, de 1728, história aparece definida como a narração das coisas memoráveis que aconteceram em algum lugar, em certo tempo e com certas pessoas

---

<sup>189</sup> Idem, p. 111. Sobre Koselleck ver 2004 e 2006.

<sup>190</sup> Arendt, op. cit. 2007, p. 125.

<sup>191</sup> Koselleck, op. cit. 2006, p. 119.

<sup>192</sup> Alguns dos títulos apresentados por esses letrados: *Dissertação Quarta dos Céus, Planetas, Constelações e Climas Brasílicos, em 27 de agosto de 1724; Dissertação Quinta dos Climas, Ares, Meteoros Brasílicos; Dissertação Sexta – na qual trata das Aves do Brasil; Dissertação Oitava, na qual se descrevem os Insetos Voláteis do Brasil*. Ao lado desses trabalhos conviviam sessões solenes cujos temas variavam, mas onde os antigos possuíam um espaço cativo. Exemplo disso foi a conferência 16 de 27 de dezembro de 1724, um dos assuntos apresentados foi a “modéstia de Alexandre Magno quando se lhe houveram de apresentar a mulher, mãe, e filhas de Dario vencido”. O segundo assunto desse mesmo dia foi “Pirene transformada em fonte”. Já na conferência 17 de 21 de fevereiro de 1725, o segundo assunto escolhido era “um cego trazendo às costas a um coxo, que o governava com a vista, ajudando-se reciprocamente para a comodidade de ambos”. CASTELLO, José Aderaldo. *O movimento acadêmico no Brasil 1641-1820/22*. Vol. I – tomo 5. São Paulo: Conselho Estadual da Cultura, 1969, pp. 371-378.

ou nações. Mas de todas as suas possibilidades, a história da Bíblia sagrada é a que orientava. Ao mesmo tempo, o autor condenava os historiadores profanos e alertava para que não se acreditasse em nenhuma de suas informações. Ele fala também do espaço que existe para a história natural e para a dos animais, citando Plínio no primeiro caso e Aristóteles para o segundo, não deixando de mencionar ainda o famoso adágio ciceroniano, onde a história aparece como a luz da verdade, o testemunho do tempo, a vida da memória e a mensageira da Antiguidade.<sup>193</sup>

Outros dicionários, publicados posteriormente, apresentam esse mesmo verbete de uma maneira mais concisa. É o caso do Antonio de Moraes e Silva de 1789 e Luiz Maria da Silva Pinto de 1832. No primeiro, a história é definida como uma narração de sucessos civis, militares, ou políticos, o historiador era aquele que escrevia história e o historiógrafo era o cronista/cronógrafo. Por sua vez, Pinto a define simplesmente como “narração de sucessos”, enquanto mantém as mesmas definições para historiador e historiógrafo, embora ambos façam uma distinção entre história e história natural.<sup>194</sup>

Para João Paulo Pimenta e Valdeí Araújo o que esses dicionários parecem indicar é por um lado um esforço para “refinar as definições de palavras da língua, procurando estabilizar o campo semântico”, e de outro, “uma crescente centralidade do conceito de história”. A diferença que irá ser produzida aqui ocorre de maneira lenta e gradual no decorrer desse período. Com a análise desses verbetes, os autores alegam que a história muda seu enfoque da *narração de sucessos* para se concentrar num “conjunto de novas experiências sociais e categorias explicativas”. Porém, seria apenas a partir de 1870 que os dicionários “começariam a normalizar a definição do conceito moderno de história, associando-o a outros de movimento, como *evolução e progresso*”.<sup>195</sup>

---

<sup>193</sup> BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728, 8 volumes. Citação do verbete história, v. 4, pp. 39-41. Acessado em fevereiro de 2011: <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/1>

<sup>194</sup> SILVA, Antonio Moraes. Dicionario da lingua portugueza – recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antonio de Moraes e Silva. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813 (1789), v. 2, pp. 116. Acessado em fevereiro de 2011: <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/2> e PINTO, Luiz Maria da Silva. Dicionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz. Na Typographia de Silva, 1832, volume único, p. 73. Acessado em fevereiro de 2011: <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/3>

<sup>195</sup> PIMENTA, João Paulo; ARAÚJO, Valdeí Lopes de. História. In: FERES Junior, João (org). *Léxico da História dos Conceitos Políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, pp. 119-140.

Tais reviravoltas se processaram durante o século XIX e podem ser diretamente associadas à conjuntura política e social do período. As instabilidades da Coroa portuguesa acabaram refletindo nos fatos e na forma de pensar os conceitos. Assim,

a narrativa dos acontecimentos passados encontrará terreno fértil para disseminação, configurando um processo no qual a idéia de história se mostrará indicadora e produtora de transformações cuja magnitude dificilmente poderia ser vislumbrada naquela metade do século. Transformações que levariam não somente ao aprofundamento das dificuldades sentidas pelo Império português, mas até mesmo à criação de condições históricas que possibilitariam, nas primeiras décadas do século seguinte, a ruptura entre Portugal e seus domínios americanos e a formação, nestes, de uma unidade política nacional e soberana, não mais portuguesa, e sim brasileira.<sup>196</sup>

Após os eventos ocorridos no início do século XIX, intensifica-se a preocupação com a escrita da história, especialmente porque nesse momento tornou-se necessário pensar, e mesmo inventar, um passado para a recente nação brasileira. Com isso, a definição de história proposta por Bluteau que compreendia “todo o gênero de matérias” vai levar ao estabelecimento de uma ideia de *história geral*, pelo menos na cultura portuguesa, que em meados do século XVIII, “tinha como meta uma descrição completa da realidade de determinado território e de uma variedade de saberes, uma somatória, portanto, das diversas “histórias” acima referidas”.<sup>197</sup>

Essa preocupação com as várias histórias para chegar assim à compreensão da totalidade de um território, de um país, que está no cerne da criação do IHGB, como demonstra o *Discurso* proferido por Januário da Cunha Barbosa na sessão inaugural do Instituto, pode ter sido a razão para a escrita da história nesse período ter se configurado da forma como foi feita. Logo, o constante cuidado que os letrados procuravam ter com o que seria publicado na *Revista do IHGB*, bem como a instituição de comissões para análise dos trabalhos que eram enviados pelos sócios das diversas províncias e mesmo os que estavam em outros países, refletem seus objetivos: legar ao país a sua história verdadeira, escrita com critério e dedução filosófica, a fim de salvar da *voragem dos tempos* aquilo que não pode ser esquecido.

Dessa forma, a união das várias histórias particulares configuraria a tão sonhada *história geral do Brasil*, tarefa que só poderia ser finalizada através de um compromisso coletivo, pois não há dúvidas de que ter uma *história geral* serve como atestado da existência de uma nação,

---

<sup>196</sup> Idem, pp. 122-123.

<sup>197</sup> Idem, p. 124.

não apenas para os habitantes do Brasil, mas também frente às nações europeias. No entanto, embora essa questão fosse muito clara para os membros do IHGB, a primeira obra desse cunho foi realizada por apenas uma pessoa - Francisco Adolfo de Varnhagen, que em 1854, lança o primeiro volume de seu trabalho. Por essa razão, é que o momento de constituição do arquivo se configura tão importante para a compreensão do estabelecimento da noção de história, pois nele será decidido aquilo que será eternizado e lembrado por todos como uma memória coletiva e o que é melhor ser esquecido. Acredito que este seja um dos motivos pelos quais Varnhagen defendia a historicização da língua indígena, por exemplo, ou mesmo as discussões acerca do lugar que os índios deveriam ocupar na história nacional evidenciam essa luta, muitas vezes de cunho político, para criar um passado comum.

\*\*\*

Acerca do conceito de história para o século XIX, é possível localizar algumas permanências, ao mesmo tempo em que se instaura uma disputa com as antigas concepções. Um dos primeiros elementos que merecem destaque é a questão do tempo. A ideia de um tempo cíclico já não era um imperativo. A vida não estava mais condicionada à eterna repetição. Com essa alteração na percepção da passagem do tempo, altera-se também a forma como são percebidos historicamente os acontecimentos. O conceito de história *mestra da vida* que pregava a possibilidade de antecipar o futuro devido aos exemplos assegurados pelo passado vai, aos poucos sendo substituído pela singularidade dos fatos. Abandona-se assim uma posição ocupada “ao longo de cerca de 2 mil anos, [onde] a história teve um papel de uma escola, na qual se poderia aprender a ser sábio e prudente sem incorrer em grandes erros”.<sup>198</sup>

Maria da Glória de Oliveira reforça esse argumento ao constatar que a pretensão de verdade que sempre foi um “atributo distintivo do gênero historiográfico, combinar-se-ia [com] uma ambição totalizante no plano narrativo”. É possível perceber, então, como vai sendo operada essa mudança conceitual, uma vez que o caráter modelar atribuído aos feitos individuais é deixado de lado em prol “não apenas de um conteúdo fidedigno, mas unidade épica, ou seja, uma

---

<sup>198</sup> Koselleck, op. cit. 2006, p. 42.

maior capacidade de representação do curso dos acontecimentos como totalidade dotada de sentido”.<sup>199</sup>

Por sua vez, a frequente referência a um projeto de escrita da história pelo IHGB estava mais relacionada à recorrência de certas marcas do que a institucionalização de um padrão. Provavelmente em função dessa arbitrariedade é que se abriu um espaço para a constituição de uma história do tempo presente, mesmo que de maneira fugaz.

O que não pode deixar de ser mencionado também é a dualidade, ou mesmo a pluralidade – em alguns momentos – das concepções que orientavam os participantes do IHGB. Em função disso, torna-se mais complicado mapear um único conceito de história. Exemplos dessas irresoluções aparecem no papel que as biografias ocuparam dentro do IHGB. Maria da Glória de Oliveira questiona exatamente que estatuto poderia ter o relato de vidas particulares num momento em que a história “adquiria uma significação que transcendia os relatos históricos particulares para se converter em conceito coletivo singular como agente e sujeito de si mesma”.<sup>200</sup>

Por essa razão notam-se as digressões que se realizam dentro do Instituto a fim de conciliar essas diferentes noções. Assim, os membros do Instituto precisam conviver com o dilema de construir uma história geral que abrangesse os diversos segmentos sociais, políticos, econômicos, naturais e culturais, ao mesmo tempo em que “será sob o horizonte intransponível da nação que se ordenará simbolicamente o passado, o presente e o futuro”. E dentro dessa perspectiva caberia aos sócios do IHGB identificarem os protagonistas cujas ações individuais contribuíram para o destino nacional tal como eles haviam planejado.<sup>201</sup>

Os critérios para escolha desses personagens nem sempre foram claros ou precisos, no entanto, algumas características eram continuamente buscadas. Antes de tudo eles deveriam ser reconhecidos como grandes patriotas e homens suficientemente valorosos para pertencerem à biografia da nação. Ao lado dessas qualidades somavam-se outras como a noção de “homem das Luzes, identificado por personificar a excelência do homem comum, letrado, benfeitor da humanidade e, sobretudo dotado de virtudes excepcionais como servidor do Estado”. Logo, a publicação desse tipo de trabalho nas páginas da *Revista* do Instituto corrobora a ideia de que os

---

<sup>199</sup> Oliveira, op. cit. 2009, p. 11.

<sup>200</sup> OLIVEIRA, Maria da Glória. Brasileiros ilustres no tribunal da posteridade. Biografia, memória e experiência da história no Brasil oitocentista. In: *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 26, n. 43: pp. 283-298, jan/jun 2010.

<sup>201</sup> Idem, p. 286.



escolhidos deveriam encarnar, de fato, os valores coletivos pregados pelos letrados do período no que concerne a organização e consolidação de uma sociedade política.

Todavia, uma última dificuldade revela-se: como proceder à escolha de vultos representativos da nação para o período anterior a 1822? O dilema que se coloca está no fato de que a formação de um panteão nacional pressupõe “a existência histórica do Brasil a partir do seu descobrimento, o que facultava a inclusão não somente daqueles aqui nascidos, mas também dos naturais de outras partes do Império português, cujos serviços prestados tivessem sido relevantes para a nação”. Apesar disso, o consenso estava longe de ser atendido, o que é visto por Maria da Glória de Oliveira como um sintoma “do processo social mais amplo de conformação simbólica da nação e, sobretudo do equacionamento das diferentes peças do mosaico identitário em disputa na composição da nacionalidade brasileira”.<sup>202</sup>

A partir dessas observações é possível concluir o quanto o conceito antigo e o moderno de história permaneciam sobrepostos. Se por um lado o caráter exemplar do passado é cada vez menos lembrado como tal, por outro se invoca cada vez mais uma espécie de *dever* de memória. A expectativa não está mais nas “sentenças morais passíveis de serem extraídas das histórias particulares, mas na força moralizadora própria da história concebida como processo”. Consequentemente, o papel da historiografia assim como a biografia não se limitaria a fixação de uma memória ou o estabelecimento de “valores e expectativas político-sociais dirigidas à nação, mas também as ambições de verdade e fidedignidade na representação do passado”. Com efeito,

ao buscarem inscrever a sociedade “surgida da cunhagem da moeda colonial” em um tempo propriamente histórico, os letrados brasileiros oitocentistas não dispensaram a articulação dessas duas modalidades de escrita na tessitura dos elos possíveis de ligação entre o presente, o passado e o futuro, indicando que, a despeito de novas exigências disciplinares, a história não precisaria renunciar terminantemente à antiga condição de *magistra vitae* em nome dos modernos axiomas de cientificidade.<sup>203</sup>

É o que Januário da Cunha Barbosa tentou esclarecer em seu *Discurso*, em 1839. Era também o que os membros do IHGB buscavam concretizar – salvar do esquecimento o passado – ou seja, imortalizar em suas publicações aquilo que não deveria ser esquecido.

---

<sup>202</sup> Idem, pp. 287-288.

<sup>203</sup> Idem, p. 297-298.

### 2.2.3 – A Memória de Gonçalves de Magalhães

Os dois capítulos iniciais do trabalho de Gonçalves de Magalhães apresentam alguns elementos que nos permitem mapear sua noção história. Neles é possível perceber também como as questões políticas estavam constantemente presentes.

Intitulado *Observações preliminares*, o primeiro capítulo aborda suas impressões gerais e quase filosóficas a respeito da deflagração do conflito. Dessa maneira ele irá afirmar que nada “ha que espantar nos deva n’esta serie de rebelliões que desde a época da nossa independencia até hoje têm arrebetado nas províncias do Imperio”. Elas são reflexos do seu tempo e caracterizam os povos livres que estão sempre em busca de mudanças, pois “activa e vertiginosa é sua vida, e sujeita ás alterações provenientes do exaltamento das idéas; além de que vivemos em época de transição, em que pensamentos de reformas são os que occupam o espirito humano”.<sup>204</sup>

“O caracter transitorio do tempo e a convicção de sua instabilidade de tal modo sobre nós tem operado que, nas nossas duvidas, em continuas expectativas e mallogradas experiencias, quase que perdemos a fé do futuro”. Para Magalhães, os responsáveis pela disseminação dessas instabilidades são os partidos políticos, que tem espalhado o ceticismo e “impellido o Brasil no desfiladeiro das rebelliões”.<sup>205</sup>

Apesar do quadro desanimador mostrado pelo autor, o mesmo pede para que ninguém se assuste, pois “d’esta mesma fermentação das cousas deve nascer o espírito de ordem que esclarecerá o futuro”. Nesse momento, sua concepção de história começa a se apresentar. Tal como parte considerável dos sócios do IHGB, Gonçalves de Magalhães fez da fórmula ciceroniana seu guia. Desse modo, afirma que tratou de narrar esses acontecimentos mesmo que lhe custasse “depois de passado os males, estar agora a relatal-os; mas estes passados males deixam uma chaga aberta, que ainda goteja, e um echo de dor para o futuro: inutil não é o estudo do passado”.<sup>206</sup>

Inútil não é o estudo do passado, pois nele estão contidas as lições históricas que devem ser apreendidas para assim compreender o momento presente e mesmo projetar o futuro. Essa

---

<sup>204</sup> RIHGB, tomo X, 1848, p. 263.

<sup>205</sup> Idem, p. 264.

<sup>206</sup> Idem, pp. 265-266.

concepção clássica da história como *magistra vitae* fica mais explícita quando menciona que de todas essas desordens e sua duração pode-se depreender que elas documentam o que tem sido visto por todos e, ao mesmo tempo em que combinam “perfeitamente com o caracter da época” em que eles vivem.<sup>207</sup> Ou seja, é preciso narrar esses eventos para não esquecê-los. Magalhães acaba por inseri-los numa perspectiva política mais ampla, não se tratava mais apenas da construção da nação, mas de uma escolha pelo Império e por D. Pedro de Alcântara. Realiza-se assim, o papel pedagógico atribuído à história nesse momento,

porque devem nossos filhos instruir-se com a lição do passado, e saber por que alternativas passamos, que lutas tivemos, que tropeços encontramos, afim de que, se possível fôr, evitem os males que sóffremos, e prezem o legado que á custa de fadigas nossas lhes transmittimos [...] Por isso tomo sobre mim escrever a historia da rebellião da província do Maranhão, a qual manifestou-se em Dezembro de 1838, posto que suas causas moraes tenham anterior data.<sup>208</sup>

Magalhães tenta esclarecer ainda o seu ponto de vista acerca dos acontecimentos. Através de duras críticas aos políticos procura justificar o porquê do início dessa rebelião e principalmente, os motivos que levaram a sua duração. Ele não poupa palavras e lança a culpa em cima dos governantes e de sua conduta: “Empregam nossos politicos todos os vergonhosos meios para dos publicos lugares arredar os seus antagonistas e rivais; de tudo se ha abusado”. E ainda,

Tem se feito da politica uma sciencia occulta, mysteriosa e empirica, sem regras fixas, sem principios; uma sciencia estrategica de ataque, e não de defeza, e na qual são iniciados certos adeptos com quase exclusão da honra, de modo que quando se quer dizer que alguém é politico, diz-se indifferentemente que é fino ou velhaco. [...] Nenhum partido representa as necessidades do paiz; cada qual afaga aquellas que melhor se prestam no momento para derrubar o estabelecido. Mas o estabelecido não é obra do tempo, triumphar do partido opposto é a única mira dos pleiteantes. Prolonga-se a luta, e leis se fabricam segundo os caprichos dos vencedores.<sup>209</sup>

Em parte são essas rivalidades as responsáveis pela árdua tarefa de construção não somente de uma identidade nacional, mas da permanência das estruturas políticas herdadas no momento da separação com Portugal. O que chama a atenção é que a crítica se estende também para o jornalismo, como já mencionado, acusado de ser uma “potencia do bem e do mal”; os

---

<sup>207</sup> RIHGB, tomo X, 1848, p. 265.

<sup>208</sup> Idem.

<sup>209</sup> Idem, pp. 264-265.

jornalistas seriam o “punhal do assassinato moral, que fere publicamente, não derrama sangue, mas a honra e o brio, que mais valem”.<sup>210</sup>

Em vista do teor dessa parte inicial do seu relato, que será reproduzido outras vezes durante o texto, causa certo estranhamento o fato de essa obra ter sido premiada pelos membros do IHGB com a medalha de melhor trabalho histórico do ano de 1847, e principalmente, não ter se produzido nenhuma crítica mais dura em relação ao conteúdo da narrativa. Sendo assim, como pensar e o que pensar sobre o estatuto desse texto?

Nesse sentido, Adriana Barreto de Souza reflete acerca das condições que o relato de Magalhães foi produzido. A primeira observação é sobre o seu cargo – secretário de governo – cujas funções passavam pela redação de documentos, bem como auxílio administrativo. Seu relato foi escrito durante o conflito, com exceção do primeiro capítulo e extrapolava a descrição da revolta. Segundo a historiadora, ele participou “lado a lado com o coronel Lima, da repressão dos balaios. Estava também engajado em pensar a rebelião e os maranhenses. [...] As proclamações do presidente, bem como outros textos oficiais, contavam, no mínimo, com sua revisão, mas é provável que fossem integralmente redigidas por ele”.<sup>211</sup>

Assim, “A “Revolução do Maranhão”, lida através do discurso civilizatório, legitimava a reforma institucional defendida pelos conservadores”. Essa interpretação associada a uma visão conservadora e a ideais de civilização elevados, em parte reflexos de sua estadia na França, demonstra o quanto Luiz Alves de Lima e Silva e o poeta estavam comprometidos com uma “classe proprietária. Não por outro motivo, a primeira medida de Luiz Alves foi reabrir a navegação dos rios”, além de outras providências que agradaram os proprietários e negociantes locais.<sup>212</sup>

Por fim, a importância que Luiz Alves de Lima e Silva adquiriu após o término da *revolução*, não pode ser negligenciada. Ao voltar para a Corte foi elevado ao posto de brigadeiro, ao mesmo tempo em que era nomeado barão de Caxias. Ainda em 1840 é escolhido para a posição de veador das princesas, cargo bastante importante já que está ligado diretamente à família real. Sua amizade com o poeta também lhe garantiu alguns versos onde sua história ficava

---

<sup>210</sup> RIHGB, tomo X, 1848, 264-265.

<sup>211</sup> Souza, op. cit. 2008, p. 294.

<sup>212</sup> “Por outro lado, todo esse trabalho evidenciava a incapacidade da “casa” para exercer, sem influência do governo central, a direção da província. Esse é um outro aspecto desse esforço civilizatório, e era assim que ele se vinculava aos princípios centralizadores. A civilização e suas luzes só poderiam alcançar as províncias e resgatá-las da barbárie por meio de uma ação do governo nacional. Através da guerra, em situações-limite, e por meio da administração, quando a vida seguisse seu curso normal. Essa era a intenção do relato de Gonçalves de Magalhães”. Idem, p. 309.

registrada. A *Ode ao Pacificador de Maranhão* também escrita no período demonstra a extensão de suas relações. Para Adriana Barreto de Souza, “parte do sucesso de Luiz Alves se devia a Domingos Gonçalves de Magalhães. Ele deu forma não só ao seu governo, elaborando proclamações e trabalhando na administração civil, mas também ergueu Luiz Alves de Lima a pacificador e herói”. A partir desses elementos não se pode ignorar a abrangência que tais relações sociais possuíam e suas extensões.<sup>213</sup>

Dessa maneira, não é possível deixar de lado esse contexto ao tomarmos conhecimento da *Memória Histórica e Documentada da Revolução da Província do Maranhão*. No parecer emitido pelos sócios do IHGB podemos perceber que não houve uma total aprovação do conteúdo. Desse modo, em uma única frase os sócios do IHGB alertam os leitores de que, “o Instituto, acolhendo com os maiores applausos o trabalho do Sr. Dr. Magalhães, votou sua prompta impressão, sem contudo ficar solidário de todas as idéas emittidas pelo auctor”.<sup>214</sup> Esse parece ser o único reparo feito ao autor. Todas as outras menções dirigidas a Magalhães são as mais elogiosas possíveis. Assim, para os membros do Instituto o trabalho bem como o seu autor representam o que esperavam de um trabalho histórico, ou ainda o que podia ser entendido como trabalho histórico, uma vez que os limites entre diferentes áreas permaneciam tênues:

o Sr. Dr. Domingos José Gonçalves de Magalhaes fez leitura publica da sua *Historia da ultima rebelião do Maranhão*: trabalho que offerece novo ponto de contacto entre o melancolico auctor dos *Suspiros poeticos* e o das *Meditações*: ambos os lyricos bem acabam de provar que a poesia não é incompativel com a historia, segundo a opinião de alguns espiritos apoucados. Nos mais celebres engenhos da antiguidade as vemos abraçadas: ha historia em Homero e Virgilio; ha poesia em Plutarco e Tacito.<sup>215</sup>

O parecer procura mostrar que a permeabilidade entre os diferentes saberes nem sempre resulta em algo negativo, como já demonstraram os antigos, e, ao mesmo tempo, o excerto reforça a ideia de uma indefinição do conceito de história.

Gonçalves de Magalhães se revestiu da *gravidade requerida*, fazendo “reviver os factos de maneira que o leitor involuntariamente experimenta as sensações de uma testemunha ocular o auctor se manifesta ora feliz e triumphante, ora sombrio e irritado, soffrendo todos os movimentos dos que veem em Deus o competente juiz da consciencia”. Assim, três ideias,

---

<sup>213</sup> Idem, p. 334.

<sup>214</sup> RIHGB, tomo XI, 1848, p. 133.

<sup>215</sup> Idem, p. 132.

recorrentes no século XIX, especialmente no momento de formação do campo disciplinar, se manifestam nesse trecho: cor local, testemunha ocular e juiz imparcial.

A primeira delas é vista como um recurso para alcançar/recuperar o passado. Emprestada do campo da arte, a noção se origina no século XVII. E no discurso histórico será um instrumento narrativo onde o autor procura alcançar da melhor maneira possível a reprodução da realidade, seja ela presente ou passada. Muito utilizada também pelos romancistas do século XIX, a *cor local* “se inscreve no quadro de uma busca das origens, em virtude das quais cada coisa deve ser recolocada em ‘seu lugar’”.<sup>216</sup> A “cor local, sem mediações, é assim a representação exata da história”. Com isso, admite-se a possibilidade concreta de representação não apenas real do passado, mas também exata. Ao mesmo tempo, é preciso lidar com duas questões referentes ao estatuto de verdade e da perda de autoria, elementos que atravessam o século XIX e se encontram no cerne da discussão do conceito de história para esse período.<sup>217</sup>

No trecho citado é perceptível a relação que se estabelece entre *reviver os fatos* e *ser testemunha ocular*, ou *ser testemunha ocular* porque os *fatos* podem ser *revividos* e com isso experimentado por outrem. Em ambos os casos aparecem duas premissas importantes para a consolidação de uma noção de história nesse período. Ao lado do uso das fontes, ser testemunha ocular é prerrogativa de autoridade, logo, de verdade dos fatos. Gonçalves de Magalhães é reconhecido por seus pares e mesmo elogiado em função de sua posição durante o conflito.

Colocado na mais feliz condição para bem observar os sucessos que narra, sem alteral-os pelas paixões próprias, que constantemente conturbam o juizo do historiador: extranho aos partidos que lutavam entre si n’esse periodo calamitoso da historia da provincia do Maranhao, elle pôde apreciar o encadeamento de causas diversas que acarretaram aquella medonha explosão da guerra civil e da anarchia, e distinguir a natureza e diversidade de elementos que a formavam.<sup>218</sup>

---

<sup>216</sup> CEZAR, Temístocles. Narrativa, cor local e ciência. Notas para um debate sobre o conhecimento histórico no século XIX. In: *História. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos*. São Leopoldo, v. 8, n. 10, jul-dez, 2004b, pp. 11-34. Citação da p. 20.

<sup>217</sup> Temístocles Cezar mostra como era recorrente esse pensamento em diversos autores, especialmente no século XIX. Assim, Thierry, Barante, Cousin são alguns dos nomes lembrados. Esse último ao escrever o seu curso de *philosophie de l’histoire*, em 1823, afirma que “as cores do historiador, quer dizer, a maneira pela qual descreve os acontecimentos, devem ser, como suas idéias, particulares e locais, pois elas se aplicam a qualquer coisa de particular: encarregada de dar vida ao passado e de reproduzir a realidade, elas devem se imprimir fortemente daquilo que constitui a realidade da vida; elas devem ser individuais e determinadas”. Para Cousin não existia incompatibilidade entre poetas, pintores, historiadores, “contanto que certas regras sejam respeitadas”. Idem, pp. 21-24.

<sup>218</sup> RIHGB, tomo XI, 1848, p. 133.

Sua posição lhe garantia, então, a premissa de poder falar dos acontecimentos daquele período sem incorrer em paixões que comprometeriam o seu entendimento. De certa forma e de modo muito peculiar os escritores possuíam um ideal de objetividade, de imparcialidade que permeava as suas discussões e as suas publicações. Nas palavras dos sócios reunidos na 173ª sessão do IHGB, realizada no dia 22 de julho de 1847 e presidida pelo Exm. Sr. Conselheiro José Antônio Lisboa, “raros são os trabalhos feitos sobre acontecimentos políticos por autores contemporaneos, que reünam tantos requisitos de perfeita exactidão e imparcialidade como esse de que ora nos occupamos”.<sup>219</sup>

O que chama atenção nesse fragmento é a referência ao lugar que uma história do tempo presente deveria ocupar. Sem grandes discussões a respeito do tema, o que se nota por parte dos membros do Instituto é uma espécie de fuga a fim de evitar o debate. Como eram raros os trabalhos submetidos, e menos ainda aprovados nessa área, suas qualidades deveriam se assemelhar à da história tradicional, cujo objeto se localiza prioritariamente no passado.

Assim, epistemologicamente falando, o historiador do tempo presente deve ter o mesmo cuidado com as fontes, com o ideal de imparcialidade, que os outros historiadores habitualmente possuem. E mais uma vez, Gonçalves de Magalhães se encontrava em uma posição privilegiada, segundo seus avaliadores. Como secretário do governo ele “tinha a sua disposição todos os documentos officiaes e peças authenticas, por onde lhe era facil chegar ao acontecimento apropriado da variedade das scenas, e da parte que representou cada actor n’esto drama sanguinolento”.<sup>220</sup>

Dessa maneira, sua exposição metódica e lúcida, seu estilo elegante e correto, com “vistas philosophicas e elevadas sobre o estudo da civilisação d’aquella parte do Imperio; taes são as principaes qualidades que caracterisam esta nova producção em prosa do Sr. Dr. Magalhães, a quem tanto já deve a poesia e a litteratura nacional”.<sup>221</sup> Para parte considerável do IHGB, o bom historiador é aquele caracterizado por Barrière como um

philosopho que segue sem surpresa, mas não sem emoção, o jogo das paixões e dos interesses humanos; é o juiz imparcial, incorruptível, que não pode offuscar o brilho da categoria, dos talentos, da gloria, e que pesa os homens por suas acções; é um pintor que, em painel de vasta disposição, escolhe as côres para o assumpto e grupa os factos, colloca e traça as personagens com arte e dignidade;

---

<sup>219</sup> RIHGB, tomo IX, 1847, p. 425.

<sup>220</sup> Idem. O mesmo trecho também foi reproduzido no tomo XI, em 1848, p. 133.

<sup>221</sup> Idem.

é um architecto do gosto, cuja mão poderia estender-se sobre mil objectos de preço, pinturas, marmores ou bronzes, e que todavia tem a coragem de abandonar todas estas riquezas porque não entrariam no plano, ou mal se ligariam com a belleza severa de seu magestoso edificio. <sup>222</sup>

Percebe-se assim, a forma como algumas noções se difundiam e eram compartilhadas pelo grupo do IHGB. Elas são instrumentos importantes que auxiliam na compreensão da maneira como o passado era representado.

\*\*\*

A comparação do ofício do historiador com o de juiz é lugar comum na literatura. Cabe, no entanto, ressaltar a autoridade que lhe é conferida. Para Paul Ricoeur, tanto o historiador quanto o juiz tem associados a sua imagem uma intenção de verdade e de justiça, que por sua vez remete a um desejo de imparcialidade. Possivelmente, por essa razão é que a ideia de *juiz imparcial* se tornou uma referência tão frequente no século XIX, embora fosse conhecida desde o mundo antigo. Ainda na tentativa de melhor esclarecer as relações que se estabelece entre eles, o autor menciona “dois traços comuns a ambos: a preocupação com a prova e o exame crítico da credibilidade das testemunhas – dois traços que andam juntos”. Essas preocupações garantem sua unidade. Além disso, o filósofo ressalta o fato de que a própria palavra história se origina da “linguagem médica, da argumentação retórica do meio jurídico e da arte de persuasão exercida perante os tribunais”. <sup>223</sup>

Porém, algumas diferenças são cruciais em suas abordagens. A mais importante, sem dúvida, é a questão da sentença, que instaura um espaço entre ambos. “O juiz deve julgar – é sua função. Ele deve concluir. Ele deve decidir. Ele deve reinstaurar uma justa distância entre o culpado e a vítima, segundo uma topologia imperiosamente binária”. Por sua vez, o historiador, não pode, não faz nada semelhante, já que assim agindo ele estaria à mercê da crítica de seus pares e, de um modo geral, do seu público. Ele geralmente confia no tribunal da posteridade para exercer esse papel. <sup>224</sup>

---

<sup>222</sup> RIHGB, tomo XI, 1848, pp. 132-133.

<sup>223</sup> Ricoeur, op. cit. 2007, p. 332.

<sup>224</sup> Idem, p. 335. Após estabelecer essas diferenças, o Paul Ricoeur questiona até mesmo a maneira como os testemunhos são vistos por ambos. Assim, “a discordância entre o julgamento histórico e o julgamento judicial, evidente na fase terminal, amplia-se depois deste ponto último; ela afeta todas as fases da operação judicial e da



Logo, ao tempo caberá a tarefa de estabelecer aquilo que as testemunhas presenciaram, constituindo uma espécie de arquivo. De certo modo, esses elementos foram compartilhados também pelos homens de letras brasileiros, pelo menos essa é a impressão que fica das leituras das fontes, especialmente nos trechos acima citados. Sendo assim, os três aspectos aqui ressaltados representam a concepção de história que estava em construção. Como se pode notar nada estava muito consolidado, restavam ainda muitas dúvidas em relação ao que escrever e como escrever. No caso da história mais recente, além disso, havia o problema da escassez das fontes.

\*\*\*

O trabalho de Gonçalves de Magalhães representou uma tentativa bem sucedida de história do tempo presente, premiada inclusive. Entretanto, nem todos os projetos dessa natureza tiveram o mesmo final feliz.

Felizardo Pinheiro de Campos pode ser considerado um desses exemplos de interdição da escrita sobre o tempo presente. O autor enviou ao IHGB a proposta para um livro cujo título seria - *Fastos do feliz e glorioso reinado do Sr. Dom Pedro II* – e que deveria conter “todos os factos de importancia politica, moral e religiosa à juizo do Instituto”. O relator da Comissão de História, Joaquim Manuel de Macedo foi o encarregado de ler na sessão de oito de maio de 1863 o parecer acerca da proposta.<sup>225</sup>

O escritor inicia sua leitura ressaltando os sentimentos que estimularam Felizardo a fazer tal proposição. Desse modo, o Instituto reconhece “as nobres intenções e patrioticos sentimentos que inspiraram essa proposta, não póde comtudo aconselhar a sua adopção, e julga que lhe cumpre offerecer ao Instituto as principaes considerações, em que firmou o seu parecer”. As considerações que serão apresentadas por Joaquim Manuel de Macedo em nome do Instituto

---

operação historiográfica, a tal ponto que podemos nos indagar se é com os mesmos ouvidos que o juiz e o historiador ouvem o testemunho, essa estrutura inicial comum aos dois papéis”. A discussão do autor se amplia para as questões que surgem após a queda dos regimes totalitários ou autoritários e os desdobramentos que se processam no cerne dessas figuras que, possivelmente em suas origens, pudessem ser concebidas quase como gêmeas, tal a similaridade que as envolve. Essa aproximação tem consequências conflituosas para ambos. A solução proposta pelo autor, no final, é a inserção de um terceiro elemento entre o historiador e o juiz – o cidadão – que agrega ao debate a sua experiência. É a sua convicção que garante “a equidade do procedimento penal no recinto do tribunal e a honestidade intelectual do historiador nos arquivos”, pp. 336-347.

<sup>225</sup> RIHGB, tomo XXVI, 1863, p. 854.

refletem, uma vez mais, a falta de um conceito claro de história e a tentativa de mostrar a impossibilidade de se escrever sobre a história contemporânea.<sup>226</sup>

A primeira questão colocada é o fato de que o IHGB não pode proibir ninguém de escrever sobre o seu próprio tempo. Isso, no entanto, não o impede de fazer uma crítica. Assim, quem quer que seja que se utilize desse direito deve ter consciência de que será sempre um “juiz mais ou menos suspeito, e portanto incompetente para desempenhar cabalmente a empresa difícil a que se arroja”. Sujeito às impressões do momento, as paixões, as simpatias e antipatias, ou seja, “sendo actor no drama de que procura dar conta, aquelle que escreve sobre a historia contemporânea do seu paiz escreve sempre um pouco a sua propria historia”.<sup>227</sup>

Talvez essa seja uma das principais constatações daqueles que se preocuparam em refletir acerca da produção do conhecimento do seu tempo. Eric Hobsbawm reconhece as mesmas dificuldades em relação à escrita contemporânea. No prefácio do livro *a Era dos Extremos*, escreve que

Não é possível escrever a história do século XX como a de qualquer outra época, quando mais não fosse porque ninguém pode escrever sobre seu próprio tempo de vida como pode (e deve) fazer em relação a uma época conhecida apenas de fora, em segunda ou terceira mão, por intermédio de fontes da época ou obras de historiadores posteriores.<sup>228</sup>

Senão por outra razão, pelo fato de que durante nossa vida acumulamos não apenas conhecimento, mas também opiniões e preconceitos que influenciam diretamente na nossa maneira de perceber as coisas. Além disso, outro problema com o qual se depara o historiador do tempo presente e, que precisa ser contornado, como já mencionado, são as fontes.

Hobsbawm afirma que desconhece quase que totalmente as fontes primárias para o período que estudou. Sendo assim, constrói seus argumentos baseados na sua experiência e nas leituras acumuladas durante a sua vida. Sua posição, a qual ele chama de *observador participante* lhe garante as condições necessárias, pois “as pessoas que nos esclarecem de fato são as que podem – ou querem – falar livremente, de preferência quando não tem responsabilidade por grandes questões”, diferentemente do que acontece com outros registros que são produzidos, em

---

<sup>226</sup> RIHGB, tomo XXVI, 1863, p. 854.

<sup>227</sup> Idem, pp. 854-855.

<sup>228</sup> HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX. 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 07.

sua grande maioria, para serem públicos. Igualmente, ele precisa contar com a imprensa, pois ela é o meio por excelência do registro do imediato, bem como de “relatórios econômicos periódicos e outras pesquisas”, muitas vezes de cunho governamental e outras de instituições privadas. Por fim, o autor conclui que “se o historiador tem condições de entender alguma coisa deste século é em grande parte porque viu e ouviu”.<sup>229</sup>

A importância do testemunho ocular é evocada: “sem dúvida minhas recordações pessoais de acontecimentos remotos no tempo e no espaço aproximaram de leitores mais jovens a história do século XX, como também reavivaram as recordações dos leitores de mais idade”. Ambos os recursos garantem a autenticidade do conhecimento que se quer transmitir. Essas são algumas das questões que Eric Hobsbawm traz à tona, e que se assemelham a dilemas para os historiadores (pelo menos para alguns), em especial aqueles que tratam da história contemporânea, mas que também foram percebidos, em alguma medida, pelos letrados do século XIX.<sup>230</sup>

Retornando ao caso de Felizardo Pinheiro de Campos, o parecer dado ao seu trabalho demonstra as dificuldades que os sócios do IHGB tinham em pensar essas questões e, finalmente, de aceitá-las. Embora seja necessário relativizar um pouco essa interpretação à medida que a instituição já havia premiado uma obra cujo tema era contemporâneo.

No entanto, em que pese essa pequena “falha”, o que parece estar mais de acordo com as intenções do Instituto é a postura manifestada na leitura desse parecer. Assim, não caberia ao IHGB, como dito por Joaquim Manuel de Macedo, a escolha dos fatos mais importantes, pois realizar essa escolha seria proceder a uma seleção onde evidentemente, haveria descartes, o que por sua vez levaria a execução de uma obra imperfeita.

Admittindo-se porém esta mesma interpretação das palavras a juízo do Instituto, haveria em todo caso o juízo, apreciação do merecimento dos factos a registrar, preferencia e exclusão dos factos e por consequencia não só o grave inconveniente já mencionado, mas ainda o evidente senão de uma obra incompleta pelo esquecimento premeditado de factos que por erro de que é susceptível, o Instituto deixasse de considerar dignos de serem registrados.<sup>231</sup>

---

<sup>229</sup> Idem, pp. 08-09.

<sup>230</sup> HOBSEBAM, Eric. *Tempos interessantes. Uma vida no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 11.

<sup>231</sup> RIHGB, tomo XXVI, 1863, p. 855.

Não se trata aqui de uma crença na objetividade total ou algo do gênero, mas de uma precaução, acima de tudo o que se esperava era espontaneidade daqueles que fossem realizar a tarefa histórica, pois esquecimentos e escolhas eram perfeitamente normais nessas circunstâncias.

De qualquer maneira, o que parecia incomodar de fato os membros do IHGB era a questão política, que em relatos dessa natureza ficava ainda mais evidente. Sendo assim, Macedo afirmava que a proposta do livro *Fastos do feliz e glorioso reinado do Sr. Dom Pedro II* era forçosamente uma história contemporânea e com isso o autor não só previa a homogeneidade da história do Brasil, pensando como todos que “o Senhor D. Pedro II e a nação brasileira tem uma só historia, historia que não póde se separar”, como também diz respeito a

absolutamente de tudo quanto se refere á religião, á civilização, ás questões internacionaes, e ainda mais ás questões de politica interna, ás lides dos nossos partidos politicos, ao embate e luta de todas as nossas idéas, ao combate generoso emfim, em que todos nós entramos, e que com todos nós entram aquelles que teriam de ser encarregados da redacção dos Fastos; por que emfim, todos nós somos interessados na grande causa do estado, e nem podemos deixar de sê-lo sem sacrificio do santo dever do patriotismo.<sup>232</sup>

Aqui o apelo é dirigido diretamente para a questão da imparcialidade. Como membros da sociedade, e principalmente, como detentores de cargos políticos e administrativos, os sócios do IHGB não se achavam autorizados a falar de seu próprio tempo, pelo fato de o seu presente em parte corresponder a sua própria experiência.

Essa não teria sido a primeira vez que o Instituto deliberava sobre o assunto. Em 1850, durante uma das reuniões do IHGB, é dado o parecer à proposta efetuada por Francisco Freire Allemão de criação de uma *arca do sigillo*, onde deveriam ser guardados “escriptos cuja publicação não se deve fazer antes de um tempo determinado”. Os redatores Manoel de Araújo Porto Alegre, Francisco Freire Allemão e Manoel Ferreira Lagos concordam que a criação dessa *arca* será de grande importância, pois

escriptos, ha, certamente, muito uteis e preciosos para a historia de um paiz, cuja immediata impressão póde acarretar, além de grandes desgostos a seus autores, incalculaveis perturbações, e comprometer não só a paz interna, como a externa; e outros, que envolvendo personalidades contemporaneas e descarnando os factos, ou divulgando segredos, trariam um sem numero de inimizades e deslocações pessoaes, mórmemente em épocas de transição, e n’um paiz como o

---

<sup>232</sup> RIHGB, tomo XXVI, 1863, p. 856.

nosso, onde as bases de uma longa experiencia não podem ainda fructificar, e onde a tolerancia das nações velhas ainda não chegou.<sup>233</sup>

Essas consequências são exatamente as que eles buscavam evitar. A questão política mais uma vez surge como um empecilho para a realização da história do tempo presente. Da mesma forma que o trabalho de Felizardo Pinheiro de Campos foi avaliado, o que se quer impedir, aparentemente, é a paixão, a parcialidade que os assuntos mais recentes possuem sendo essa a razão da proposta de instauração de uma *arca do sigilo*.

No decorrer da explanação acerca das vantagens e dos motivos que levaram o IHGB a adotar a proposta de Francisco Freire Allemão, é possível perceber mais uma vez a preocupação que o circundava. Assim, um alerta é produzido em relação ao uso das fontes, especialmente a imprensa. Ela é acusada de promover guerrilhas parciais onde

dos factos que enumera, e das recriminações em que abunda, roça em torno da verdade, mas argutamente; depois de encarar os factos os descreve segundo a face do prisma de suas conveniencias, e segundo o resultado da balança politica dos acontecimentos: o tempo reforma e emenda as razões que um frio calculo e a marcha dos factos vai dictando no decurso de seu progresso.<sup>234</sup>

O tom dessa crítica se aproxima daquele utilizado por Gonçalves de Magalhães em sua *Memória Histórica*, quando acusa a imprensa de ser “o punhal do assassinato moral”, ou seja, aqueles que queiram arriscar escrever sobre seu tempo, ainda terão de buscar alternativas para suas fontes, já que a imprensa não seria confiável, do mesmo modo que as fontes oficiais, pois ambas são produzidas no “calor do momento” e por isso mesmo, suspeitas de serem parciais.

Os actos publicos do governo não bastam ao historiador; emanados ao nascer dos acontecimentos, ou posteriormente, nem sempre explicam a origem de sua emanação, além d’aquillo que é publico e notório e que se encontra em continua harmonia, ou quando palpaveis contradicções attestam chronologicamente que o interesse substituiu a razão.<sup>235</sup>

---

<sup>233</sup> RIHGB, tomo XIII, 1850, p. 133.

<sup>234</sup> RIHGB, tomo XXVI, 1863, p. 133.

<sup>235</sup> Idem, pp. 133-134.

Tais considerações podem ser entendidas como um desencorajamento à escrita de uma história mais recente. Além disso, elas colocam em xeque a própria possibilidade de se escrever sobre o seu tempo.<sup>236</sup>

Contudo, apesar do IHGB deixar claro sua posição, controvérsias não deixaram de existir. A mais evidente talvez tenha sido a publicação e premiação do trabalho de Gonçalves de Magalhães, onde não apenas os fatos eram recentes (não havia se passado nem dez anos entre os acontecimentos e sua escrita), como o assunto era extremamente delicado, pois colocava em questão toda a política imperial e a própria constituição do Brasil enquanto nação independente.

As repercussões dessa publicação não são evidentes e não foi possível alcançá-las nas fontes pesquisadas. É curioso notar, no entanto, que um ano após a premiação do trabalho de Gonçalves de Magalhães o Imperador tenha, em seu discurso na sessão de aniversário de dez anos do Instituto, feito um apelo aos letrados que escrevessem, justamente, sobre o seu tempo. Dois anos depois, Francisco Freire Allemão propõe a criação da arca do sigilo, e em que pese sua aprovação e a exaltação de seus méritos e o grande auxílio que prestaria a pátria, quase não foi utilizada. Assim,

A comissão crê que um utilíssimo resultado se colherá da criação d'este archivo secreto, além dos que já teve a honra de ponderar: a arca do sigillo vai ser o deposito da consciencia íntima de muitos escriptores, que não levarão á sepultura verdades essenciaes á historia de um paiz, vai ser o juiz posthumo do character de todos os autores principaes da scena do nosso mundo, e revelar os factos que tornariam a historia obscura, forçando os escriptores futuros a tatearem no mundo das conjecturas e das probabilidades. Além d'isto, o temor dos escriptos secretos dos contemporaneos, da divulgação de crimes documentados, o presentimento de uma funesta herança para os descendentes daquelles que souberam illudir os seus contemporaneos, fará com que muitos homens recuem e que procedam mais assiadamente nos seus actos alistando-se de preferencia no mundo do idealismo, no dominio da razão, do que n'um pernicioso e temporario individualismo.<sup>237</sup>

É evidente ainda a permanência de algumas facetas do conceito de história *magistra vitae* nesse trecho. O caráter pedagógico que se atribui a *arca do sigilo* revela que, se no âmbito

---

<sup>236</sup> “Se a história imediata não pode nem mesmo contar com suas fontes, então suas possibilidades de produção são realmente limitadas”. Por outro lado, não há dúvidas de que “a noção presentista é discutida em termos teóricos e metodológicos no âmbito de atuação do IHGB”. Cezar, op. cit. 2004, p. 60.

<sup>237</sup> RIHGB, tomo XIII, 1850, p. 134.

epistemológico o conceito foi perdendo sua força, especialmente de previsão do futuro, no âmbito moral a ênfase permaneceu, pelo menos no que tange ao seu caráter exemplar.

No entanto, para D. Pedro II o IHGB deveria além de continuar o seu trabalho de escrita da história brasileira, compilando documentos e obras, se preocupar com o que acontecia em seu reinado. Na sessão de 15 de dezembro de 1849, após ouvir o discurso do presidente Cândido José de Araujo Vianna, o Imperador pede a palavra, em uma das raras ocasiões em que se manifestará durante as reuniões do Instituto. Ele agradece os elogios feitos pelo presidente e como reconhecimento de sua gratidão, não poderia deixar de dizer umas poucas palavras, especialmente em relação à *Revista* do IHGB, “indeclinavel testemunho do que houverdes feito a bem da historia e geographia do Brazil”. Desse modo ele prossegue afirmando que,

Sem duvida, Srs., que a vossa publicação trimensal tem prestado valiosos serviços, mostrando ao velho mundo o apreço, que tambem no novo merecem as applicações da intelligencia; mas para que esse alvo se attinja perfeitamente, é de mister que não só reunaes os trabalhos das gerações passadas, ao que vos tendes dedicado quasi que unicamente, como tambem, pelos vossos proprios, torneis aquella a que pertenço digna realmente dos elogios da posteridade: não dividi pois as vossas forças, o amor da sciencia é exclusivo, e, concorrendo todos unidos para tão nobre, util, e já difficil empreza, erijamos assim um padrão de gloria á civilisação da nossa pátria. <sup>238</sup>

A menção ao discurso do Imperador gerou interpretações diversas e por vezes antagônicas. É o caso da historiadora Lucia Maria Paschoal Guimarães. Em seu trabalho *Debaixo da imediata proteção imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*, a autora procura verificar até que ponto o IHGB desempenhou de fato sua função de “escrever uma história nacional única e coerente”, pois em sua opinião os sócios acabaram privilegiando a memória em detrimento da história. E o discurso do monarca seria um indício dessa hipótese. <sup>239</sup>

De acordo com a autora uma das dificuldades é justamente, conciliar discurso e prática. Para ela, três aspectos acentuam essa defasagem. Em primeiro lugar, a falta de testemunhos e de pesquisas sistemáticas, que começarão, justamente, com a criação do IHGB em 1838. Somado a essa dificuldade estava a “ausência de normas acadêmicas na seleção dos sócios – critério que, conforme já se observou no capítulo anterior, só foi adotado a partir de 1851 – se constituiu

---

<sup>238</sup> RIHGB, tomo XII, 1849, pp. 551-552.

<sup>239</sup> GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Debaixo da Imediata Proteção da Sua Majestade Imperial. In: *RIHGB*, n. 388, 1995, p. 507. É tão evidente essa idéia que a autora utiliza-se dela para nomear seus capítulos, o segundo se intitula justamente *Portas Fechadas para a História* e o seguinte, *Portas Abertas para a Memória*.

noutro fator responsável pelo elevado índice de fontes impressas”. Além disso, existiu entre os primeiros sócios um “número bastante expressivo de políticos” e que “não foi simplesmente decorativa”.<sup>240</sup>

A historiadora argumenta que nem os sócios que foram testemunhas de eventos como a independência, deixaram seus depoimentos, mesmo aventando com tais possibilidades durante as reuniões do Instituto. Desse modo, a história ficava comprometida, pois a documentação a qual a *Revista* dava visibilidade “trazia as marcas da continuidade, centralização e legitimidade”.<sup>241</sup> Ao analisar a massa de documentos produzidos pelo IHGB concluiu que

direcionados para a Memória, os idealizadores da Academia não se ocuparam da História. Embora o valor e a importância de Clio fossem lembranças permanentes na sua retórica dos dias de festa. O levantamento minucioso da *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* [...] permitirá salientar a existência sistemática de um descompasso, entre o pretenso discurso sobre a História e a sua escrita efetiva, ou seja, sua prática.<sup>242</sup>

Sua hipótese será questionada por outro historiador, Temístocles Cezar, para quem não há dúvidas de que se “produziu uma memória nacional, mas eu não estou certo que esta opção implique necessariamente o *abandono da história*”. Pelo contrário,

parece-me que fazer a história quase que exclusivamente colonial e, inversamente, não fazer a história contemporânea é uma escolha certamente política mas também epistemológica. Esta escolha não visava somente proteger os políticos do IHGB de descobertas desconfortáveis que a pesquisa da atualidade poderia revelar. De modo mais profundo, ela é a expressão de uma tendência teórico-metodológica, segundo a qual não é desejável se fazer história do imediato, pois ela é perigosa para a objetividade do historiador, logo para a melhor maneira de se escrever a história.<sup>243</sup>

Assim sendo, a partir do que foi descrito até agora, é possível chegarmos a algumas conclusões, ainda que elas não sejam definitivas. A primeira delas é que a história nesse período enfrentava dois problemas, por assim dizer, mais difíceis: o de delimitação de seu campo de atuação, de suas fontes, com seus procedimentos e métodos, muitos deles herdados da tradição antiquária, e o de consolidação de um conceito que abarcasse as transformações temporais,

---

<sup>240</sup> Idem, p. 514.

<sup>241</sup> Idem, p. 522.

<sup>242</sup> Idem, p. 457.

<sup>243</sup> Cezar, op. cit. 2004, pp. 55-56.



sociais e culturais, especialmente a partir de dois fenômenos, a Revolução Francesa e o advento de uma nova ordem temporal representada pela modernidade.

O que parece estar sempre em pauta é a própria condição do historiador enquanto agente que intervém em seu próprio tempo. Por essa razão, os membros do IHGB preferem desencorajar esse tipo de produção. Assim,

a comissão, reflectindo ainda na proposta, comprehendeu que talvez estivesse no pensamento do seu digno auctor a idéa de um registro de extrema simplicidade, em que se faça menção dos factos que se fôrem passando sem apreciação alguma; mas também n'esta hypothese a comissão entende que a proposta não é muito conveniente, e pelo menos é desnecessaria.<sup>244</sup>

Portanto, ela não era conveniente uma vez que “seria difficilimo estabelecer regras precisas, pelas quaes o redactor ou redactores dos factos se limitassem ao registro dos factos sem deixar escapar palavras de uma dissimulada apreciação”. Essa parece ser a grande preocupação do período: como escrever sem se deixar levar pelo espírito de partido? A resposta é evitar esse tipo de trabalho. Somente assim se estaria livre do perigo de tender para um lado.

Endossando a resposta negativa, os letrados do IHGB argumentam também que esse trabalho seria desnecessário uma vez que, se eles julgassem útil tal obra, “basta-lhe-ia fazer continuar o trabalho das Ephemérides que por proposta do nosso finado consocio o conego Januario da Cunha Barbosa, o Instituto mandou escrever e foram escriptas durante alguns annos”. Nem o título da obra foi poupado. Joaquim Norberto de Sousa e Silva e Joaquim Manoel de Macedo comentam sua inadequação, pois “devendo além d'isso considerar-se que seria mal cabido o titulo brilhante de – Fastos do feliz e glorioso reinado do Sr Dom Pedro II, em um registro tão simples, secco e árido”.<sup>245</sup>

Mesmo diante da negativa, Felizardo Pinheiro insiste que a obra seria necessária, pois do contrário, o Brasil nunca teria

uma colecção de factos colligidos e methodizados pelo Instituto com relação ao actual Reinado: que se igual idéa de se irem colligindo os factos do actual reinado já tivesse tido execução desde vinte e dois annos, que fôra iniciada pelo fallecido conselheiro José Clemente Pereira e approvada pelo Instituto, já teriamos hoje um rico reservatorio de factos, que abrilhantariam as paginas da

---

<sup>244</sup> RIHGB, tomo XXVI, 1863, p. 856.

<sup>245</sup> Idem, pp. 856-857.

nossa historia; que elle não deseja que o Instituto seja o historiador, mas sim o compilador dos factos, pois é a sua missão e principal incumbencia, segundo os estatutos, preparar os materiais para um dia formar-se a historia do paiz, etc., etc.<sup>246</sup>

O autor procura intimidar o IHGB, atribuindo-lhe a responsabilidade enquanto representante das letras nacionais, pela história do tempo presente, mas não surte muito efeito. O Instituto mantém-se firme em sua postura, e responde de forma peremptória:

A geração que vive tem a historia do Imperador ante os olhos. As suas paginas que se desenrolam dia por dia sempre adornadas com um novo e brilhante facto se gravam na memoria de todos os cidadãos, e os Fastos do reinado de Sua Majestade Imperial são de sobejo importantes e gloriosos, para que necessitem de serem escriptos a juizo do Instituto Historico, a medo que elles possam desaparecer no oceano dos tempos como esses acontecimentos frivolos e dignos de eterno esquecimento, que se abysmam no golfão do passado com os próprios annos que os presenciaram.<sup>247</sup>

A responsabilidade a respeito de uma rememoração dos fatos passa de um âmbito privado, representado pelo IHGB para um público. Todos os habitantes do Brasil são agora responsáveis pela história que presenciam. Claro, que a questão deve ser matizada, pois o que realmente está em discussão não é a maneira como se vai registrar o passado, mas o que será registrado. Mais uma vez, se furtam da discussão do lugar que essa história recente deveria ocupar. Mais do que isso, eles a transferem para a imprensa, que por diversas vezes foi alvo de suas críticas. À imprensa, dizem eles, “que como a Argos dos antigos, véla com os seus cem olhos, compete registrar esses factos e ella os registra”.<sup>248</sup>

Finalmente, não é possível analisar o estatuto da história mais recente sem relacioná-la diretamente às questões políticas do período. Seja porque seus autores ocupam essa dupla função de letrados e políticos imperiais, seja porque o campo historiográfico não está consolidado ainda. A falta de clareza nos critérios de avaliação da produção da época é denunciada por esse tratamento diferencial que alguns autores parecem receber. Gonçalves de Magalhães e Felizardo Pinheiro Machado são exemplos dessa atitude. Pelo acesso que se tem aos pareceres de seus trabalhos é possível perceber que as avaliações da Comissão do IHGB poderiam ser transpostas para ambos.

---

<sup>246</sup> RIHGB, tomo XXVI, 1863, p. 858.

<sup>247</sup> Idem, p. 859.

<sup>248</sup> Idem.

Tanto Magalhães como Felizardo escrevem (ou pretendem) sobre o seu tempo e onde o trabalho de um é louvado pela sua “perfeita exactidão e imparcialidade” o de outro nem mesmo chega a se concretizar sob a mesma alegação, de que quem escreve sobre o seu tempo será sempre um “juiz mais ou menos suspeito” de imparcialidade. Dessa maneira, se esse gênero de escrita não aparece de forma clara no Oitocentos, nem por isso ele foi ignorado. Mesmo contando com poucos exemplos, a história do tempo presente se materializa nos trabalhos desses autores, mas também nos discursos proferidos nas sessões do Instituto, nos pareceres emitidos pelas Comissões acerca dos trabalhos de seus membros e nos periódicos da época.

As dificuldades que cercam esse gênero tanto no âmbito epistemológico quanto no político ultrapassam o século XIX e são ainda hoje objeto de discussão. Os trabalhos de Eric Hobsbawm, mencionados anteriormente, são um exemplo, que inseridos em outra época esbarram em dificuldades semelhantes e mais, adquirem uma legitimidade que pode ser questionada, pois se a história deve ser feita com rigor metodológico e principalmente com cuidado das fontes, a descrição da maneira que seu trabalho foi realizado permite questionar o estatuto da história do tempo presente. A impressão é que não se tem produzido uma crítica mais pontual a respeito da produção dita contemporânea. Essa afirmação é reforçada pelo fato de que tanto no século XIX como hoje a justificativa mais utilizada ao se trabalhar o presente é a do *dever de memória*, espécie de responsabilidade que é assumida pelo historiador. Assim, ela aparece nos três casos aqui apresentados. Gonçalves de Magalhães admite que “tratando eu de contemporaneos, já espero que alguém se dê por muito agravado”, mas é seu dever apresentar os fatos e documentos para que juízes imparciais possam avaliar, pois o seu compromisso é o de “não faltar a verdade, sem agravar muitas culpas”.<sup>249</sup>

---

<sup>249</sup> RIHGB, tomo X, 1848, p. 266.

### Capítulo 3: O Presente Póstumo - A *História da Independência* de Francisco Adolfo de Varnhagen.

Francisco Adolfo de Varnhagen nasceu em Sorocaba em 17 de fevereiro de 1816. Filho de Friedrich Ludwig Wilhelm de Varnhagen e Maria Flávia de Sá Magalhães (cuja nacionalidade não foi confirmada) saiu do país com seis anos de idade, em 1824, devido ao emprego do seu pai, que foi transferido para Portugal. Foi nesse país que Varnhagen recebeu sua instrução.

Lá, foi matriculado no Colégio dos Nobres, depois no *Real Colégio Militar da Luz*, em 1839 e formou-se como engenheiro militar na *Real Academia de Fortificação*. Nesse intervalo, já havia publicado *Notícia do Brasil* (1835-1838) e o *Diário de Pero Lopes*, em 1839. Nesse mesmo ano, foi admitido como sócio-correspondente da *Academia Real das Ciências de Lisboa* e do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Em 1840, volta temporariamente para o Brasil a fim de participar como sócio do IHGB, fundado dois anos antes.

No início de sua carreira como historiador, Varnhagen teve problemas com sua cidadania. O episódio, que será narrado a seguir, é apontado por diversos autores como um exemplo significativo que demonstra sua opção em ser reconhecido como brasileiro, não apenas por uma questão de afinidade social ou política, mas como uma forma de se projetar socialmente e profissionalmente. Pode-se dizer que, ao fazer essa escolha, ele se tornou (inconscientemente ou não) o primeiro historiador do Brasil, aquele que escreveria a primeira história nacional, cuja influência ultrapassa o século XIX.<sup>250</sup> Independente de “sua personalidade pouco sedutora, ele consegue impor-se, tornar-se imprescindível, irrecusável. Mesmo para aqueles que não o apreciam (e não parece, nem ontem nem hoje, que sejam poucos) ele se converteu em uma figura

---

<sup>250</sup> Para Nilo Odália, “é paradoxal o fato de que o historiador considerado por muitos o verdadeiro fundador da História do Brasil seja um brasileiro por “nascimento e adoção” e cuja nacionalidade só tenha sido confirmada, por decreto real, em 24 de setembro de 1841”. O autor considera ainda que essa opção refletia sua vinculação ao romantismo. Não creio que seja o caso de reduzir apenas a isso a explicação, há muitos elementos envolvidos na escolha feita por Varnhagen, seja de natureza política, social e mesmo sentimental. ODÁLIA, Nilo (org). *Varnhagen*. São Paulo: editora Ática, 1979, p. 07. Para Manoel Salgado Guimarães, “pode-se, com segurança, partir do fato de que o ambiente dos círculos literários de Lisboa contribuiu para que Varnhagen percebesse esse caminho como uma chance de concretizar seus planos e a oportunidade para um sacrifício heroico em prol de sua pátria. Talvez outra característica de seu caráter, a ambição, tenha contribuído para que ele procurasse encontrar a sorte no nosso grande Império. A leitura de suas cartas deixa perceber claramente a medida de sua ambição e o entendimento de seu trabalho como algo muito importante”. Guimarães, op. cit. 2011, p. 188.

incontornável para o entendimento da história da história no e do Brasil”.<sup>251</sup> Ou, como já havia escrito anteriormente Clado Ribeiro de Lessa, na biografia do autor publicada na *Revista do IHGB* em 1954, “em estranhos climas se habilitaria para servi-la [a pátria] com dedicação e capacidade jamais excedidas e raramente igualadas”.<sup>252</sup>

Desse modo, enquanto vivia em Portugal, e logo após cursar o *Real Colégio da Luz*, estava apto a ingressar no *Exército* português, convite que declina, alegando que: “eu tinha só vistas de servir ao meu país, e, por isso, desprezando essas vantagens, continuei os meus estudos com destino para engenheiro, passando nesse mesmo ano (1832) a matricular-me na *Academia de Marinha* desta cidade no 2º ano matemático”. Durante suas férias, no ano de 1833 eclodiu o movimento de Restauração em Portugal, e “levado com muitos outros brasileiros pelo entusiasmo de uma luta tão justa contra um tirano usurpador em pró de uma princesa e umas instituições emanadas do nosso solo, - julguei dever empunhar armas”. O problema nem teria existido se o fato se resumisse a isso. O que aconteceu foi que após esse combate, Varnhagen assumiu a posição de cadete e três meses depois já era nomeado Oficial de Artilharia, continuando a lutar ao lado dos portugueses. Em suas palavras: “achando-me assim, quase sem o pensar, *engajado no serviço de um Reino estranho, se me haver lembrado de munir-me para isso da necessária licença do nosso Govêrno, como manda a lei*”. Clado Ribeiro de Lessa comenta a respeito desse trecho que ele foi maldosamente utilizado contra o pedido de cidadania de Varnhagen, e que sem dúvida foi o que mais dificultou a demora do processo.<sup>253</sup>

Finalmente, no início do ano de 1840, chegou a notícia de que o Poder Legislativo iria rever a questão da cidadania, repatriando os brasileiros que viviam no exterior. Varnhagen embarca, então, em 24 de maio de 1840 no porto de Lisboa chegando ao Rio de Janeiro em julho desse mesmo ano, determinado a acompanhar o processo de perto. Já no dia 18 de julho agradecia, durante a sessão do IHGB, a sua nomeação como sócio correspondente. No entanto, a *questão da maioria* postergou a discussão dessa lei. O autor permaneceu pelo Brasil cerca de um ano e meio, renovando a sua licença como Oficial português a fim de esperar a votação.

---

<sup>251</sup> CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. In: *Topoi*, v. 8, n. 15, jul-dez, 2007, pp. 159-207. Citação p. 160.

<sup>252</sup> RIHGB, v. 223, 1954, pp. 82-297, citação da p. 95. *Vida e obra de Varnhagen*, foi publicada em diversas partes por Clado Ribeiro de Lessa na Revista do IHGB. As outras referências são: v. 224, 1954, pp. 109-305; v. 225, 1954, pp. 120-293; v. 226, 1955, pp. 3-168; v. 227, 1955, pp. 85-236.

<sup>253</sup> Idem, pp. 96-97.

Em junho de 1841 já estava em Portugal novamente, e como sua cidadania ainda não havia saído, solicita ao governo uma promoção que é recusada. De acordo com a interpretação de um de seus biógrafos, “Varnhagen fizera uma solicitação que sabia não ter a menor chance de ser bem-sucedida”. O que ele não sabia, contudo, é que o Imperador “havia assinado o decreto que confirmava a sua nacionalidade brasileira, anistiando-o, portanto, da irregularidade que cometera. Varnhagen somente teria conhecimento da decisão em 19 de fevereiro de 1842”.<sup>254</sup>

Em 19 de maio de 1842 é “nomeado adido de primeira classe na Legação brasileira em Portugal, com a missão principal de pesquisar os documentos relativos à história, à geografia e à legislação do Brasil”. Pode-se dizer que esse desfecho é o início de sua carreira, pois o cargo que lhe foi atribuído obrigava-o a viajar constantemente, dando-lhe a possibilidade de frequentar arquivos em busca de maiores esclarecimentos sobre a história e geografia do Brasil. Em todo o lugar que visita busca informações, mesmo quando se tratava de viagens curtas. Sob tais condições pode preparar a sua obra máxima, a *História Geral do Brasil*, publicada entre 1854 e 1857.<sup>255</sup>

Exemplo desse hábito pode ser percebido em janeiro de 1861, quando Varnhagen é nomeado ministro residente da Venezuela. Sua partida do Rio de Janeiro se dá calmamente. Ele vai parando em diversos lugares antes de chegar a seu destino, mas “sempre com o Gabriel Soares na mão”. Ou seja, ele se utiliza do diário do viajante do século XVI no intuito de reconstituir o mesmo caminho e quiçá realizar novas descobertas.<sup>256</sup> O resultado dessa experiência aparece nos acréscimos que ele fará à segunda edição da *História Geral do Brasil*. Para Varnhagen, é normal utilizar-se de sua experiência como *garantia*,

Estas e outras notas são efeitos de uma prática silenciosa, pelo menos até o século XIX, através da qual os historiadores emprestam aos seus trabalhos garantias extratextuais: a autópsia, metodologia antiga, em que o olho funciona como “marca de enunciação, de um *eu vi* como intervenção do narrador em sua narrativa para provar” o que afirma.<sup>257</sup>

---

<sup>254</sup> Cezar, op. cit. 2007, p. 168. Ver também RIHGB, v. 223, 1954. O biógrafo em questão é Clado Ribeiro de Lessa.

<sup>255</sup> Idem, p. 170-171. Temístocles Cezar descreve de forma sucinta muitos dos lugares visitados por Varnhagen durante sua estadia em Portugal.

<sup>256</sup> Nesse sentido, segundo afirma o autor, para Varnhagen os relatos dos viajantes se constituem em “fontes fidedignas, como uma cartografia que se inscreve do mesmo modo nas dimensões sincrônica e diacrônica; enfim, são provas de seus discursos”. CEZAR, Temístocles. Varnhagen e os relatos de viagem do século XVI: ensaio de recepção historiográfica. In: *Anos 90*. Porto Alegre, n. 11, julho 1999, p. 38-53. Citação p. 39. Ver também: CEZAR, Temístocles. Thevet e Léry: visão, crença e história no Brasil do século XVI. Ensaio sobre historiografia e relatos de viagem. In: *Ciências e Letras*. Porto Alegre, n. 37, jan/jun 2005, pp. 27-43.

<sup>257</sup> Cezar, op. cit. 2007, p. 173.

Seu desejo de estar sempre certo o leva a extremos, “trata-se de uma vontade quase obsessiva de controlar os elementos que criam as condições de escrita da história do Brasil. Se não é o primeiro a detectar um determinado arquivo ou fonte, ele sempre acrescenta alguma coisa”. Em uma de suas inúmeras viagens, cujo objetivo era sempre prospectar novas informações, no início de 1877, logo após a reedição da *História Geral do Brasil*, Varnhagen empreendeu uma visita ao interior do país, mais precisamente Goiás, com o propósito de comprovar a sua teoria de que a capital do país deveria estar localizada no interior.<sup>258</sup> Após essa primeira parte da jornada, o historiador ainda passou por Porto Seguro e Ilhéus, cidades que representavam as primeiras capitânicas. Todo esse percurso foi registrado no seu diário, o qual ele tinha intenção de publicar após concluir a *História da Independência*. No entanto, as condições extenuantes da viagem somadas aos seus 62 anos causaram-lhe uma doença pulmonar que provocou sua morte em 29 de junho de 1878.

Varnhagen se foi, mas deixou um legado. Mesmo com as inúmeras críticas, ele conquistou um lugar na história do Brasil. De acordo com Temístocles Cezar, muitos historiadores consideram que Varnhagen ocupa o mesmo “papel que Cícero atribuiu a Heródoto em relação à história: o de pai”.<sup>259</sup>

O alcance de sua influência, também foi estudado por Arno Wehling em seu livro *Estado, História e Memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*, onde, especialmente na última parte, demonstra como a obra varnhagueniana se tornou paradigmática. Para Wehling, foram três as principais razões: “seu valor científico intrínseco; seu papel na construção de um determinado tipo de memória nacional; e sua força na elaboração de uma matriz explicativa da história brasileira, a que Capistrano de Abreu chamaria de os “quadros de ferro” de Varnhagen”.<sup>260</sup>

Os *quadros de ferro*, ainda segundo Arno Wehling, irão perdurar até 1960-1970, momento em que serão implantados no Brasil os primeiros cursos de pós-graduação, que por sua vez desenvolverão “críticas crescentes aos modelos econômicos, sociais e culturais”. O que restou foi o reconhecimento ao seu trabalho como pesquisador e como descobridor de

---

<sup>258</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *A questão da capital: marítima ou interior?* Viena: Imp. do filho de Carlos Gerold, 1877.

<sup>259</sup> Cezar, op. cit. 2007, p. 192.

<sup>260</sup> WELLIG, Arno. *Estado, História e Memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999. Citação p. 195.

documentos importantes para a história nacional, ao mesmo tempo em que se acentuam as críticas ao seu “conservadorismo, ao monarquismo, à antipatia pelos movimentos revolucionários, à defesa da posição subalterna de negros e índios”.<sup>261</sup>

Por outro lado, na última década, Varnhagen tem se tornado fonte de estudos para muitos pesquisadores.<sup>262</sup> Sua obra tem sido objeto de novas leituras, ou seja, outras preocupações têm surgido, principalmente, inserindo seus trabalhos dentro dessa perspectiva da construção de uma história da história, onde mais do que

situá-lo em uma difícil e duvidosa história das influências, podemos, ao menos, afirmar que Varnhagen compartilha de uma série de noções gerais e difusas da moderna historiografia oitocentista que surge um pouco por todos os lugares à revelia da identificação com uma corrente teórica determinada; ou seja, aquela do estabelecimento da verdade histórica por meio do trabalho nos arquivos, da busca de documentos originais, da objetividade da narrativa e da imparcialidade do historiador.<sup>263</sup>

É a partir desses elementos que buscarei compreender o seu trabalho. Em especial, a sua noção de história em suas relações com o conceito moderno e antigo de história dentro de uma obra que pode também ser lida como uma história do tempo presente: a *História da Independência*.

### 3.1 – Preâmbulos

Publicada postumamente, no século XX, a obra adquire contornos peculiares ao incitar a nossa curiosidade acerca do fato dela não ter sido publicada antes da morte de Varnhagen. Assim, em maio de 1916, o ministro das Relações Exteriores Lauro Müller ofereceu ao conde Affonso

---

<sup>261</sup> Wellig, op. cit. 1999, p. 218.

<sup>262</sup> Algumas das abordagens mais recentes sobre a obra de Varnhagen foram: SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. *A escrita da tradição: a invenção historiográfica na obra História Geral do Brasil, de Francisco Adolpho de Varnhagen (1854-1857)*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS - Programa de Pós Graduação em História Social, 2006; CARLOS, Lilian Beatriz. *Uma relação a dois: a história e a geografia nos primeiros anos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. São Leopoldo: Unisinos, 2008; BATALHONE Jr, Vitor Claret. *Uma história das notas de rodapé: a anotação da História Geral do Brasil de Francisco Adolfo de Varnhagen (1854-1953)*. Porto Alegre: UFRGS/Programa de Pós Graduação em História, 2011; SANTOS, Evandro. *Tempos de Pesquisa, Tempos da Escrita. A biografia em Francisco Adolfo de Varnhagen (1840-1873)*. Porto Alegre: UFRGS/Programa de Pós Graduação em História, 2009.

<sup>263</sup> Cezar, op. cit. 2007, p. 161.



Celso, então presidente perpétuo do IHGB, os originais acompanhados dos manuscritos da obra intitulada *História da Independência* de Francisco Adolfo de Varnhagen, que se encontrava no arquivo do barão do Rio Branco que o governo Venceslau Brás adquiriu. Formou-se, então, uma Comissão com o objetivo de organizar o material doado para posterior publicação nas páginas da *Revista do IHGB*. No mês de setembro, o mesmo já se encontrava organizado.

No relatório escrito pela Comissão se encontram algumas observações a respeito de como foi feita a reconstituição do trabalho. O redator comenta que lhes foram entregues três partes compostas pelo “a) o autographo; b) a cópia, com muitas e sensíveis modificações do original, feita em pequena parte por letra de Eduardo Prado e quasi toda por mãos de Rio-Branco; c) essa mesma cópia dactylographada”. Caberia ressaltar ainda que nem todo o manuscrito havia sido passado a limpo, ou pelo menos eles não tiveram conhecimento de tal ação. O total do material era composto também pelo prefácio acompanhado das cartas do conde de Baependi e do Dr. Ramiz Galvão, além dos capítulos I ao X e do anexo relativo às províncias do Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.<sup>264</sup>

O trabalho dos redatores foi o de restaurar o texto de Varnhagen, colocando à margem as anotações feitas por Prado e Rio Branco cujas notas foram diferenciadas pelas iniciais dos autores.<sup>265</sup> O problema mais grave, com o qual se deparou a Comissão foi a ausência de partes do capítulo III e como coordená-lo ao capítulo seguinte. A solução se deu,

Graças a algumas páginas, passadas a limpo por letra que não é nem de Prado nem de Rio-Branco e que suppram lacuna da parte correspondente do autographo, á paciente cata de folhas avulsas do original e ás ultimas achadas na rebusca de que fizemos menção, - conseguimos não só augmentar o capitulo III, como também restaurar o IV, inquestionavelmente um dos mais importantes da obra de Varnhagen.<sup>266</sup>

---

<sup>264</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia da Independência do Brasil até o reconhecimento pela antiga metrópole, compreendendo, separadamente, a dos successos occorridos em algumas províncias até essa data*. In: RIHGB, tomo LXXIX. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917. Citação pp. 13-14.

<sup>265</sup> O trabalho de anotação do trabalho de Varnhagen não ocorreu apenas com a *História da Independência*, antes dela a *História Geral do Brasil* também passou por semelhante processo. Pode-se afirmar que esse processo, qualificado num primeiro momento como correção a obra original, constitui, aos poucos, uma reescrita do próprio texto configurando de certa maneira outra obra dentro da obra original. Essa perspectiva foi enfocada por Maria da Glória de Oliveira em sua dissertação de mestrado, quando trata de Capistrano de Abreu, um dos primeiros anotadores da *História Geral* e, mais recentemente, por Vitor Claret Batalhone Jr. cujo enfoque recaiu sobre as notas de rodapé. OLIVEIRA, Maria da Glória. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)*. Porto Alegre: UFRGS/IFCH, 2006. Batalhone Jr., op. cit. 2011.

<sup>266</sup> Varnhagen, op. cit. 1917, p. 15.

Ainda na tentativa de contornar esses percalços, os redatores utilizaram-se da primeira edição da *História Geral do Brasil* cujos últimos capítulos correspondem a partes da *História da Independência*.

Dessa maneira foi realizado o resgate da obra de Varnhagen, com parcimônia e boa vontade, de acordo com os membros do Instituto, e assim publicada por ocasião da proximidade do centenário da Independência, concorrendo “grandemente para o brilho de tal festividade, quer por si mesma, quer fornecendo lição proveitosa e indispensável a quem se abalance a novo trabalho sobre os alicerces sagrados da construção definitiva de nossa amada Patria”. O júbilo demonstrado a respeito da publicação da obra de Varnhagen, explica-se em parte por esse caráter comemorativo, que visava, sobretudo, a exaltação da nação brasileira e, portanto, daqueles que contribuíram para o seu engrandecimento, é nesse contexto que se situa a retomada de sua obra.<sup>267</sup>

### 3.2 – A História da Independência

Através do *Prefácio* escrito por Varnhagen, é possível termos algumas ideias a respeito das condições de produção de sua obra, embora continue sendo obscura a razão pela qual não publicou o trabalho em vida. Aliás, suas primeiras palavras já consistem em uma referência a questão:

Nunca nos passou pela mente a idéa da audaz empreza de escrever uma historia especial da Independencia, e muito menos ainda de publica-la em vida, depois de havermos, por varios motivos, abandonado o projecto, que chegamos a conceber, de esboçar em grandes traços certa chronica que devia abranger a sua época”.<sup>268</sup>

No entanto, existem indícios, em sua correspondência, que permitem afirmar que ela já estava pronta em 1875, embora sua primeira versão date de 1857, quando o autor publicou o segundo tomo da *História Geral do Brasil*. O que veio a ser esta obra constituía a última parte do referido

---

<sup>267</sup> Varnhagen, op. cit. 1917, p. 20.

<sup>268</sup> Idem, p. 25.

livro, mas foi excluída pelo próprio autor na segunda edição (1877), justamente porque tencionava fazer dela uma obra a parte.

Na correspondência de Varnhagen, organizada por Clado Ribeiro de Lessa, aparecem pelo menos duas menções que indicam que o trabalho já estaria concluído ou pelo menos em sua fase final. A primeira delas data de 16 de junho de 1875, cujo destinatário nada mais era que o Imperador.

Todo entregue a um novo trabalho, e contando com a vinda de V. M. I. à Europa no decurso deste anno, deixei de Lhe escrever, pensando aqui surprehendel-O com a leitura de algumas passagens desse mesmo trabalho, - a Historia da Independencia, desde 1820 a 1825, já terminada no todo, e só dependendo de retoques e aperfeiçoamentos *na forma*.<sup>269</sup>

A outra referência consta da data de 19 de janeiro de 1876 e também é dirigida ao Imperador D. Pedro II. Nela Varnhagen escreve que decidiu postergar a publicação da *História da Independência* para poder imprimir a segunda edição da *História Geral do Brasil*. Além dessas duas cartas, há ainda uma breve menção no prólogo da segunda edição da *História Geral*, onde ao louvar o apoio incondicional do Imperador, conclui afirmando que em breve sairá o volume tratando especificamente da independência brasileira.<sup>270</sup>

Quais teriam sido, enfim, os motivos pelos quais Varnhagen desistiu de publicar a *História da Independência*? Teria sido mera falta de tempo? E por que a desistência se pensarmos que boa parte da obra já havia sido publicada na *História Geral do Brasil* em 1854-1857? O que

---

<sup>269</sup> LESSA, Clado Ribeiro de. *Correspondência Ativa*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961, p. 432.

<sup>270</sup> Idem, p. 440. “A Vossa Majestade Imperial, Senhor, Primeiro Estadista brasileiro que reconheceu e sancionou a importancia do estudo da Historia da Nação, tanto para contribuir ao maior esplendor della entre os estranhos, como para ministrar dados aproveitaveis na administração do Estado, e tambem para fortificar os vinculos da unidade nacional, e aviventar e exaltar o patriotismo, e ennobrecer o espirito publico, augmentando a fé no futuro e na gloria das letras, - a Vossa Magestade Imperial, que, com taes miras, Susteve e Levantou mui alto o Instituto Historico e Geografico Brasileiro, Installando-o no proprio Palacio Imperial, Assistindo `as suas sessões ordinarias, Honrando aos seus socios, e Conferindo-me a mim, filho do povo, o necessario alento para, entre não pequenas contrariedades de todo o genero, prosequir perseverante em taes estudos, a que uma innata vocação me conduzira, desvanço-me em proclamar que devo o ter conseguido terminar esta obra, preambulo da gloriosa HISTORIA DA INDEPENDENCIA que não tardarei a publicar.” In: *Historia Geral do Brazil. Isto é do descobrimento, colonização, legislação e desenvolvimento deste Estado, hoje imperio independente, escripta em presença de muitos documentos autenticos recolhidos nos archivos do Brazil, de Portugal, da Espanha e da Holanda*. Por um sócio do Instituto Histórico do Brazil. Natural de Sorocaba. Madrid, Imprensa da V. de Dominguez, 1854. T. I. 1ª Ed. A citação é a dedicatória ao Imperador, da segunda edição, que pode ser consultada no seguinte sítio: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01819210#page/1/mode/1up> Citação das pp. V-VI. Acessado em agosto de 2011.

aconteceu nesse meio tempo para ele mudar de ideia e abandonar a publicação? Ele teria de fato voltado atrás e decidido publicá-la?

As respostas para essas perguntas não são claras ou óbvias, aliás, a maior parte do tempo é possível apenas inferi-las, sem maiores pretensões ou certezas. Acredito que grande parte do receio de Varnhagen a respeito da publicação se dê em relação à recepção que a obra teria naquele momento, especialmente por se tratar de um tema relativamente recente e pelo alto teor político contido nele, porque em última instância o que estava em jogo era uma luta pela memória. Desse modo o autor reconhece que: “o simples título desta obra revela tão grande responsabilidade, não só para o Brasil como para Portugal”, ao mesmo tempo ele tem consciência de que ela “não será provavelmente agora tão bem recebida, como o seria uma espécie de memorandum justificando só os direitos de uma das partes contendoras”. Então, “si ninguém a isso obriga, nos lançamos a tal empresa, expondo-nos a desasocegos, desgostos e trabalhos?”<sup>271</sup>

A resposta é muito clara: “obrigados pelo dever, para nós já sagrado, de legar ao Brasil, onde nascemos, tão completa, quanto caiba em nossas fôrças em sua maior virilidade, a Historia Geral da sua civilização, até a nova era que começou com a proclamação do Imperio”.<sup>272</sup> A noção de *dever* é muito cara ao autor, resumindo seu trabalho. Portanto, não é só o amor pela nação que o move, é principalmente a obrigação de esclarecer sua história. O desejo de ser o primeiro a escrever uma história geral do Brasil está relacionado, entre outras coisas, com as inúmeras tentativas que o autor emprega para ser reconhecido como brasileiro, pelo fato de ter vivido tão pouco em seu país. Por essa razão é que foi enfatizada no início desse capítulo a estreita ligação que existe entre o autor e sua obra, novamente nas palavras de Temístocles Cezar, “estar longe da nação e ter como meta contar a sua história; estar longe da nação e ter de consolidar sua nacionalidade como brasileiro, eis o dilema da vida e obra varnhageniana”.<sup>273</sup>

Outro elemento que norteia seu trabalho é a imperiosa necessidade de corrigir aqueles que escreveram antes dele. Assim, um dos méritos e mesmo a justificativa da sua obra é o aparecimento de novos documentos, informações, testemunhos. No caso da *História da Independência*, ele se valerá também da sua memória. A *autópsia* adquire um estatuto de prova sobre o qual o historiador se apoia, pois esse será um dos diferenciais de sua obra. Logo, “tantos factos novos e novas apreciações se nos apresentaram em vista dos novos documentos e

---

<sup>271</sup> Varnhagen, op. cit. 1917, pp. 26 e 25.

<sup>272</sup> Idem, p. 25.

<sup>273</sup> Cezar, op. cit. 2007, p. 159.

informações fidedignas por nós recolhidas e apontadas, [...] que julgamos não seria possível emitir, em resumo, na mesma Historia Geral”.<sup>274</sup>

Ainda no Prefácio o autor realiza uma espécie de revisão bibliográfica com o intuito de apontar as inovações do seu trabalho. Ele relembra os memorandos “destinados a justificar a oportunidade e os direitos da independência”, mas que hoje já estariam ultrapassados. Do mesmo modo as publicações de La Beaumelle e Beauchamp de 1823 e 1824, e os três volumes do Visconde de Cairú publicados entre 1827 e 1830. Varnhagen conclui que:

Preciosos como são esses volumes, peccam pela sua insufficiencia e falta quasi total de redacção e de criterio; e, mais que uma Historia, eram importantes apontamentos de decretos e discursos conhecidos e até impressos, próprios para serem depois, como foram, aproveitados e postos em estylo por mais corrente penna, e com muitas addições inteiramente inéditas o serão de novo por nós nesta Historia, em que nos comprazemos de citar muitas vezes o consciencioso trabalho do honrado e fecundo septuagenario bahiano.<sup>275</sup>

Ele vai se utilizar também da obra do inglês John Armitage, que publicou em 1836, a história da chegada da família real ao Brasil em 1808, até a abdicação de Dom Pedro I, em 1831. Além disso, seu trabalho se destaca pelo fato de Varnhagen ter realizado pesquisas em todos os jornais e folhetos da época onde importantes explicações foram omitidas a respeito do que ocorreu em “26 de fevereiro, 21 de março e 5 de junho de 1821, dos de 9 e 11 de janeiro e 29 e 30 de outubro de 1822, dos de 17 de julho e 12 de novembro de 1823, e finalmente de toda a negociação para o reconhecimento em 1824 e 1825”.<sup>276</sup>

Outro recurso utilizado foram os contatos que estabeleceu com pessoas que viveram naquele período. A lista é extensa e o autor afirma que ainda espera “novos subsídios e esclarecimentos, enquanto há de alguns sucessos testemunhas vivas ou possuidoras de documentos que, nos pontos em que ainda aqui mostramos dúvidas, nos poderão esclarecer, si Deus nos conservar ainda alguns annos de vida”. Em algumas notas aparece inclusive a sua experiência pessoal, ou seja, ele apela à memória não apenas como garantia de verdade, mas também como elemento original de seu trabalho, ao mesmo tempo em que parece criar uma

---

<sup>274</sup> Varnhagen, op. cit. 1917, p. 25.

<sup>275</sup> Idem, p. 26.

<sup>276</sup> Idem, p. 27.

espécie de comunhão com aqueles que viveram no período e presenciaram as cenas que ele agora narra.<sup>277</sup>

Por fim, ele traz um breve esclarecimento a respeito da metodologia empregada na narrativa. Varnhagen afirma que foi a experiência que o orientou na escolha, assim “não escrevemos annaes, escrevemos uma Historia”, e por isso sua intenção não é adular ou “lisongear os sentimentos ou prevenções de uns, e nem de outros, nem por considerações com os descendentes vivos, embora poderosos, de uma e de outra parte, tractou de calar censuras, quando as julgou cabidas e justas”. Esse trecho pode ser analisado de diferentes formas. A primeira delas como uma antecipação das prováveis críticas que ele iria receber e, ao mesmo tempo, talvez, a frase sirva como uma forma de justificativa pelo fato de ter postergado a publicação.

Aliás, a Comissão encarregada de organizar o manuscrito comenta algumas passagens da *História da Independência* com as quais discordam. Não há dúvidas quanto ao mérito de seu trabalho, especialmente o uso extensivo que faz de fontes inéditas, bem como a “narração fiel e fartamente documentada dos factos capitaes”. Além disso, constata-se que não se restringiu somente aos fatos ocorridos no Rio de Janeiro, mas “convencido da incontestavel magnitude dos acontecimentos que se desenrolaram, por occasião do surto da nossa definitiva autonomia, nas provincias do Reino luso-americano, deliberou em boa hora consagrar a cada qual dellas um capitulo particular”. O comentário se refere à parte final dedicada às províncias, embora algumas delas não tenham sido contempladas, ou ao menos não foi encontrado nada a respeito nos arquivos do autor.<sup>278</sup> No Prefácio o historiador justifica a escolha como parte de sua metodologia. Dessa maneira, afirma Varnhagen, “os saltos continuados a uma e outra provincia, deixando interrompido o fio dos successos importantes e capitaes, produzia confusão e não permitia que os proprios da provincia fossem convenientemente explicados”.<sup>279</sup>

No entanto, apesar de seus méritos, “a inestimavel valia historica do trabalho de Varnhagen não deixa de ser o seu tanto aguentada por uma ou outra lacuna ou por um ou outro vezo inconveniente”. A seguir os redatores oferecem exemplos que ilustram sua crítica. O primeiro deles diz respeito ao papel que Domitilla de Castro Canto e Mello – marquesa de Santos – desempenhou no período de 1821 a 1825, o autor não teria tido o “menor aso de referir-se, nem mesmo velando diplomaticamente as escabrosidades dos factos”. E o segundo exemplo faz

---

<sup>277</sup> Varnhagen, op. cit. 1917, p. 27.

<sup>278</sup> Idem, p. 17.

<sup>279</sup> Idem, p. 28.

referência a “patente e antiga ogerisa que tinha Varnhagen pelos Andradas, principalmente por José Bonifácio, o Patriarcha”.<sup>280</sup>

Tais acusações de fato se materializam na sua obra, especialmente o tratamento dispensado aos Andradas e particularmente a José Bonifácio. Tal postura, no entanto, está de acordo com a trajetória de Varnhagen. Mais adiante serão propostos outros exemplos das atitudes parciais do historiador. Em que pese a nossa estranheza, elas demonstram não apenas a sua noção de história e de trabalho do historiador, mas refletem um momento específico da história da história.

### 3.2.1 – Varnhagen e o patriarca da independência

Varnhagen dividiu seu texto em dez capítulos que tratam dos fatos ocorridos desde 1820 até 1825, de forma bastante linear e por vezes permitindo ao leitor acompanhar quase que semanalmente, as vicissitudes da corte portuguesa no Brasil. Utilizando em larga escala as publicações dos jornais do período, o autor procura transportar o leitor para o local da cena que ele descreve. Em muitos dos episódios narrados o apelo a *cor local* é muito forte, as descrições das cenas não se limitam aos personagens e suas falas, mas também ao cenário, se está chovendo, se faz sol, se é dia, noite etc. Logo, pequenas doses de romance, drama e comédia permeiam o texto. Especialmente quando alude a certos personagens, essas características ficam mais evidenciadas, bem como suas afeições.<sup>281</sup>

Assim demonstra, por exemplo, o episódio de sublevação das tropas imperiais que exigiam o juramento da constituição portuguesa e a demissão do conde dos Arcos. Reunidos no teatro São João, o príncipe e os comandantes das tropas, a fim de negociar as exigências e prestar o juramento, D. Pedro afirmou aos sublevados que não o faria sem antes consultar se era essa a vontade do povo. Para isso convocou a Câmara de deputados, “não como taes, mas como cidadãos que gozavam da confiança pública”. Varnhagen descreve o comportamento de D. Pedro

---

<sup>280</sup> Varnhagen, op. cit. 1917, p. 18.

<sup>281</sup> É o caso da comissão escolhida para pedir ao rei que promulgasse a Constituição espanhola. Sobre o evento, Varnhagen assim o descreve: “Era já noite quando essa deputação deixava o edifício, e, apesar da chuva que caía, e acompanhado de muito povo, e de muitas lamurias, se dirige a pé ao paço da cidade, onde suppunha estava el-rei. Foram recebidos pela rainha, que ahi os deteve algum tempo, enquanto se dava aviso para S. Christovam, onde se mandavam reunir todos os ministros. Afinal partiram em seges, sem o menor acompanhamento, no meio de uma noite tenebrosa”. Idem, p. 77.

como o mais calmo possível e “ninguém diria que estava assistindo ao rebaixamento de sua auctoridade”. Após uma breve discussão ficou decidido pela demissão do Conde dos Arcos, e em seu lugar assumiria Pedro Alvares Diniz. Como conclusão desse episódio o historiador comenta:

Ainda que se achavam já presentes trez dos secretarios de Estado, faltando só o ministro conde dos Arcos, que se deu por doente, nenhum delles tomou a si prestar-se a tomar a palavra e a ajudar o principe. O conde da Louzã começou a chorar e a pedir que lhe dessem *uma juncta*, afim de evitar-lhe a responsabilidade no thesouro, e foi necessário para calar que o príncipe lhe dêsse um safanão no braço, perguntando-lhe si tinha perdido a cabeça.<sup>282</sup>

Entre esses personagens, alguns acabam ganhando maior destaque, ou pelo menos, quando aparecem no texto, geralmente são acompanhados por algum comentário mais pessoal do autor que reforça, assim, sua *marca* no texto. Aqui, surgem outra vez, as limitações do conceito de história para o século XIX. Não há parâmetros claros que defina qual deve ser a postura do historiador diante do seu trabalho.

Ainda no Prefácio o autor faz uma afirmação de certa forma paradoxal.

O historiographo não póde adivinhar a existencia de documentos que não são do dominio do público e não encontra, e cumpre com o seu dever quando, com critério e boa fé e imparcialidade, dá, como em um jurado, mui conscienciosamente o seu veredictum, cotejando os documentos e as informações oraes apuradas com o maior escrupulo que, á custa do seu ardor em investigar a verdade, conseguiu ajunctar.<sup>283</sup>

É possível realizar algumas observações a partir desse excerto a respeito da forma como Varnhagen pensava o seu trabalho e, logo, como a história era pensada. À primeira vista, a impressão que se tem é que o autor está se desculpando por lacunas, enganos, erros que tenha eventualmente deixado. Por outro lado, como ele elabora uma crítica à bibliografia existente, atacando especialmente a obra de Pereira da Silva, o início dessa citação parece servir como explicação para a incompletude dos trabalhos anteriores ao seu. No entanto, longe de se preocupar com isso, Varnhagen completa seu raciocínio afirmando que cumpre com o seu dever aquele escritor que age com *critério, boa fé e imparcialidade*, três características que satisfazem as exigências do bom historiador.

---

<sup>282</sup> Idem, pp. 111-113.

<sup>283</sup> Idem, pp. 25-26.



O que ocorre é que como essas noções não estão muito claras ainda há uma grande maleabilidade em seu uso. Dessa maneira, é frequente encontrarmos durante a sua narrativa julgamentos que podem ser considerados passionais, ao mesmo tempo em que se utiliza das notas de pé de página para fazer comentários que se reportam a algo que o autor julgue mais pessoal. Dentre esses, as referências a José Bonifácio de Andrada são sempre as mais parciais e são as que produzem certo espanto ao leitor. O historiador, evidentemente, não consegue se controlar. Nesse caso, como a Comissão encarregada da revisão do manuscrito já havia comentado a sua ojeriza ao clã dos Andradas, e, talvez, essa questão tenha influenciado no momento em que o historiador se preparava para publicar mais um livro.

Sua primeira referência aos Andradas aparece apenas no terceiro capítulo, que trata das “côrtes de Lisbôa depois da chegada dos principaes deputados do Brasil, noticia dos principaes dêstes e impressão nellas produzida pelos acontecimentos que se associam ao ‘fico’”, onde Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado, irmão de José Bonifácio, toma posse como deputado que representaria o Brasil nas Cortes de Portugal, pela província de São Paulo.<sup>284</sup>

Varnhagen aproveita para escrever uma pequena biografia, aliás, gênero ao qual ele se dedicou com frequência.<sup>285</sup> Assim, seu primeiro comentário a respeito do deputado já demonstra a “boa vontade” com a qual ele lidava com o assunto:

A’ frente de todos achava-se Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado, irmão de José Bonifácio. Tomando assento a 11 de fevereiro, e sendo a primeira vez em sua vida que entrava em semelhantes lides, logo no dia seguinte se lançava á discussão, como si fosse um consummado parlamentar, e a sua grande resolução e energia e o seu talento fecundo de acudir com alvites na discussão, lhe grangearam, em poucos dias, a posição de verdadeiro chefe e *leader* da parte da deputação que pugnava por obter concessões a favor do novo reino.<sup>286</sup>

Além da falta de experiência, Varnhagen aponta a sua pouca idade, “pouco mais de quarenta e oito annos”, e sua participação na revolução de 1817 em Pernambuco, na qual resultou em sua prisão por quatro anos, mesmo depois da confissão onde esclarecia que havia se limitado a “tolerancia passiva, sem chegar a activa cooperação”. Sobre esse episódio, o historiador

---

<sup>284</sup> Varnhagen, op. cit. 1917, pp. 97-98.

<sup>285</sup> Na Revista do IHGB foram 25 biografados e 31 textos “que mesclam biografias por ele elaboradas, pequenas reescrituras dessas (com o intuito de corrigir ou complementar informações) e reedições de estudos editados em outras publicações (nem todos de autoria do historiador)”. Cf. Santos, op. cit. 2009, p. 15. Ver também Oliveira, op. cit. 2009.

<sup>286</sup> Varnhagen, op. cit. 1917, p. 98.

igualmente opina: “esses annos de reclusão forçada contribuíram mais para acabar de formar o espirito e o charater de Antonio Carlos do que seu curso em Coimbra”. Nem seu diploma em “leis” e o seu “gráo de bacharel em Philosophia na Universidade de Coimbra”, bem como sua colaboração em traduções, ou o exercício dos cargos de ouvidor em Olinda e juiz de fora em Santos, trouxeram uma imagem positiva para Varnhagen.<sup>287</sup>

O mesmo não acontece com o deputado fluminense Francisco Villela Barbosa. Sua descrição é oposta a de Antonio Carlos: “bem mais parco de phrases, mais moderado na fórma e menos brillante e pomposo no dizer, não lhe cedia em energia, coragem, honra e actividade, e era-lhe superior pela prudencia, e promettia já ser melhor estadista”. Francisco Villela Barbosa era suplente do bispo de Coimbra, Francisco de Lemos, que declinou da posição “pela sua muita idade e achaques”.<sup>288</sup>

Os anotadores da *História da Independência* comentam em seu relatório as condescendências feitas pelo autor. Assim, afirmam eles, “tracta Varnhagen, com superior criterio e palpavel carinho, da personalidade de Francisco Villela Barbosa, tão incriminada de anti-brasileirismo”. Ele tenta, igualmente, reabilitar “das coimas do arbitrio e despotismo sanguinario a figura de Luiz do Rego Barreto, tão malsinada pelos chronistas pátrios”.<sup>289</sup>

Essa postura se repete em outros momentos ainda. Sobre José Bonifácio, uma das primeiras menções é a respeito da manutenção da união entre Portugal e Brasil defendida por todos os “individuos mais respeitaveis, tanto funcionarios, como escriptores ou simples pensadores”, e igualmente por Bonifácio, vice-presidente e responsável pela redação das instruções da Junta de São Paulo. Porém, chega o decreto para o retorno do príncipe a Portugal, provocando a declaração de D. Pedro de que permaneceria no Brasil “para bem de todos e a felicidade geral da nação”. A notícia de sua decisão, segundo Varnhagen, foi comunicada às Cortes portuguesas somente um mês depois, reforçando o caráter independente que o Brasil almejava.<sup>290</sup>

No final da narrativa desse episódio, Varnhagen desmente a influência que a Junta de São Paulo teria tido sobre a decisão do Príncipe.

---

<sup>287</sup> Varnhagen, op. cit. 1917, p. 98.

<sup>288</sup> Idem, pp. 98-100.

<sup>289</sup> Idem, p.19.

<sup>290</sup> Idem, pp. 121-131.

Quanto á representação da Juncta de S. Paulo, hoje que sabemos não ter sido ella que contribuiu á resolução do príncipe, que foi mesmo em S. Paulo escripta muito depois de correrem no Rio de Janeiro os artigos, no mesmo sentido, do *Reverbero* e da *Malagueta*, e especialmente da folha *Despertador Brasiliense*, nenhum outro grande merito lhe cabe mais do que o da energia e vehemencia da linguagem, si é que essa vehemencia foi mais profícua que nociva ao Brasil. Sem nos determos em examinar si essa linguagem era mui consentanea com o respeito devido ao príncipe, notaremos, todavia, que as idéas anti-democraticas nella enunciadas fizeram com que muitos liberais, começando pelo deputado Barata, conceituassem de retrogado o conselheiro José Bonifácio, hostilizando-o, por essa suspeita, desde que foi chamado ao Ministerio.<sup>291</sup>

No fragmento acima, o autor cumpre sua função de esclarecedor dos fatos, mostrando como seus predecessores haviam se enganado algumas vezes. Ao mesmo tempo, Varnhagen evoca suas testemunhas para corroborar sua fala: “ouvimos desculpa-lo com a coarctada de que essa representação fôra redigida em momentos de ira e despeito”, pois ele havia recebido uma carta de seu irmão Antonio Carlos relatando a proposta do deputado Borges Carneiro que o governo parasse de pagar os vencimentos pelos diferentes cargos que Bonifácio ocupava em Portugal (ele recebia pelos cargos de lente, como inspetor de minas e diretor de obras do Mondego). O autor segue a reconstrução dos fatos, afirmando que a proposta do deputado Carneiro é verdadeira. Sua fonte é o *Diario das Côrtes*, que aparece citada em nota de rodapé, mas, não se dando por satisfeito, ele prossegue afirmando que “faltam-nos recursos para verificar por que navio poude Antonio Carlos escrever a carta de que se tracta, para vir a estar em S. Paulo antes de 24 de dezembro”. No final dessa frase ele se utiliza novamente do rodapé para, através de uma comparação, tentar resolver a questão da carta: “por enquanto, nos nossos exames, temos chegado apenas a apurar o facto de que no Rio de Janeiro, a 10 de Dezembro, as folhas de Lisbôa, chegadas pelo brigue *S. Sebastião*, alcançavám a 26 de Outubro”. Acerca do resto da informação, Varnhagen afirma que não procede a proposta do deputado, uma vez que em 14 de maio de 1821 o Príncipe havia assinado um decreto que estabelecia o pagamento de metade dos vencimentos que Bonifácio recebia em Coimbra.<sup>292</sup>

Esse tipo de argumentação e de comentário é comum em seu texto, parecendo fazer parte de sua metodologia. Desse modo, se por um lado não existe ainda uma definição nítida do conceito de história, por outro lado, alguns dos procedimentos considerados “naturais” hoje, são esboçados ao longo do século XIX.

---

<sup>291</sup> Varnhagen, op. cit. 1917, p. 132.

<sup>292</sup> Idem.

Voltando a José Bonifácio, Varnhagen escreve uma pequena biografia onde comenta que “era já então quasi sexagenario”, nascido em Santos em 1763, era o mais velho de três irmãos. Formou-se em Coimbra em “leis e philosophia, applicou-se especialmente á Mineralogia e Metalurgia, viajando com este intuito por toda a Europa, estipendiado pelo Govêrno, de 1790 a 1800”. Foi eleito membro da Academia Real de Ciências de Coimbra, lecionou na Universidade de Coimbra, além de ter assumido outras funções administrativas. Regressou ao Brasil em 1819, indo até Santos visitar seus parentes, “partira em 23 de Março de 1820 para a capital, e emprehendera no mez seguinte uma viagem á província, visitando, especialmente com intuitos mineralógicos (como se deprehe de do diário que então escreveu), a Parnahiba, Itú e Ipanema”. Acerca dessa viagem comentaremos adiante.<sup>293</sup>

A decisão de D. Pedro I em permanecer no Brasil, segundo o autor, estava de acordo com a vontade da maioria da população, mas a proclamação feita pela Junta de São Paulo acabou desagradando a muitos liberais, que ao verem a assinatura do “aristocratico presidente da Junta, João Carlos Oyenhausen, e com tantas pharses anti-democraticas, não duvidaram de a considerar dictada por sentimentos menos liberaes ou corcundas”. Assim, em razão da “genuína intelligencia das tendências desta representação, originaram-se disputas nos dias 10 e 11”, que criaram desordens não apenas no Rio de Janeiro, mas também em Pernambuco e na Bahia. O desagrado que a figura de Bonifácio causava a Varnhagen é manifestado, às vezes, de forma sutil como no início do parágrafo, pois a proclamação teria sido redigida por ele enquanto vice-presidente da Junta, ou como no seguinte comentário acerca das disputas entre liberais e conservadores, que também atingiram as Cortes e “entre os proprios deputados brasileiros, desapprovando-as os mais democratas, como Barata, e vindo mais tarde a fazer até com ellas corpo de delicto ás tendencias de José Bonifacio, depois de ministro”.<sup>294</sup>

O resultado dessas disputas culminou com a mudança dos ministros, pois alguns já haviam solicitado demissão ainda no início dos conflitos. Desse modo foi que José Bonifácio assumiu a pasta do Reino e Estrangeiros. E aqui, pela primeira vez é possível perceber com clareza as restrições do autor em relação ao ministro:

---

<sup>293</sup> Varnhagen, op. cit. 1917, p. 134. Sobre José Bonifácio é possível consultar o sítio eletrônico que contém sua genealogia, uma pequena cronologia, alguns de seus textos e sua correspondência privada, totalizando 39 documentos, os mapas de suas viagens e uma pequena bibliografia sobre o autor: <http://www.obrabonifacio.com.br/> Acessado em agosto de 2011.

<sup>294</sup> Idem, p. 135.

A entrada principalmente de José Bonifácio no Ministerio veio a dar-lhe mais unidade [...] O seu grande saber, o seu genio intrepido, o seu character pertinaz, que quasi chegava a raiar em defeito, contribuiram a fixar a volubilidade do principe. [...] Cegava-o por vezes, como a seus ermãos, o muito orgulho, a falta de prudencia e o excesso da ambição, bem que acompanhada de muita instrucção e natural bonhomia; mas a sua vivacidade e o seu genio entusiasta o levavam a falar demasiado e a ser de ordinario pouco discreto e pouco reservado como estadista.<sup>295</sup>

Os elogios são duvidosos, não se sustentam, e acabam por distorcer o sentido original. Ele afirma que tal imagem foi deixada pelos “agentes diplomaticos que [com ele] o tractaram quando ministro”. No entanto, “cumpre confessar que parte dos seus defeitos, na crise que atravessava o Brasil, foram qualidades recommendaveis, conforme tambem succedeu com respeito ao chefe de Estado, o príncipe-regente e fundador do Imperio”. Por fim,

Em todo o caso, era então José Bonifácio um zeloso monarchista, muito amigo não só do paiz, como do principe, de quem era o mais fiel servidor, e que chegou a depositar no mesmo José Bonifácio tanta confiança e a admira-lo tanto, que até foi accusado de o haver imitado em alguns dos seus defeitos, começando pelo da pouca gravidade e falta de décoro e recato nas palavras, que em José Bonifácio chegavam a raiar em desbocamento, e não era muito que, na flor da mocidade, o principe, ouvindo-as na bocca de um sabio, chegasse a querer até nisto imita-lo.<sup>296</sup>

Essa característica da fala, ressaltada por Varnhagen nesses excertos, também faz parte da sua memória. Ele evoca suas lembranças para serem utilizadas como elementos de prova. Assim,

Essa qualidade [falar demasiado], tenho eu ainda mui presente desde a meninice, quando, em Abril de 1821, pela única vez, vi ao mesmo José Bonifacio em nossa casa no Ipanema. Era o dia do baptizado de uma ermã minha (Gabriela): eu fui incumbido da “derrama dos confeitos”, e ainda tenho nos *meus ouvidos* a voz rouquenha do mesmo José Bonifacio, accompanhada de alguns borrifos e perdigotos, que me amedrotaram, e não mais lhe appareci, apesar de estar nosso hospede.<sup>297</sup>

Atribuindo-se o lugar de testemunha, Varnhagen acredita que sua impressão corrobora a ação de José Bonifácio durante o Império. Assim como os gregos, o historiador brasileiro

---

<sup>295</sup> Varnhagen, op. cit. 1917, p. 139.

<sup>296</sup> Idem, p. 140.

<sup>297</sup> Idem, nota de rodapé n. 34. Grifos meus.

relacionou ver e saber, “estabelecendo como uma evidência que, para saber, é preciso mais ver do que ouvir”. Varnhagen executa as duas ações, que unidas adicionaram mais densidade à narrativa.<sup>298</sup>

Trata-se ainda de pensar aqui o testemunho, principalmente em seu viés epistemológico, não ignorando seus múltiplos significados e funções. Assim, para Paul Ricoeur com o testemunho se inaugura um processo que “parte da memória declarada, passa pelo arquivo e pelos documentos e termina na prova documental”. O autor ressalta os vários usos que se pode fazer dele, não apenas pelos historiadores que o transformam, geralmente, em arquivos, mas também sua importância na vida cotidiana e na área judicial. O valor de um testemunho é aferido de acordo com certas premissas como: a *confiabilidade presumida* do autor, sua especificidade (a *autodesignação do testemunho* - eu estava lá). Essa situação, por sua vez, estabelece uma *relação dialogal*, “é diante de alguém que a testemunha atesta a realidade de uma cena à qual diz ter assistido”, ela “abre a alternativa da qual partimos entre a confiança e a suspeita”. Com ela surge um espaço para a *controvérsia*, onde podem ser confrontados diversos testemunhos.<sup>299</sup> A partir desse embate,

insere-se então uma dimensão suplementar de ordem moral destinada a *reforçar a credibilidade e a confiabilidade* do testemunho, a saber, a disponibilidade da testemunha de reiterar o seu testemunho. A testemunha confiável é aquela que pode manter seu testemunho no tempo.<sup>300</sup>

Por fim, tendo em vista esses elementos, o testemunho acaba adquirindo um estatuto de *instituição*. Ainda de acordo com o autor, o que afere a ele essa condição é, justamente, a sua possibilidade de ser reiterado, tal é o alcance da premissa que ele tornou-se um *habitus* entre comunidades, inclusive sendo visto como uma *regra de prudência*. Desse modo, “começar por confiar na palavra de outrem, em seguida duvidar, se fortes razões inclinarem a isso”. Logo,

É da confiabilidade, e, portanto, da atestação biográfica de cada testemunha considerada uma a uma que depende, em última instância, o nível médio de segurança de linguagem de uma sociedade. É contra esse fundo de confiança presumida que se destaca de maneira trágica a solidão das “testemunhas históricas” cuja experiência extraordinária mostra as limitações da capacidade de

---

<sup>298</sup> HARTOG, François. A testemunha e o historiador. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org). *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001, pp. 11-42.

<sup>299</sup> Ricoeur, op. cit. 2007, pp. 170-175.

<sup>300</sup> Idem, p. 174, grifos meus.

compreensão mediana, comum. Há testemunhas que jamais encontram a audiência capaz de escutá-las e entendê-las.<sup>301</sup>

Não é o caso de Varnhagen. Em seu trabalho a testemunha adquire um caráter de prova, de autoridade, inclusive é um dos diferenciais pronunciados pelo autor quando compara seu trabalho com o que foi publicado anteriormente. Assim, outra referência encontra-se na viagem realizada por D. Pedro a São Paulo em 1822. Nela, ao descrever a partida do Imperador, o autor não deixa de comentar acerca de sua própria experiência, afirmando em nota de rodapé que “ainda hoje mui impressos na retentiva do que escreve, que os havia percorrido mezes antes, vindo para o Rio de Janeiro, na idade de seis annos”.<sup>302</sup>

No episódio da constituição da Assembléia, também apelando ao testemunho, Varnhagen escreve que logo se concluiu que talvez não fosse possível continuar as sessões e como prova cita a própria postura dos Andradas que

lembraram o plano da dissolução da Assembléia, no caso de pretender ella subtrahir-se ao systema de dictadura, que elles sôbre ella pretendiam exercer. – podemos assegurar que, acêrca de José Bonifácio, possuímos hoje disso provas fundadas em conversações suas, que nos foram trasmittidas por pessoas imparciaes e dignas de fé.<sup>303</sup>

O curioso é que em nenhum momento ele cita essas fontes imparciais e dignas de fé, e mais curioso ainda é que elas não são questionadas em nenhum momento, nem pelos seus anotadores, nem pelos historiadores contemporâneos. Temístocles Cezar sugere que tal postura reflete o paradigma que a obra de Varnhagen representava. Desse modo,

Ele é aquele que tem o poder de avaliar uma testemunha histórica, em suma, ele é aquele que viu, escutou, e que narra fielmente o que se passou. Contudo, pode-se dizer que é o silêncio da crítica historiográfica que autoriza essa maneira de se escrever a história e esse discurso de prova, onde o jogo retórico e o exercício de persuasão são condições necessárias à consolidação do conhecimento.<sup>304</sup>

---

<sup>301</sup> Ricoeur, op. cit. 2007, p. 175.

<sup>302</sup> Varnhagen, op. cit. 1917, p. 178, nota número 4.

<sup>303</sup> Idem, p. 250.

<sup>304</sup> CEZAR, Temístocles. Em nome do pai, mas não do patriarca. Ensaio sobre os limites da imparcialidade na obra de Varnhagen. In: *História*. São Paulo, v. 24, n. 2, pp. 207-240, 2005. Citação p. 227.

Nesse caso, mesmo em 1916, ano da publicação da *História da Independência*, o IHGB “instituição que respondia, ainda que parcialmente, pela historiografia brasileira, não tomava por erro teórico ou metodológico o fato de o historiador confiar em uma fonte pela simples razão de acreditar ser ela digna de fé”. Talvez, seja esse o sentimento que mais estranheza cause aos leitores da *História da Independência*, a liberdade com que o autor trata das questões políticas atreladas a outras de cunho pessoal numa mistura muitas vezes difícil de compreender, em um momento que a história está envolvida na busca de uma cientificidade, onde o cuidado com as fontes é imperativo.<sup>305</sup>

A questão da constituição da Assembleia, bem como de sua dissolução oferece outros exemplos de como Varnhagen construía seu texto e o papel assegurado às testemunhas. Assim, “em estylo vigoroso e repassado de sentimentos de convicção, nos transmittiu desta dissolução do primeiro parlamento brasileiro uma testemunha de vista uma fiel narração, que passamos a transcrever”. O autor se referia aqui ao conselheiro Francisco Gomes da Silva, cuja transcrição dos acontecimentos ocupou quase seis laudas, o que de certa forma atesta a importância dada a esse tipo de informação em seu trabalho.<sup>306</sup>

Por fim, um último exemplo do uso da memória em seu relato. Ainda durante a dissolução da Assembleia e suas repercussões, no caso a prisão dos Andradas e a expatriação de José Bonifácio para a Europa, Varnhagen menciona o fato dos irmãos de Bonifácio terem se alistado no partido ultra monarquista e ido pessoalmente a Portugal pedir a D. Pedro que voltasse a ser regente do Brasil, provando assim que “eram sinceramente monarchistas, e que apenas a ambição ou o despeito lhes offuscara temporariamente taes sentimentos”. Sobre a ida à Europa, é seu testemunho que garante a veracidade ao relato:

Consigno aqui este facto, que sei de sciencia certa, uma vez que, mui provavelmente, não se me proporcionará outro logar para o revelar. Antonio Carlos dirigiu-se a Lisbôa, e ahí morou (lembro-me muito bem) no Caes do Sodrê, onde hoje está o Hotel Central. Meu pae foi visita-lo, e eu o acompanhei, mas fiquei esperando, á porta, que concluísse a sua visita. Já o mesmo Antonio Carlos, de character inteiramente opposto a reservas, havia recebido a resposta negativa do duque de Bragança, e não tractou de disfarçar o penalizado que estava com tal resposta, segundo meu proprio pae então me contou. Contava eu com 17 annos de idade.<sup>307</sup>

---

<sup>305</sup> Cezar, op. cit. 2005, p. 227.

<sup>306</sup> Varnhagen, op. cit. 1917, p. 299.

<sup>307</sup> Idem, p. 315.



Retomando mais uma vez a questão dos irmãos Andradas, os excessos cometidos pelo autor da *História da Independência* se manifestam de forma mais evidente durante o episódio de sublevação do povo e das tropas da cidade de São Paulo, em maio de 1822, contra Martim Francisco Ribeiro de Andrada, portanto, irmão de Bonifácio, que na época era secretário da Junta daquela província. O motivo do conflito foi o pedido de Martim Francisco a José Bonifácio para a remoção de dois membros da Junta, seu presidente João Carlos de Oyenhausen e do ouvidor José da Costa Carvalho. Com o afastamento, o irmão de Bonifácio assumiria a presidência ao mesmo tempo em que eliminava a oposição. O ministro ordenou, então, através da portaria de 10 de maio que ambos voltassem ao Rio de Janeiro. Após o conhecimento dessa decisão, em 23 de maio, originou-se um motim popular onde se “pedia que não saíssem de S. Paulo os dous mencionados cidadãos, e que, pelo contrario, deixasse de fazer parte da Juncta o proprio Martim Francisco e outro adherente seu” - brigadeiro Manuel Rodrigues Jordão.<sup>308</sup>

O resultado foi a demissão de Martim Francisco, bem como a exigência de que deixasse a província de São Paulo. O Príncipe solicita ao seu ministro Bonifácio que proceda a uma devassa a fim de esclarecer a situação, mas Varnhagen afirma que a mesma se deu apenas em relação ao motim do dia 23 e não acerca dos fatos precedentes. Como se não bastasse à impunidade do acusado, Bonifácio chama seu irmão para assumir a pasta de ministro da Fazenda, em junho de 1822, e não julho, corrige Varnhagen, como atestam os documentos transcritos por Cairú na compilação denominada *Brasil-Reino e Brasil-Império*.

Mesmo tomando a medida preventiva de nomear para ministro da Guerra o promotor-fiscal da loja maçônica do Grande Oriente, Luiz Pereira da Nobrega de Sousa Coutinho, tentando evitar um possível escândalo que a nomeação de seu irmão pudesse causar, para o historiador essa medida não foi suficiente e as preocupações da Maçonaria não cessaram com essa concessão e ele localiza aí “o principio de um scisma, que veio a produzir logo a idéa de outra sociedade secreta, com o nome de *Apostolado*”.<sup>309</sup>

De fato, a ruptura aconteceu. Aparentemente, entre junho e julho de 1822 se formou uma nova loja maçônica - o Apostolado, onde José Bonifácio tinha maior influência, em oposição ao

---

<sup>308</sup> Varnhagen, op. cit. 1917, pp. 164-165.

<sup>309</sup> Idem, p. 167.

Grande Oriente Maçônico, criado em maio desse mesmo ano, onde Gonçalves Ledo preponderava. Varnhagen não perdoa as atitudes de Bonifácio afirmando que:

Cegara-se José Bonifácio ao ver tão despeitado o ermão, esposo de sua filha unica. Como se não lhe bastassem os alaridos que ia a levantar com o recompensar com uma pasta um individuo que acabava de chegar ao Rio deportado pela Juncta de S. Paulo, e com os temores e ciumes que a muitos outros ia inspirar o facto de adquirir, com o voto do ermão, excessiva preponderancia no Govêrno, desafiou ainda em cima as iras populares, consentindo menos discretamente que o decreto apresentado á assignatura do príncipe declarasse que o nomeava “pelas suas distinctas qualidades, grandes acontecimentos e *singular* adhesão á causa do Brasil”.<sup>310</sup>

Esse desabafo do autor contra a imparcialidade do ministro é reforçado por mais um testemunho pessoal. Varnhagen é capaz de provar que o juízo feito acerca dos irmãos Andradas, não só por ele, mas pelos seus contemporâneos não é dos melhores. Assim, em nota de rodapé escreve:

Conhecêmos ainda bastante a Antonio Carlos e Martim Francisco, para poder confirmar este juizo, feito por muitos de seus collegas contemporaneos, que no-lo expressaram, tanto em São Paulo (1840), como no Rio. Referindo-se a José Bonifacio, dizia o marechal Arouche, em carta de 4 de Maio de 1820, escripta a meu pae, então em Ipanema: - “eu não conhecia este, mas conhecia os ermãos; entretanto, elle me parece ter bonhomia: só lhe falta prudencia, que é desconhecida naquella familia. Os parentes lhe darão o troco: o homem não sabe o que é politica, nem como se vive com povos”.<sup>311</sup>

A falta de prudência e o excesso de orgulho marcam suas personalidades de maneira negativa, comprometendo suas qualidades. Para Varnhagen, Martim Francisco apenas fora reconhecido devido à fama que precedia seus dois irmãos. Contando com 46 anos, formado na faculdade de matemática em Coimbra, realizou alguns trabalhos, influenciado por seu irmão Bonifácio em comissões de botânicas e mineralogia, “sciencia de que apenas possuia tincturas pedantescas, segundo nos deixou provas nos diarios das viagens que escreveu, parte dos quaes (as feitas na propria provincia de S. Paulo) possuimos em original e são documentos patentes de sua insufficiencia”, era inapto em matéria de economia e finanças, não possuía originalidade na

---

<sup>310</sup> Varnhagen, op. cit. 1917, p. 168.

<sup>311</sup> Idem, nota de rodapé n. 38.

gestão do governo e da tribuna, “deixando sempre traços de suas violências e arbitrariedades”, mas felizmente, afirma o autor, “grangeou sempre reputação da mais illibada probidade”.<sup>312</sup>

Tal é o juízo feito por Varnhagen de Martim Francisco, e essa forma de argumentação continua durante toda a obra. Os exemplos anteriores mostram como a relação do autor com o clã andradino era complicada, a ponto de ter sido mencionada no Relatório elaborado pela Comissão responsável pela publicação do manuscrito. Essa característica não passou despercebida por outros autores, que a partir de suas leituras ajudaram a estabelecer alguns elementos que tornam mais compreensível tamanho rancor.

A resposta situa-se, principalmente, no âmbito pessoal e político. No primeiro caso, o problema parece ter começado quando José Bonifácio, que recém havia voltado ao Brasil, durante uma viagem pelo interior do país escreve um relatório sobre a situação da mineração brasileira, a qual envolvia em seus primórdios o pai de Varnhagen, Friedrich Ludwig Wilhelm de Varnhagen, responsável pela primeira instalação para a produção de ferro no Brasil.

Varnhagen não teria perdoado as críticas feitas a seu pai por José Bonifácio, justificando dessa forma o tratamento dispensado a esses personagens na *História da Independência*. Essa é uma questão muito séria se levarmos em consideração que o historiador dedica nada menos que um capítulo da *História Geral do Brasil* ao seu pai, marcando a posição que Friedrich de Varnhagen ocupou na história da civilização e do desenvolvimento do Brasil.<sup>313</sup>

Segundo Temístocles Cezar, a maioria dos comentadores de Varnhagen não “se preocupam com esse episódio e dificilmente vêem nele algo de significativo. Normalmente, tal enredo é associado aos defeitos do historiador”. No entanto, ele é representativo dos limites de imparcialidade presentes em sua obra, onde o discurso de verdade proferido pelo autor fica comprometido pelos deslizes cometidos em relação a certos personagens.<sup>314</sup>

Dessa maneira, “Friedrich de Varnhagen é introduzido na história geral do Brasil como um personagem que teve um papel importante na construção da nacionalidade brasileira”. O título já deixa clara a sua concepção: *Minas de ferro. Varnhagen é o executor dos projectos*

---

<sup>312</sup> Varnhagen, op. cit. 1917, p. 169.

<sup>313</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia Geral do Brazil. Isto é do seu descobrimento, colonisação, legislação, desenvolvimento, e da declaração de independência e do império, escripta em presença de muitos documentos inéditos recolhidos nos archivos do Brazil, de Portugal, da Hespanha e da Hollanda, e dedicada a Sua Majestade Imperial o Senhor D. Pedro II*. Tomo II. Rio de Janeiro, 1857.

<sup>314</sup> Cezar, op. cit. 2005, p. 209.

*d'elrei*.<sup>315</sup> Na segunda edição da obra, algumas mudanças são acrescentadas ao texto. Em primeiro lugar o título é modificado para *Minas de ferro. Primeiras fundições em ponto grande*. A explicação é proferida em nota de rodapé, onde o autor afirma que

por mais generico e modesto, preferimos este titulo ao que levou esta secção na 1ª edição [...] seguindo as palavras do honrado Senador Vergueiro [*Memoria historica* adiante citada], ps. 48/49: “Estava reservado (diz) ao conde da Palma fazer executar o grande e constante *projecto* de S. M., e a F. L. G. Varnhagen ser o *executor* delle.”<sup>316</sup>

Servindo-se da autoridade conferida pelo Senador Vergueiro, afinal ele não seria o único, nem o primeiro a reconhecer a importância do trabalho do seu pai, como explica na primeira edição “apesar da verdade dos factos não houveramos talvez ousado aventar a proposição, se ja desde 1822 não corresse ella impressa, (e sem haver sido contrariada) na *Memoria* do honrado senador Vergueiro”.<sup>317</sup>

Além disso, ele apela para a concepção de história do senador como um elemento que pode legitimar sua narrativa.

Além de quê: a historia dos acontecimentos da mineração de ferro no Brazil não deixa de ser digna de estudo e meditação; pois como diz o illustre senador Vergueiro, na importante memoria especial que a tal respeito publicou: “sendo a historia um ensino pratico, em que se apuram as verdades da theoria, e patenteam as dificuldades nella cobertas em hypotheses correntes, e encarando o Brazil no futuro tantos e tão importantes estabelecimentos fabrís, não póde deixar de interessar a historia da fundação do que deve fornecer instrumentos a todos”. Graças ao extenso trabalho do illustre autor, e ao grande número de documentos que sobre tal assumpto herdamos, poderíamos dedicar a elle mais de um volume, se as leis da historia, e de uma historia geral, nos não impoessesem a devida brevidade.<sup>318</sup>

Ou seja, o assunto teria tal importância que poderia ser feito dele uma história à parte, mas a concepção de uma história geral impede que ele se exceda na descrição dos acontecimentos. Pelo menos Varnhagen acredita na sua imparcialidade e objetividade. Na segunda edição, ele acrescenta mais um elemento “de ordem factual e cronológica e tem por

---

<sup>315</sup> Varnhagen, op. cit. 1857, p. 357.

<sup>316</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia Geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal*. 3ª edição integral. Tomo V. São Paulo: Editora Companhia Melhoramentos, 1936, p. 225.

<sup>317</sup> Varnhagen, op. cit. 1857, p. 357.

<sup>318</sup> Varnhagen, op. cit. 1857, p. 358 e op. cit. 1936, p. 226, onde o autor introduz pequenas modificações.

objetivo assinalar um começo histórico: a fundição de Ipanema teria sido o primeiro estabelecimento industrial do Brasil, logo precisava ser estudada”.<sup>319</sup>

No entanto, apesar de todas as provas que demonstram o mérito da narrativa, o autor não deixa de reforçar seus argumentos, dessa vez apelando aos seus leitores, aqueles que deveriam dar seu parecer e ao tribunal da história, ao qual caberia o julgamento final. Desse modo,

Os factos singelamente documentados, irão provando, a nosso ver sufficientemente, que a glória de ser o executor dos projectos do Sr. D. João estava reservada ao mesmo official engenheiro Varnhagen, que ja na seção precedente fizemos conhecer ao leitor. E não é culpa de quem escreve, e sim para elle muita honra, que essa gloria indisputavel reverta em favor proprio. Tributar justiça devida á memória de quem tão bem serviu é dever do historiador, e mal d'elle se os receios de passar por immodesto superam em tal momento aos nobres sentimentos de piedade filial! – Trate de provar quanto assevera, já que a tarefa é tão melindrosa, e narrando só a verdade, não se cubra de pejo e nem de hyprocrisia, quando não fez voto de humildade. E Deus, que lê em todos os corações, sabe quão longe estavamos, quando concebemos a idea dessa obra, de imaginar que deveríamos nella, e ate em uma secção exclusiva della, ter que consignar taes serviços. Vamos ao assumpto, e o leitor será o juiz.<sup>320</sup>

Na segunda edição da obra o autor, novamente, faz pequenas alterações no texto. A apresentação prévia de seu pai é apagada, bem como a referência à culpa do historiador, e o nome de seu pai aparece apenas indiretamente. Assim, ele escreve: a glória estava “reservada a um engenheiro distincto, ao qual não nos impedirão de render a merecida justiça os laços de sangue”.<sup>321</sup> No final do capítulo ele ainda pede desculpas aos leitores caso tenha se excedido na narrativa.

Basta, porém sobre este assumpto. E se nos alargámos demasiado; se a penna não pode conter-se a seguir os impulsos do coração; se dissemos mais do Ipanema e do seu benemerito engenheiro do que desejavam saber os leitores, desculpa merece quem a um e outro, depois que a Deus, deve a gloria de ser subdito brasileiro, e por conseguinte de haver podido offerecer aos mesmos leitores esta historia, ainda que imperfeita, fructo de annos de pesquisas e meditações.<sup>322</sup>

---

<sup>319</sup> Cezar, op. cit. 2005, p. 210.

<sup>320</sup> Varnhagen, op. cit. 1857, pp. 358-359.

<sup>321</sup> Varnhagen, op. cit., 1936, p. 227.

<sup>322</sup> Varnhagen, op. cit. 1857, p. 372.

E mais uma vez, ele procede a uma alteração à primeira edição, eliminando a última frase da citação anterior, Varnhagen a substitui por: “desculpa merece quem crê em consciencia que cometteria uma grande injustiça e quase uma impiedade, se tivesse tratado de ser menos extenso neste assumpto, que diz respeito ao seu progenitor, e até ao lugar do seu nascimento”. Ou seja, ele tem plena consciência de não estar infringindo nenhuma regra histórica, pelo contrário, é o seu amor à verdade que o impulsiona a escrever sobre o seu pai, e o leva a ser comedido quando trata do assunto, escrevendo menos do que gostaria.<sup>323</sup>

Portanto, a partir dos excertos apresentados é possível cogitar como as críticas que Bonifácio fez ao seu pai foram recebidas. Temístocles Cezar aponta ainda o trabalho de Joaquim Feliciano do Santos, que em 1868 já contestava o fato de Friedrich de Varnhagen ter sido o primeiro a fundir o ferro no Brasil, atribuindo a primazia ao brasileiro Manuel Ferreira da Camara, intendente do Distrito Diamantino<sup>324</sup>. Para Feliciano,

a análise de Varnhagen não é isenta, mas marcada por um “excesso de amor filial”. Ele esclarece ainda que não quer disputar os “méritos do oficial Varnhagen, o que faria caso a questão fosse pessoal”. Essa crítica é importante não somente por identificar claramente a parcialidade de Varnhagen já no século XIX, mas também por mostrar a impossibilidade do debate no campo científico.<sup>325</sup>

O que nos leva ao segundo elemento que parece ter contribuído para a criação dessa imagem negativa dos Andradas por parte de Varnhagen – a questão política. O próprio contexto da Independência revela as dificuldades de articulação entre os diversos grupos políticos. A divisão, apontada anteriormente, entre as duas casas maçônicas explica em certa medida os desafetos políticos daquele momento. No caso de Varnhagen, o que parece incomodá-lo é o fato de Bonifácio ser reconhecido como o pai da independência brasileira, bem como o papel que desempenhou na discussão da constituição e a oposição feita ao Imperador.

---

<sup>323</sup> Varnhagen, op. cit. 1936, p. 245.

<sup>324</sup> Sobre as críticas de Bonifácio ao trabalho nas minas de Ipanema, transcrevemos um pequeno excerto: “He no grés, que se fizerão os canaes e alicerces da fabrica, que quanto aos edificios, á pedraria e madeira, são de magnificencia inutil. Hum grande erro me espantou, na construcção do canal de esgoto o seu alto nivel não pôde dar prompto esgoto ás águas, que muitas vezes ameação inundações. O edificio compõe-se de duas fabricas: huma chamada a fabrica sueca, consiste em quatro fornos de fusão e precipitação, chamados em allemão, *blaccofen*, os quaes tem nove palmos de alto, e podem dar em 24 horas, seis arrobas de ferro”. <http://www.obrabonifacio.com.br/colecao/obra/1184/digitalizacao/pagina/30> Consultado em setembro de 2011.

<sup>325</sup> Cezar, op. cit. 2005, p. 216.

Neste cenário, José Bonifácio ocupou um dos lugares principais. Para Emília Viotti da Costa, “a imagem de José Bonifácio apresenta-se sob múltiplas faces”, e talvez em função disso é que sua presença na história do país tenha se mostrado tão duradoura, sendo reconhecido principalmente como o patriarca da independência. Além disso,

Os documentos deixaram dele imagens contraditórias, versões apaixonadas que se fixaram nos discursos do Parlamento, nos jornais e panfletos, nas memórias e cartas dos testemunhos, na sua própria correspondência e notas pessoais, versões mais ou menos subjetivas e lendárias que perpetuaram a sua figura na história.<sup>326</sup>

Não é fácil, assim, separar o homem do mito que foi criado. Cabe ressaltar, porém, que a construção de uma imagem de patriarca começou ainda no século XIX, o que corrobora sua força. Na *História da Independência*, Varnhagen cita em nota de rodapé o artigo publicado no *Correio Oficial* do Rio de Janeiro, em 28 de dezembro de 1833, de autoria de Araujo Vianna, cujo título, *O Senhor José Bonifácio, Patriarcha da Independência*, é uma referência direta a alcunha adquirida por Bonifácio após os eventos de 1822. Acerca desse fato nenhuma outra palavra é dita, fica apenas a referência que rapidamente se transforma na narração da convocação da Constituinte e dos temores em relação aos sentimentos liberais do Ministério (leiam-se aqui Bonifácio e seus irmãos).<sup>327</sup>

Assim, desde o século XIX pode-se falar no estabelecimento de uma versão andradina, forjada, de acordo com Emília Viotti da Costa, “pelas necessidades do momento político e reforçada pela amizade e partidarismo”. A autora cita uma carta de Labatut, de 1822, onde já apareciam as expressões *Pai da Pátria* e *Patriarca da Independência*, bem como em outros documentos. A fundação do jornal *Tamoio*, em agosto de 1823, exatamente um mês após a queda definitiva dos Andradas, vinculado diretamente aos seus amigos, foi “como observou Caio Prado Jr., [...] um legítimo representante da sua política e do seu pensamento”.<sup>328</sup>

No entanto, data do mesmo período a oposição aos Andradas e à imagem que deles vinha se estabelecendo. Os jornais tiveram uma participação importante na divulgação dessas ideias, principalmente o *Correio do Rio de Janeiro*, o *Revérbero Constitucional* e o *Malagueta*. Além disso, havia “os seus adversários políticos nos discursos da Câmara e nas proclamações

---

<sup>326</sup> COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. Capítulo II: José Bonifácio: mito e histórias. São Paulo: Grijalbo, 1977, pp. 53-108. Citação das pp. 53 e 80.

<sup>327</sup> Varnhagen, op. cit. 1917, pp. 159-160.

<sup>328</sup> Costa, op. cit. 1977, pp. 87-88.

anônimas”. Com a proclamação da independência essas divergências ficaram mais visíveis, uma vez que “se rompera a união momentânea que permitira a conciliação dos vários grupos em torno do príncipe”.<sup>329</sup>

Acerca do redator do jornal *Malagueta*, Luís Augusto May, a autora comenta que sua oposição devia-se ao fato dele possuir ligação com a “fábrica de ferro Ipanema, cuja administração e mãos de Varnhagen, pai do futuro Visconde de Porto Seguro, fora considerada incompetente por Martim Francisco e José Bonifácio”. As maiores críticas ao trabalho de Bonifácio se deram na época da discussão sobre a cassação da tutoria do futuro D. Pedro II, que ele detinha, ficando polarizadas as opiniões: “à devoção e ao amor à Pátria que caracteriza a figura do Patriarca, da versão andradina, antepunha-se a imensa ambição, arbitrariedade, vaidade pessoal, da versão antiandradina”.<sup>330</sup>

Também alguns dos fundadores do IHGB desempenharam um papel importante na consolidação dessa imagem negativa. Tanto Januário da Cunha Barbosa como Francisco Adolfo de Varnhagen e Melo Moraes são exemplos de como os letrados da época se apoiaram em “testemunhos de inimigos políticos de José Bonifácio, muitos dos quais continuaram até meados do século a desempenhar importante papel na cena política. O tom polêmico e subjetivo dos primeiros tempos permaneceriam por trás do aspecto de erudição que se pretendeu dar à História”.<sup>331</sup>

Aliados a essa perspectiva, Emília Viotti da Costa cita ainda a pretensão que esses trabalhos tinham de avaliar os acontecimentos sob um ponto de vista moralizante, apaixonado e participante. Esse tom vai dominar a *História da Independência* de Varnhagen, pois em nenhum momento da narrativa ele consegue abstrair-se dos seus julgamentos, o que não compromete a imagem dele como

Primeiro estabelecer o fato, depois julgá-lo, buscar na História a explicação dos problemas presentes: postulados da História científica e erudita que se generalizava na Europa, passados os arroubos do romantismo, eram as premissas a partir das quais Varnhagen escrevia a “História da Independência” e julgaria José Bonifácio. A intenção de imparcialidade e objetividade encontravam seus próprios limites no seu método.<sup>332</sup>

---

<sup>329</sup> Costa, op. cit. 1977, pp. 90-91.

<sup>330</sup> Idem, pp. 92-93.

<sup>331</sup> Idem, p. 94.

<sup>332</sup> Idem, pp. 96-97.



Essa análise relaciona-se de forma estreita aquela elaborada por Temístocles Cezar acerca dos limites da imparcialidade de Varnhagen. Através do estudo das relações que Varnhagen estabelece entre seu pai e o patriarca da independência será investigado a “(idéia de verdade e os argumentos em torno da objetividade e da neutralidade), seus efeitos ao longo de uma narrativa (indivíduos descritos a partir de supostos critérios de plausibilidade), suas representações antagônicas (a parcialidade, a subjetividade)”, e por fim como foi lida essa obra por certos historiadores brasileiros.<sup>333</sup>

É a partir desses elementos que se deve proceder a leitura da *História da Independência*. Ao final, não se pode deixar de notar que José Bonifácio foi proclamado patriarca ainda no século XIX, enquanto que o mesmo não aconteceu com Varnhagen, que tinha consciência de que ter sido o primeiro brasileiro a escrever a *História* da nação, mas cuja fama sempre foi controversa. Certamente, esse fato não passou despercebido pelo historiador. Nilo Odália descreve a personalidade de Varnhagen como “homem de sensibilidade extrema, reagindo de modo violento às críticas, sempre insatisfeito por não se achar suficientemente reconhecido e agalado pelo que significou sua obra em prol da historiografia brasileira”.<sup>334</sup>

Dessa maneira, seu trabalho fica circunscrito as dificuldades que Varnhagen demonstrou ter em superar seus desafetos pessoais. Ao mesmo tempo, o que aparentemente se revela como uma grande incoerência, quase um erro, na verdade mostra como o conceito de história no século XIX permanece indefinido. Nem portadora de exemplos, nem singular coletivo, a história ainda está tentando consolidar seu campo.

### **3.2.2 – Varnhagen e o Imperador**

Assim como José Bonifácio ocupou um lugar de preponderância na *História da Independência*, outros personagens foram recorrentemente citados. É o caso do Imperador D. Pedro I, ao qual Varnhagen dá certo destaque, mas num tom bem menos polêmico do que o utilizado para falar dos Andradas.

---

<sup>333</sup> Cezar, op. cit. 2005, p. 208.

<sup>334</sup> Odália, op. cit. 1979, p. 08.

A primeira descrição feita pelo historiador é de um príncipe jovem, de 23 anos, “dotado de talento natural, era pouco instruído, volúvel e um tanto vaidoso, mas bastante franco, generoso, liberal e activo”. Seus poucos conhecimentos são compensados pelos da sua esposa, D. Leopoldina descrita como uma pessoa muito instruída e virtuosa e pelo apoio do seu ministro Conde dos Arcos, que “ganhara sobre o príncipe um grande ascendente. Era um perfeito cavalheiro, mui bem educado, bastante instruído e de aspecto e maneiras insinuantes”.<sup>335</sup>

A adjetivação é um recurso comum na sua forma de escrever a história, através dele o historiador busca “conferir inteligibilidade à narrativa”. Desse modo, aos personagens são frequentemente, conferidos adjetivos tanto de caráter positivo quanto negativo.<sup>336</sup>

No entanto, para além dessa apresentação parcial dos personagens, pode-se pensar que Varnhagen esteja tentando introduzir aqui uma comparação entre os dois imperadores, uma vez que D. Pedro II vai adquirir a fama de um governante ilustrado, diferentemente de seu pai. Varnhagen mantinha uma relação muito estreita com D. Pedro II, que foi o padrinho de batizado de sua filha, o financiador dos seus trabalhos e de seu emprego. De acordo com Manoel Salgado Guimarães, “desde 1852, [Varnhagen] costumava corresponder-se regularmente com Pedro II, uma troca de missivas que se estendeu por 25 anos e que, para ele, foi de grande importância”.<sup>337</sup>

O apoio do Imperador D. Pedro II ao IHGB, por exemplo, não se restringiu apenas aos recursos financeiros, mas em 1849 ele propiciou um local para os trabalhos dos letrados no próprio Paço Imperial.<sup>338</sup> Manoel Salgado Guimarães chama a atenção para o significado simbólico dessa ação, “a partir de então, o imperador passou a participar da maior parte das sessões, contribuindo para a construção historiográfica de seu perfil como monarca culto e ilustrado”. Sua participação ia além da simples presença, D. Pedro II passou a “ter um poder direto de influência ao propor temas, estabelecer prêmios e apoio financeiro para garantir a expansão das atividades empreendidas”, tal foi seu poder de intervenção que “a partir de 1849, as

---

<sup>335</sup> Varnhagen, op. cit. 1917, p. 106.

<sup>336</sup> Para Temístocles Cezar, “em nenhum momento Varnhagen se coloca a questão de saber se o ato de adjetivar alguém ou uma situação qualquer relaciona-se ao domínio da subjetividade. O procedimento de adjetivação parece emanar da ordem do julgamento histórico, logo, de um pressuposto legítimo do historiador oitocentista”. CEZAR, Temístocles. As incertezas da escrita da história. Ensaio sobre a subjetividade na *Historia Geral do Brasil* de Varnhagen. In: HERMANN, Jacqueline. (org) *Cultura política, memória e escrita da história no mundo luso-brasileiro (1808-1914)*, 2011. No prelo.

<sup>337</sup> Guimarães, op. cit. 2011, p. 194.

<sup>338</sup> No que se refere à ajuda financeira, nos anos iniciais, 1839/40, ela correspondia a 44% da renda total do IHGB, alcançando o marco de 75% em 1843. Além disso, o governo ajudava a custear viagens de pesquisa, bem como outros projetos especiais. Idem, p. 75.

sessões de jubileu subsequentes abandonaram a data original de fundação, para serem previstas para o dia 15 de dezembro”, data da mudança do Instituto para as dependências reais. E ainda, de acordo com o autor, seria nesse mesmo período que a historiografia adquiriu um peso maior em relação ao Estado, ela ajudaria a ressaltar a imagem de um “Estado ‘ilustrado’ como portador da civilização e motor do progresso”.<sup>339</sup>

Retomando a questão do pai de D. Pedro II, Varnhagen mostra um regente infeliz com o seu destino e com os contratempos causados, especialmente por questões político-administrativas, e não via à hora de poder retornar a Portugal. Em suas palavras: “o príncipe estava aborrecido com tantas contrariedades, a que não via fim, e sinceramente desejoso de largar o poder e retirar-se para a Europa”. E acrescenta um de seus típicos comentários, sobre o qual é impossível determinar a procedência, em que reitera a disposição do príncipe de deixar o Brasil afirmando que, “nas menores disposições e arranjos de sua casa, tanto elle como a archiduqueza sua esposa mostravam como aspiravam a que fosse o mais curta possível a prolongação da sua residencia no Brasil”.<sup>340</sup>

Em meio às confusões do dia a dia, aumentadas pelo retorno de D. João VI á Portugal, o príncipe regente buscava conter os descontentamentos das tropas e do povo em geral, num cenário onde, segundo Varnhagen, o governo ficara numa espécie de “marasmo, e mal se podia saber onde verdadeiramente residia a auctoridade suprema”. Nesse contexto, o casal real decidiu participar do baile promovido pelo oficialato em comemoração ao primeiro aniversário da Constituição do Porto, cujo intuito era ganhar a confiança dos oficiais. Sobre a ida ao baile, o historiador comenta que,

A’s 9 horas de 24 [de agosto de 1821], apresentaram-se suas altezas no grande baile do teatro e nelle permaneceram até ás 6 da manhã; e, embora tanta familiaridade não era o melhor expediente para inspirar maior respeito, não ha duvida que contribuiu muito a que alguns mezes fossem os officiaes levados sem pensar-se em revoluções.<sup>341</sup>

Mesmo com o objetivo de apaziguar as tropas tenha sido alcançado, Varnhagen não deixa de comentar sobre a conduta inadequada do regente. As incertezas acerca do futuro do país agitavam os ânimos políticos que, segundo o autor, desde o momento em que as Cortes

---

<sup>339</sup> Idem, p. 78.

<sup>340</sup> Varnhagen, op. cit. 1917, p. 118.

<sup>341</sup> Idem, p. 119.

portuguesas anunciaram a intenção de dividir o Brasil, passou a surgir “sentimentos em favor da independência”. Essa posição foi adotada por “todos os indivíduos mais respeitáveis, tanto funcionários, como escriptores ou simples pensadores” que, no entanto, preferiam “a continuação ao menos ainda por algum tempo, da união a Portugal, sendo feita em devidos termos”, e o autor cita o exemplo de países como Suécia e Noruega, Áustria e Hungria, cujas uniões teriam dado certo, porém na impossibilidade de se chegar a um acordo vantajoso a ambos os países, o Brasil optaria pela sua liberdade.<sup>342</sup>

Assim, “em prova do que dizemos, poderíamos transcrever protestos de muitos políticos, distintos Brasileiros”. No entanto, o historiador prefere concluir com a citação de um artigo de autoria de Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa, publicado no segundo número de seu jornal *Reverbero*, onde os autores proclamam pela liberdade do Brasil, cujo “*eterno vinculo nos ligará eternamente... que em vós tudo confiamos, porque uma parte da nação livre não ha de querer escravizar a outra*”. Sobre esse exemplo, Varnhagen dá seu próprio testemunho:

Segundo ouvimos, por separado, da propria bocca destes dous escriptores, em tempos (1841) que já estavam entre si brigados, todos os artigos publicados no *Reverbero* foram obra de ambos colectivamente. O que qualquer dos dous inicialmente escrevia, era revisto e additado pelo outro.<sup>343</sup>

Apesar de existir a ideia da separação de Portugal, o historiador elenca outros exemplos de como a união era preterida a separação. Inclusive José Bonifácio era da mesma opinião, afirma o autor, cuja *prova* é as instruções dadas pela Junta de São Paulo todas escritas por Bonifácio, vice-presidente da mesma.

Com a chegada do decreto para a retirada do príncipe do Brasil e a sua decisão em permanecer no Brasil até que “as Côrtes e meu Augusto Pae e Senhor deliberem a esse respeito com perfeito conhecimento das circunstancias que têm occorrido”, o clima político chegou ao seu auge, o marasmo já não mais existia.<sup>344</sup>

A esses acontecimentos somaram-se revoltas em diferentes províncias, sublevação das tropas, que entre outras coisas exigiram a presença de D. Pedro na província de Minas Gerais a

---

<sup>342</sup> Varnhagen, op. cit. 1917, pp. 121-122.

<sup>343</sup> Idem, p. 122.

<sup>344</sup> Idem, pp. 128-133.

fim de apaziguá-la. Para Varnhagen, esse acontecimento é de suma importância para a história do Brasil, pois nessa viagem opera-se uma grande mudança no príncipe:

[...] uma transformação radical. Tinha-se completamente naturalizado brasileiro, e de tal começou a ufanar-se perante seu proprio pae. A vida de 13 annos, apertado entre as montanhas do Rio de Janeiro, donde apenas saíra a espairecer, de quando em quando, até aos campos da fazenda de Sancta-Cruz, não podia ter impressionado bastante o seu espirito com a grandeza e vastidão do Imperio virgem, que a Providencia lhe reservava. E' para nós sem dúvida que foi ao dilatar-se a sua alma pelos vastos horizontes dos campos virgens dos sertões brasileiros, nessa provincia que elle ainda um anno depois, ao abrir o parlamento, qualificava de rica e magestosa, e ao enthusiasmar-se com as recepções que lhe fizeram as industriosas povoações dos activos Mineiros, que o príncipe deixou de todo de parte as anteriores hesitações, e esteve disposto a associar, muito de coração, a sua gloria e futuro mais á causa do Brasil que á de Portugal, desde que não pudessem andar junctos.<sup>345</sup>

O seu argumento de *prova* apela ao método comparativo: “basta ler com atenção as cartas a el-rei seu pae, desde a 26 de Abril por deante, e compara-las com as anteriores, para comprovar quanto dizemos”. Além da comparação, o historiador se utiliza mais uma vez de sua memória como garantia de verdade, afirma ele: “os que alguma vez na vida tenham experimentado as fortes impressões deixadas na alma pela contemplação dessas grandiosas scenas, se inclinarão por certo a admitir estas nossas fundadas conjecturas”.<sup>346</sup>

A cada chegada de decretos das Cortes lisboetas, aumentavam as tensões entre Brasil e Portugal. Diante desses fatos, o príncipe ficava restrito a duas decisões:

Ou proclamar de todo a independencia, para ser héroe, ou submeter-se a cumprir e fazer cumprir os novos decretos das Côrtes, não já para ir como fôra ordenado no anno anterior, viajar com mentores, mas, sim, mui provavelmente, para, finda a Constituição, ser chamado á barra pelas Côrtes, afim de se justificar pelos seus actos, e dobrar os joelhos em presença dos seus imprudentes affrontadores, Fernandes Thomaz, Pessanha e Xavier Monteiro.<sup>347</sup>

Esses últimos proclamaram que era necessário colocar “embargos ao príncipe na sua ‘carreira tão criminosamente encetada’”. Diante de uma situação que só parecia piorar, “não era

---

<sup>345</sup> Varnhagen, op. cit. 1917, pp. 156-157.

<sup>346</sup> Idem, p. 157.

<sup>347</sup> Idem, pp. 185-186.

mais possível contemporizar”, e “inspirado pelo genio da gloria” soltou o “brado resolutivo de ‘Independencia ou morte!’”.<sup>348</sup>

Prosseguindo em sua descrição acerca dos acontecimentos daquele período, cabe citar mais alguns trechos onde o autor explicita a sua opinião a respeito do primeiro Imperador do Brasil. O primeiro deles é em relação à volta dos Andradas ao ministério quando pediram demissão pela primeira vez. Sobre eles, novamente os comentários não são os mais imparciais: “prosseguiram á redea solta, e, cegos na embriaguez do triumpho, chegaram a tantos actos de arbitrariedade, despotismo e triste vingança, que vieram a cavar seu proprio descredito”. E para finalizar esse episódio, Varnhagen apresenta sua apreciação:

Não partilhamos a opinião de um contemporâneo, que crê que o imperador guardou dêste successo resentimentos, por muitos dias e até mezes. Pelo contrario: julgamos que se reconciliou outra vez de todo com os seus ministros. Era elle mui franco e nobre de character, para haver podido manter certa dobrez durante tantos mezes que depois ainda com elles trabalhou, com tanta expansão, a bem da causa publica.<sup>349</sup>

No capítulo VIII, que trata da “aclamação no 1º de Dezembro até á reunião da Constituinte”, aparece uma das poucas menções a medidas mais autoritárias por parte do príncipe em relação a Portugal. Enumerando as principais decisões do recém aclamado Imperador, o autor menciona as de cunho econômico que visavam proteger o comércio brasileiro, entre elas estava a permissão a guerra de corso contra Portugal. Sobre esse decreto, Varnhagen procura matizar seus efeitos, afirmando que este teria sido mais um “expediente para amedrontar que para ser posto em execução”.<sup>350</sup>

Por fim, as intrigas políticas e o abuso de poder por parte de alguns ministros, especialmente os Andradas, culminaram com a prisão dos irmãos e a deportação de Bonifácio para a Europa. Acerca desses eventos, “lamentava o imperador do espirito geral de intriga e de inveja, que dominava entre quasi todos os que o serviam”, e sobre Bonifácio, o príncipe lastimava sua situação, causada “pelas culpas dos ermãos, sendo elle um dos seus maiores amigos, e que o ‘amava como a um filho’”.<sup>351</sup> As notícias vindas de Portugal de que este se preparava para um novo confronto bélico, aliados aos problemas internos como a anarquia em

---

<sup>348</sup> Varnhagen, op. cit. 1917, p. 183 e pp. 185-186.

<sup>349</sup> Idem, p. 221.

<sup>350</sup> Idem, p. 235.

<sup>351</sup> Idem, p. 318.

que vivia Pernambuco, por exemplo, afetou a saúde de Pedro I. Dessa maneira, “estes desgostos e contrariedades não deixariam de contribuir para um ataque epileptico que soffreu o imperador no dia 6 de Junho, quando havia já cinco annos que não fora acçommettido de tal incommodo, que na juventude por vezes experimentara”.<sup>352</sup>

Somados a esses problemas havia ainda a questão do reconhecimento da independência a ser resolvido, especialmente pelo lado português, que será tratada no último capítulo da *História da Independência*. Nele Varnhagen detalha a ação dos negociadores e todas as dificuldades enfrentadas, até ser assinada em 1825. Nas últimas páginas ele comenta acerca do resultado do tratado:

Ao Brasil, felizmente, nenhuns transtornos resultaram da má redacção do tractado, com o qual, aliás, ganhou muito em estabilidade e em consideração ante as nações extranhas; ao passo que a Portugal não só de pouco proveito foram os milhões de libras esterlinas que recebeu e o titulo de imperador, dado nos ultimos dias ao seu velho rei, com rebaixa até da sua dignidade, como (o que foi peor) as dúvidas deixadas acêrca dos direitos de successão vieram a contribuir, como já dissemos, ás calamidades sem conta por que passou e que só terminaram pelo proprio exfôrço do imperador do Brasil, á custa de não pequenos perigos e até da propria saúde e vida, depois de ter abdicado a corôa do Brasil.<sup>353</sup>

Cabe dizer que apesar dos aparentes ressentimentos que vez por outra aparecem no texto de Varnhagen, um tom conciliatório, de continuidade, predomina em sua narrativa.<sup>354</sup> É esse o sentido buscado pelo autor ao escrever o penúltimo parágrafo de sua obra.

Recapitulando, cumpre-nos concluir, dizendo que, si bem que, segundo a ordem natural dos acontecimentos, ao Brasil devia, como a quasi todas as colonias, chegar o dia da sua emancipação da metropole, a apressaram muito a vinda a elle da familia real; e, depois da retirada de el-rei d. João VI, contribuíram a facilita-la a promulgação das instituições constitucionaes e os arbitrios injustos e despoticos, em meio destas, resolvidos pelas Côrtes de Lisbôa, e não menos o apoio generoso e franco, que veio a dar-lhe o próprio herdeiro da côroa, levado,

---

<sup>352</sup> Varnhagen, op. cit. 1917, p. 319.

<sup>353</sup> Idem, p. 348.

<sup>354</sup> Ainda no início de sua trajetória pessoal como historiador, afirma Manoel Salgado Guimarães, Varnhagen conheceu Alexandre Herculano, de quem ficou amigo, e com quem participaria da edição da *Revista Panorama* (1837), financiada pela *Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis*, que por sua vez estava sob a proteção da rainha D. Maria II. Foi nessa *Revista* que circulou uma das imagens que melhor representam a interpretação da separação entre Brasil e Portugal, assim descrita pelo autor: “afirmação determinante, em artigos caracterizados pelo tom de simpatia, eram a ênfase na herança cultural comum e a justificativa da separação de ambos os países pela metáfora do filho adulto que deixa a casa materna”. Guimarães, op. cit. 2011, p. 182.

providencialmente, de concessão em concessão, na certeza de que com isso contribuía a evitar maiores males.<sup>355</sup>

Essa perspectiva conciliatória, por sua vez, foi corroborada por uma parte da historiografia brasileira que estuda o período e vê na chegada da corte portuguesa em 1808 o marco da autonomia brasileira. Para Kenneth Maxwell, o que estava em jogo em 1820 era “mais uma questão de monarquia, estabilidade, continuidade e integridade territorial do que de revolução colonial”, essa já teria ocorrido, senão em 1808, pelo menos em 15 de dezembro de 1815, quando o Brasil é elevado a Reino Unido. As contingências históricas explicam como em 1820, o sentimento de continuidade era muito mais forte no Brasil do que em Portugal, “que, em 1808, havia perdido não só a monarquia, como também se sujeitara a invasões, à guerra e a um protetorado britânico”. A emancipação do Brasil, para Maxwell, seria, então, o resultado de um longo e cumulativo processo, “que manteve sua continuidade ao longo do caminho: 1808, 1816, 1822 e até 1831 são todos momentos importantes na afirmação dessa gradual separação e na definição da nacionalidade”.<sup>356</sup> Contudo, para Varnhagen de um elemento não se poderia prescindir:

E, meditando bem sôbre os factos relatados, não podemos deixar de acreditar que, sem a presença do herdeiro da coroa, a independencia não houvera ainda talvez nesta epocha triumphado em todas as províncias, e menos ainda se teria levado a cabo esse movimento, organizando-se uma só nação unida e forte, pela união, desde o Amazonas até ao Rio Grande do Sul. Terminamos, pois, saudando, com veneração e reverencia, a memoria do principe FUNDADOR DO IMPERIO.<sup>357</sup>

E assim termina a *História da Independência*. Percebe-se que o enfoque da narrativa está diretamente ligado aos seus afetos, bem como as suas concepções políticas. Varnhagen está sempre do lado da monarquia, do lado do Imperador. Mesmo que a imagem feita por ele do primeiro monarca brasileiro não seja a do monarca ideal, pleno de virtudes e qualidades na arte de governar, em nenhum momento ele se utiliza de críticas para justificar os acontecimentos em

---

<sup>355</sup> Varnhagen, op. cit. 1917, p. 349.

<sup>356</sup> MAXWELL, Kenneth. Por que o Brasil foi diferente? O contexto da independência. Tradução de Adriana Lopez. In: MOTA, Carlos Guilherme (org). *Viagem Incompleta. A experiência brasileira (1500-2000) Formação: histórias*. São Paulo: editora Senac São Paulo, 2000, pp. 179-195. Citação da p. 186, p.189 e p. 193.

<sup>357</sup> Varnhagen, op. cit. 1917, p. 350.



que D. Pedro esteve envolvido; se existe culpa, ela sempre recai sobre um terceiro. Não se pode ignorar que talvez, uma das razões para essa postura seja a sua relação com D. Pedro II.

Todavia, acredito que existam outras razões, talvez mais fortes que as de cunho pessoal, que expliquem a forma como Varnhagen construiu o texto. Suas concepções teóricas, por exemplo. Assim, para ele, o rigor metodológico a que acreditava estar submetido garantia as condições de verdade de sua obra. Como anuncia no Prefácio, ele se propôs a escrever uma *história* e por isso mesmo prevê a má recepção com que alguns receberão a sua obra, especialmente por tratar de contemporâneos, o que não aconteceria se o historiador tivesse optado por escrever uma crônica, anais ou mesmo um memorando.

Por conseguinte, sua noção de *dever* obriga-o a realizar esse trabalho. E ele teria cumprido a tarefa ao escrever com *critério, boa fé e imparcialidade*. Ou seja, mesmo que de forma incipiente ainda, esses elementos atestam as mudanças pelas quais passava a concepção de história no século XIX. O apelo frequente a sua experiência como garantia de verdade, retomando a velha fórmula “eu estava lá” é para o autor a prova cabal do seu relato e o que a diferencia de outros trabalhos sobre o mesmo tema.

Por fim, é impossível ignorar a estreita relação que existe entre sua vida e obra, como chamou a atenção Temístocles Cezar, “relacionar, portanto, vida e obra, pois acredito que Varnhagen escreve sobre o Brasil não apenas com a documentação que encontra e com os livros que lê, mas também a partir de sua experiência pessoal, de suas escolhas e de suas frustrações”. Esta forma de ler seus trabalhos auxilia na compreensão do seu significado, e nesse sentido, a *História da Independência*, mais do que a *História Geral do Brasil*, mais do que qualquer outra de suas obras, reflete o quanto o autor misturava as duas dimensões: sua vida pessoal e a vida do país onde nasceu.<sup>358</sup>

---

<sup>358</sup> Cezar, op. cit. 2007, p. 160.

## CONCLUSÃO

No Brasil, o século XIX caracteriza-se, em termos historiográficos, por dois movimentos simultâneos: a busca por uma identidade nacional e por mudanças no conceito de história. Essas alterações criaram novas percepções temporais que vão interferir diretamente na maneira que a história será percebida. Assim, em linhas muito gerais, e considerando as diferenças linguísticas de cada nação, podemos afirmar, com Koselleck, que se no antigo regime de história a sensação de um tempo cíclico contribuía para a percepção do caráter exemplar e pedagógico da história, no final do século XVIII a introdução da noção de processo modificou não apenas o caráter, agora linear do tempo, mas também a forma de escrita da história, que inicia a sua busca por um estatuto de cientificidade.<sup>359</sup>

No caso brasileiro, as regras impostas para a escrita da história estiveram sob a tutela do IHGB, que como vimos, concentrou boa parte da produção intelectual da época. Assim, escrever história significava submeter-se as condições prescritas pela instituição. Especialmente para a primeira metade do século XIX, o trabalho dos sócios foi direcionado para a constituição de um arquivo com documentos que pudessem ser úteis para a escrita da história nacional. Essa tarefa está explicitada nos discursos proferidos, sobretudo, nas primeiras reuniões do Instituto, o que resultou na publicação de crônicas, memórias, relatos descritivos, além de compilações documentais.

Paralelamente a execução desse plano produziu-se discussões acerca do melhor modo de se escrever a história brasileira. É a partir dessas manifestações que se pode estabelecer alguns parâmetros acerca de como o conceito de história foi apreendido dentro da produção historiográfica. Desse modo, alguns elementos tornaram-se recorrentes na perspectiva dos

---

<sup>359</sup> “Se a velha história [*Historie*] foi arrancada de sua cátedra, e, certamente, não apenas pelos iluministas, a quem tanto aprazia servir-se de seus ensinamentos, isso aconteceu na esteira de um movimento que organizou de maneira nova a relação entre passado e futuro. Foi finalmente “a história em si” [*die Geschichte selbst*] que começou a abrir um novo espaço de experiência. A nova história [*Geschichte*] adquiriu uma qualidade temporal própria. Diferentes tempos e períodos de experiência, passíveis de alternância, tomaram o lugar outrora reservado ao passado entendido como exemplo”. Koselleck, op. cit. 2006, p. 47.

membros da associação, sendo aplicados nas avaliações realizadas antes da publicação dos trabalhos que eram enviados ao Instituto.

Nesse sentido, o problema da imparcialidade foi um dos que ganhou maior visibilidade nas fontes. Tanto Magalhães como Varnhagen exaltam em suas obras esse *a priori* teórico-metodológico da nascente historiografia científica. No entanto, a noção não possuía ainda o significado que atribuímos a ela hoje. Por conseguinte, não havia incoerência em tomar partido em determinados assuntos, nem manifestar a sua opinião, em certas ocasiões era, inclusive, exigido do historiador um posicionamento. Como mostra Magalhães, ao apresentar três categorias de verdade ligadas aos fatos, as intenções e as conclusões morais e políticas do historiador, não existia nenhuma incompatibilidade entre ser imparcial e manifestar uma posição no texto. O exemplo mais gritante é o de Varnhagen, que nunca escondera, como a maior parte do IHGB, a devoção a D. Pedro II, mas que também não dissimulou como outros faziam por se tratar de seu próprio tempo, sua antipatia pelo clã andradino.

Claro que, no que diz respeito às obras aqui tratadas deve ser considerado o fato de elas serem histórias do tempo presente. As circunstâncias do seu aparecimento colocam de um lado a questão do que deveria se ocupar a história naquele momento, de outro os seus limites. O discurso dos letrados do IHGB era majoritariamente pelo resgate do passado, porém a questão da história recente não deixava de ser uma preocupação, especialmente pelo fato de acreditarem que muito do que já havia sido escrito sobre o passado, tanto colonial como o mais imediato, necessitava de correções.

Assim, se o objeto por excelência da história deveria ser o passado, este encontrava seu limite no presente vivido pelos próprios historiadores. As obras aqui estudadas demonstram que existiu um espaço possível e legítimo para a história recente, ao mesmo tempo que sua publicação esteve sempre condicionada ao exame dos seus pares que não só podiam como vetavam muitos dos trabalhos apresentados, como foi o caso da proposta de Felizardo Pinheiro Machado.

Essas escolhas, por sua vez, ressaltam as ambiguidades e contradições do conceito de história vigente. Sendo assim, conviviam de um lado a exigência metodológica onde deveriam ser observados rigorosamente procedimentos que garantissem a fidedignidade do trabalho, principalmente o cuidado no estabelecimento e crítica das fontes, de outro a tomada de partido, muitas vezes ligada às questões políticas e sociais, bem como a passionalidades.

Os pareceres escritos para o trabalho de Gonçalves de Magalhães e para a proposta de Felizardo Pinheiro são um exemplo notório de como se criavam mecanismos para adequar o discurso à prática. Enquanto que ao primeiro não foram poupados elogios - ele teria atingido a *perfeita exatidão* e a *imparcialidade necessária* ao narrar acontecimentos políticos tão próximos o que é notado pelos pareceristas como um fato raro - coube a Felizardo Pinheiro um julgamento negativo que se baseia quase que no mesmo critério só que usado ao contrário. A Comissão nega o pedido de Felizardo alegando que aquele que escreve sobre os acontecimentos de seu próprio tempo é sempre um juiz parcial, sujeito as paixões, simpatias e antipatias.

Esse exemplo demonstra a ausência de critérios de avaliação definidos, bem como a falta de discussões sobre o lugar que a história mais recente deveria ocupar ou mesmo como ela deveria ser feita. Assim, para o autor que quisesse se aventurar por sua contemporaneidade, não bastava cumprir com os requisitos que a história dita tradicional naquele momento estabelecia, era preciso que ele conquistasse uma legitimidade frente aos seus pares, pois sem ela dificilmente o resultado de seu trabalho seria aprovado. Por fim, o surgimento de obras com a marca do presente deve ser entendido como parte de um movimento maior onde a escrita da história é orientada por diferentes noções, muitas vezes antagônicas, mas que ao mesmo tempo refletem não apenas uma noção de história, mas seus usos políticos, e, conseqüentemente, sua contribuição à construção de uma identidade nacional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### LISTA DE FONTES

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728, 8v. Citação do verbete história, v. 4, pp.39-41. Acessado em fevereiro de 2011: <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/1>

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Memória Historica e Documentada da Revolução da Provincia do Maranhão desde 1839 até 1840. In: *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*. Tomo X, 1848.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Os Indígenas do Brasil perante a História*. RIHGB, tomo XXIII, 1860, pp. 03-66.

MARTIUS, Karl Friederich von. *Como se deve escrever a história do Brasil*. RIHGB: 6, 1844.

PINTO, Luiz Maria da Silva. Dicionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz. Na Typographia de Silva, 1832, volume único, p. 73. Acessado em fevereiro de 2011: <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/3>

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB), tomo IX, 1847.

RIHGB, tomo I, 1839.

RIHGB, tomo II, 1840.

RIHGB, tomo III, 1841.

RIHGB, tomo XII, 1849.

RIHGB, tomo XIII, 1850.

RIHGB, tomo XXVI, 1863.

RIHGB, v. 223, 1954.

SILVA, Antonio Moraes. Dicionario da lingua portugueza – recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antonio de Moraes e Silva. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813 (1789), v. 2, pp. 116. Acessado em fevereiro de 2011: <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/2>

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *A questão da capital: marítima ou interior?* Viena: Imp. do filho de Carlos Gerold, 1877.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia da Independência do Brasil até o reconhecimento pela antiga metrópole, compreendendo, separadamente, a dos successos occorridos em algumas províncias até essa data*. In: RIHGB, tomo LXXIX. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia Geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal*. 3ª edição integral. Tomo V. São Paulo: Editora Companhia Melhoramentos, 1936.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia Geral do Brazil. Isto é do descobrimento, colonização, legislação e desenvolvimento deste Estado, hoje imperio independente, escripta em presença de muitos documentos autenticos recolhidos nos archivos do Brazil, de Portugal, da Espanha e da Holanda. Por um sócio do Instituto Histórico do Brazil. Natural de Sorocaba*. Madrid, Imprensa da V. de Dominguez, 1854. T. I. 1ª Ed. <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01819210#page/1/mode/1up> Acessado em agosto de 2011.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia Geral do Brazil. Isto é do seu descobrimento, colonisação, legislação, desenvolvimento, e da declaração de independência e do império, escripta em presença de muitos documentos inéditos recolhidos nos archivos do Brazil, de Portugal, da Hespanha e da Hollanda, e dedicada a Sua Majestade Imperial o Senhor D. Pedro II*. Tomo II. Rio de Janeiro, 1857.

#### **BIBLIOGRAFIA CONSULTADA**

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Memórias da Balaiada. Introdução ao relato de Gonçalves de Magalhães. In: *Revista Novos Estudos*. São Paulo, n.23, março de 1989, pp.07-13.

ARAÚJO, Valdeir Lopes de. *A experiência do tempo. Conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008.

ARENDDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

ARISTÓTELES. *A poética*. Tradução, prefácio, introdução, comentário e apêndices de Eudoro de Sousa. 3ª edição. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, s/d.

BATALHONE Jr, Vitor Claret. *Uma história das notas de rodapé: a anotação da História Geral do Brasil de Francisco Adolfo de Varnhagen (1854-1953)*. Porto Alegre: UFRGS/Programa de Pós Graduação em História, 2011.

CÂNDIDO, Antônio. *Formação da Literatura Brasileira*. Volume 2. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia Limitada, 1997.

CARLOS, Lilian Beatriz. *Uma relação a dois: a história e a geografia nos primeiros anos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. São Leopoldo: Unisinos, 2008.

CASTELLO, José Aderaldo. *O movimento academicista no Brasil 1641-1820/22*. Vol. I – tomo 5. São Paulo: Conselho Estadual da Cultura, 1969.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2007.

- CEZAR, Temístocles. A geografia servia, antes de tudo, para unificar o Império. In: *Ágora*. Santa Cruz do Sul: Unisc, v. 11, n. 01, 2005, pp. 79-99.
- CEZAR, Temístocles. A historiografia brasileira entre os antigos e os modernos. In: NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das; et AL. (org) *Estudos de Historiografia Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2011.
- CEZAR, Temístocles. Anciens, Modernes et Sauvages, et l'écriture de l'histoire au Brésil au XIXe siècle. Le cas de l'origine des Tupis. *Anabases. Traditions et réceptions de l'Antiquité*, v. 8, pp. 43-65, 2008.
- CEZAR, Temístocles. As incertezas da escrita da história. Ensaio sobre a subjetividade na *Historia Geral do Brazil* de Varnhagen. In: HERMANN, Jacqueline. (org) *Cultura política, memória e escrita da história no mundo luso-brasileiro (1808-1914)*, 2011. No prelo.
- CEZAR, Temístocles. Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de história intelectual. In: Pesavento, Sandra J. (org). *História Cultural. Experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- CEZAR, Temístocles. Em nome do pai, mas não do patriarca. Ensaio sobre os limites da imparcialidade na obra de Varnhagen. In: *História* (São Paulo). São Paulo, vol. 24, n. 2 (2005).
- CEZAR, Temístocles. Entre antigos e modernos: a escrita da história em Chateaubriand. Ensaio sobre historiografia e relatos de viagem. In: *Almanack Brasiliense*, v. 11, 2010, pp. 26-33.
- CEZAR, Temístocles. Historiografia e escrita da história. In: *Ágora – revista de história e geografia*, v. 11, n. 1, jan/jun, Santa Cruz do Sul: editora EDUSC, 2005.
- CEZAR, Temístocles. *L'écriture de l'histoire au Brésil au XIX siècle. Essai sur une rhétorique de la nationalité. Le cas Varnhagen*. Tome I et II. Thèse pour obtenir le grade de Docteur de L'EHESS - École des Hautes Études em Sciences Sociales, Paris, 2002.
- CEZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da história. Historiografia e nação no Brasil do século XIX. In: *Diálogos. Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá*, vol. 8, n. 1, pp. 11-29, 2004.
- CEZAR, Temístocles. Lições sobre a escrita da história: as primeiras escolhas do IHGB. A historiografia brasileira entre os antigos e modernos. In: NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. (org) [et al.] *Estudos de Historiografia Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, 340p.
- CEZAR, Temístocles. Narrativa, cor local e ciência. Notas para um debate sobre o conhecimento histórico no século XIX. In: *História. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos*. São Leopoldo, v. 8, n. 10, jul-dez, 2004b, pp. 11-34.
- CEZAR, Temístocles. Presentismo, memória e poesia. Noções da escrita da História do Brasil no Oitocentista. In: PESAVENTO, Sandra J. *Escrita, linguagem, objetos: leituras de história cultural*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- CEZAR, Temístocles. Quando um manuscrito torna-se fonte histórica: as marcas de verdade no relato de Gabriel Soares de Sousa (1587). Ensaio sobre uma operação historiográfica. In: *História em Revista*. Pelotas, v. 6, 2000, pp. 37-58.
- CEZAR, Temístocles. Thevet e Léry: visão, crença e história no Brasil do século XVI. Ensaio sobre historiografia e relatos de viagem. In: *Ciências e Letras*. Porto Alegre, n. 37, jan/jun 2005, pp. 27-43.

CEZAR, Temístocles. Varnhagen e os relatos de viagem do século XVI: ensaio de recepção historiográfica. In: *Anos 90*. Porto Alegre, n. 11, julho 1999, p. 38-53.

CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. In: *Topoi*, v. 8, n. 15, jul-dez, 2007, pp. 159-207.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. Capítulo II: José Bonifácio: mito e histórias. São Paulo: Grijalbo, 1977, pp. 53-108.

CUNHA, Alexandre Mendes. Patronagem, clientelismo e redes clientelares: a aparente duração alargada de um mesmo conceito na história política brasileira. In: *História*. São Paulo, v. 25, n. 1, 2006.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

FRAGOSO, João. Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor do engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas de uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760). In: FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de Fátima (org). *Na trama das redes. Política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, pp. 245-294.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: editora UFRJ, 1997.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Debaixo da Imediata Proteção da Sua Majestade Imperial. In: *RIHGB*, n. 388, 1995.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Apresentação. Um historiador à margem: Fustel de Coulanges e a escrita da história francesa no século XIX. In: HARTOG, François. *O século XIX e a história. O caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: editora UFRJ, 2003, pp. 09-15.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. *Ágora – Revista de História e Geografia*, UNISC/EDUSC, v. 11, n. 1 – jan/jun, 2005, pp. 31-47.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar*. GUIMARÃES, Manoel Salgado (org). *Estudos sobre a escrita da história*, Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História e Natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação. *Revista História, Ciências e Saúde*. Vol. VII(2), jul/out de 2000, pp. 391-411.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil 1838-1857*. Tradução de Paulo Knauss e Ina de Mendonça. Rio de Janeiro: editora da UERJ, 2011.

GUIMARÃES, Manoel Salgado (org). *Estudos sobre a escrita da história*, Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

HARTOG, François. A testemunha e o historiador. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org). *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001, pp. 11-42.

HARTOG, François. *O Espelho de Heródoto. Ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.



- HARTOG, François. *O Século XIX e a História. O Caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.
- HARTOG, François. *Os antigos, o passado e o presente*. Brasília: Editora UnB, 2003.
- HARTOG, François. *Regimes d'historicité. Presentisme et experiences du temps*. Paris, Editions du Seuil, 2003.
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX. 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOBSBAWM, Eric. *Tempos interessantes. Uma vida no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (org). *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico*, tomo II. São Paulo: Difel, 1985.
- JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: *Viagem Incompleta. A experiência brasileira 1500-2000. Formação: Histórias*. São Paulo: editora do Senac, 2000, pp. 127-175.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *A Balaiada*. Coleção Tudo é História. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. Balaiada: ação e exploração. In: *Revista de História*, n. 23. São Paulo, 1975, pp. 343-365.
- JOBIM, José Luís. O Indianismo literário na cultura do Romantismo. In: BERND, Zilá. ÚTEZA, Francis (org). *Produção Literária e Identidades Culturais. Estudos de literatura comparada*. Porto Alegre: Zagra Luzzatto, 1997, pp. 91-109.
- KANTOR, Íris. *Esquecidos e Renascidos. Historiografia Acadêmica Luso-Americana (1724-1759)*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004.
- KODAMA, Kaori. *Os Índios no Império do Brasil, a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; São Paulo: Edusp, 2009.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- KOSELLECK, Reinhart. *historia/Historia*. Buenos Aires: Minima Trotta, 2004.
- LEDUC, Jean. *Les Historiens et le Temps. Conceptions, problématiques, écritures*. Paris: Éditions du Seuil, 1999.
- LESSA, Clado Ribeiro de. *Correspondência Ativa*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961.
- LIMA, Ivana Stolze. História nacional, língua nacional e o “povo mesclado e heterogêneo”. In: NEVES, Lucia Bastos Pereira das. (org) [et al.] *Estudos de Historiografia Brasileira*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2011.
- MAGALHÃES, Domingos Gonçalves de. *Discurso sobre a História da Literatura do Brasil*. Apresentação de Lêdo Ivo. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994, pp. 05-62.
- MARTINS, Maria Fernanda. Os tempos da mudança: elites, poder e redes familiares no Brasil, séculos XVIII e XIX. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro et al. (org) *Conquistadores e*

*negociantes. História das elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema.* São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

MAXWELL, Kenneth. Por que o Brasil foi diferente? O contexto da independência. Tradução de Adriana Lopez. In: MOTA, Carlos Guilherme (org). *Viagem Incompleta. A experiência brasileira (1500-2000) Formação: histórias.* São Paulo: editora Senac São Paulo, 2000, pp. 179-195.

NICOLAZZI, Fernando. Uma teoria da história: Paul Ricoeur e a hermenêutica do discurso historiográfico. *História em Revista*, v. 9, n. 45. Pelotas: UFPEL, 2003.

NORA, Pierre. *Les Lieux de Mémoire.* Paris: Quarto Gallimard, 1997.

ODÁLIA, Nilo (org). *Varnhagen.* São Paulo: editora Ática, 1979.

OLIVEIRA, Maria da Glória. Brasileiros ilustres no tribunal da posteridade. Biografia, memória e experiência da história no Brasil oitocentista. In: *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 26, n. 43: pp. 283-298, jan/jun 2010.

OLIVEIRA, Maria da Glória. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927).* Porto Alegre: UFRGS/IFCH, 2006.

OLIVEIRA, Maria da Glória. *Escrever vidas, narrar a história. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista.* Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

PIMENTA, João Paulo; ARAÚJO, Valdei Lopes de. História. In: FERES Junior, João (org). *Léxico da História dos Conceitos Políticos do Brasil.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, pp. 119-140.

PUNTONI, Pedro. A Confederação dos Tamoyos de Gonçalves de Magalhães. A poética da história e a historiografia do Império. In: *Novos Estudos*, n. 45, julho de 1996, pp. 119-130.

PUNTONI, Pedro. *O Sr. Varnhagen e o patriotismo cabloco: o indígena e o indianismo perante a historiografia brasileira.* In: JANCSÓ, István (org.) *Brasil: formação do Estado e da Nação.* Coleção Estudos Históricos. São Paulo: Ed. Hucitec. Fapesp, 2003.

RICOEUR, Paul. *A Memória, a História, o Esquecimento.* Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

SANTOS, Evandro. *Tempos de Pesquisa, Tempos da Escrita. A biografia em Francisco Adolfo de Varnhagen (1840-1873).* Porto Alegre: UFRGS/Programa de Pós Graduação em História, 2009.

SERRA, Astolfo. *Caxias e o seu governo civil na província do Maranhão.* Biblioteca Militar, v. LXVIII. Ministério da Guerra, 1943.

SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. *A escrita da tradição: a invenção historiográfica na obra Historia Geral do Brazil, de Francisco Adolpho de Varnhagen (1854-1857).* Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS - Programa de Pós Graduação em História Social, 2006.

SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias. O homem por trás do monumento.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

TURIN, Rodrigo. A “obscura história” indígena. O discurso etnográfico no IHGB (1840-1870). In: GUIMARÃES, Manoel Salgado (org). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, pp. 86-113.

TURIN, Rodrigo. *Tempos Cruzados: a escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista*. Tese de doutorado defendida no IFCS/UFRJ, 2009.

WELLIG, Arno. *Estado, História e Memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999.